

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

GERSON DE LIMA OLIVEIRA

A MUDANÇA DE ESCALA NA MOBILIZAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Tese de Doutorado

Orientador:

Dr. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre

Abril de 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

GERSON DE LIMA OLIVEIRA

A MUDANÇA DE ESCALA NA MOBILIZAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador:

Dr. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre

Abril de 2016

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Gerson de Lima

A mudança de escala na mobilização dos atingidos
por barragens / Gerson de Lima Oliveira. -- 2016.
170 f.

Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Mudança de Escala. 2. Enquadramento
Interpretativo. 3. Mobilização Social. 4. Movimentos
Sociais. 5. Mecanismos Causais. I. Silva, Marcelo
Kunrath, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GERSON DE LIMA OLIVEIRA

Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito final para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Marcelo Kunrath Silva
(Orientador)

Dr. Humberto José da Rocha
(Membro externo)

Dr. José Carlos Gomes dos Anjos
(Membro)

Dr. Valter Lúcio de Oliveira
(Membro externo)

AGRADECIMENTOS

Em uma sociedade cuja viabilidade das conquistas pessoais é distorcida pela ideologia da meritocracia, faz-se necessário romper com este discurso trazer à tona todas as pessoas e instituições que direta e indiretamente colaboraram para que esta tese fosse possível. Portanto, mais que agradecimentos, estas linhas também versam sobre reconhecimento. Primeiramente devo agradecer à minha **família**, que direta e indiretamente sempre proporcionaram – com total dedicação - todo o suporte que lhes foi e é possível, assim como à **Luiza** pelo companheirismo e coleguismo nesta empreitada. À **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, que há 12 anos me tem como aluno, sendo palco das minhas principais realizações referentes à expansão de conhecimento e também às experiências pessoais. Ao **Programa de Pós-Graduação em Sociologia** e seus **professores, professoras, funcionárias e funcionários** por proporcionarem todas as condições para a o desenvolvimento de uma formação de excelência. Em especial ao orientador e parceiro **Marcelo Kunrath Silva**, com quem há uma década tenho e tive o privilégio de ser aluno, bolsista e orientando e cuja colaboração sempre foi imprescindível em minha formação. Aos e às colegas do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (**GPACE**), que desde 2009 tem sido fundamental em minha formação. Aos meus e minhas **colegas** de doutorado, mestrado e graduação que ao longo de todo este tempo foram amigo/as e companheiro/as cujas trocas, conversas e debates me fizeram aprender muito. Ao **CNPq** pela concessão da bolsa de doutorado que por quatro anos proveu meu sustento material e proporcionou o privilégio de dedicar-me integralmente aos estudos, assim como toda a base material para a realização desta pesquisa. À **CAPES** pela concessão da bolsa-intercâmbio de sanduíche, que me possibilitaram a vivência de uma experiência incrível em termos acadêmicos e pessoais, assim como a todo o pessoal da **Universitat Autònoma de Barcelona**, professores do **IGOP** e colegas de instância pela acolhida, em especial ao colega e amigo **Julio** pela mediação nos contatos e **Ivan** pela parceria na estância. Aos professores e pesquisadores do **P&D Remanejamento** pela oportunidade de trabalho

conjunto e troca de conhecimentos, em especial ao professor **Humberto José da Rocha** que há pelo menos três anos tem colaborado enormemente na viabilidade desta pesquisa com a troca de ideias, participação na banca de qualificação e, neste momento, na banca avaliadora final. Da mesma forma, devo agradecer ao professor **José Carlos Gomes dos Anjos**, cujo profundo conhecimento teórico compartilhado em sala de aula foi grande incentivador para que eu me desafiasse na proposição do debate travado nesta pesquisa e com quem também tive o privilégio de contar com a presença na qualificação de projeto e, agora, na avaliação final da pesquisa. Igualmente ao professor **Valter Lúcio de Oliveira** pelo aceite em compor esta banca avaliadora e com quem tive a oportunidade e o privilégio de trocar ideias nas reuniões do GPACE e em congressos acadêmicos. Por fim, a todas e todos interlocutores/as cujos relatos possibilitaram a realização desta tese, pela confiança e disponibilidade em conversar sobre algo que aqui é apresentado como um problema sociológico, mas para eles e elas é muito mais do que isso. Em especial ao **Rafael** pela parceria e camaradagem. Sem a contribuição de todas estas pessoas e instituições minha dedicação pessoal não teria resultado algum, entretanto, obviamente, todas elas são inocentes e estão absolvidas das responsabilidades aqui assumidas.

RESUMO

A mobilização e organização dos movimentos sociais é uma discussão clássica no âmbito das ciências sociais. Entretanto, boa parte da literatura dá maior ênfase à análise dos elementos “materiais” da mobilização ou os analisa de forma separada a seus elementos “simbólicos”, não raro dando menor ênfase a estes. Quando a análise das duas dimensões se faz presente, outro problema comum é a apresentação de descrições importantes sobre a história e características dos movimentos sociais, mas com pouca atenção aos elementos explicativos de como a mobilização e a organização se estruturam e se sustentam. Com o objetivo de realizar uma pesquisa cujo foco esteja nas *causas* da sustentação e ampliação da mobilização, valemos-nos do conceito de *mudança de escala* para explorar o que aqui denominamos *expansão organizativa* e *amplificação simbólica* como mecanismos causais que possibilitam a um movimento social sustentar-se e ampliar sua mobilização. Para tanto, foi realizada uma pesquisa sobre a mudança de escala na mobilização das populações atingidas por barragens na bacia do rio Uruguai e sua expansão para as demais regiões do país possibilitada pela fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Ancorada na noção de causalidade preconizada pelo *realismo crítico*, procuramos responder à seguinte questão de pesquisa: *como se dá a transformação de um determinado movimento social envolvido em conflitos pontuais em um ator de maior alcance, imbuído de objetivos, pautas e bandeiras políticas diversas?* Para tanto, exploramos os mecanismos da expansão organizacional e, sobretudo, da amplificação simbólica para explicar como os atingidos por barragens *enquadram* o problema social que os atinge e produzem *sensos de justiça* e *justificações* para sua mobilização.

Palavras-chave:

Mudança de Escala, enquadramento interpretativo, justificações, mobilização social, movimentos sociais, mecanismos causais.

RESUMEN

La movilización y organización de los movimientos sociales es una discusión clásica en las ciencias sociales. Sin embargo, parte de la literatura le da más énfasis al análisis de los elementos “materiales” de la movilización o los analiza de manera apartada a sus elementos “simbólicos”, a menudo dándole menor énfasis. Cuando el análisis de sus dimensiones se hace presente, otro problema recurrente es la presentación de descripciones importantes sobre la historia y características de los movimientos sociales, pero dándole poca atención a los elementos explicativos de cómo la movilización y la organización se estructuran y se sostienen. Con el reto de realizar una investigación cuya atención esté en las *causas* del sostenimiento y extensión de la movilización, utilizamos el concepto de *cambio de escala* para explorar a lo que aquí decimos *extensión organizativa* y *amplificación simbólica* como mecanismos causales que posibilitan a un movimiento social sostenerse y extender su movilización. Así, fue realizada una investigación sobre el cambio de escala en la movilización de las poblaciones afectadas por represas en la región brasileña del río Uruguay y su expansión a otras regiones del país posibilitada por la fundación del *Movimento dos Atingidos por Barragens* – MAB (Movimiento de los Afectados por Represas). Basada en la idea de causalidad desarrollada por los autores del *realismo crítico*, buscamos responder a la siguiente cuestión de investigación: *¿cómo ocurre la transformación de un determinado movimiento social involucrado en conflictos puntuales en un actor de mayor alcance, cuyos objetivos y banderas políticas se diversifican?* Para tanto, exploramos los mecanismos de la expansión organizacional y, sobre todo, de la amplificación simbólica para explicar cómo los afectados por represas *enmarcan* el problema social que los afecta y cómo producen *sentidos de justicia* y *justificaciones* para su movilización.

Palabras clave:

Cambio de Escala, marcos interpretativos, justificaciones, movilización social, movimientos sociales, mecanismos causales.

ABSTRACT

The mobilization and organization of social movements is a classic debate in the field of social sciences. However, much of its literature places greater emphasis on the analysis of “material” elements of the mobilization or instead analyze its “symbolic” elements separately, not infrequently conceding only minor emphasis to the latter. When the analysis of both dimensions takes place, another usual problem is the rendition of relevant descriptions on the history and characteristics of the social movements, nevertheless with scarce consideration to the explicative elements on how the mobilization and the organization are structured and sustained. Aiming to conduct research which focuses on the *causes* of the sustaining and enlargement of the mobilization, we had recourse to the concept of *scale shift* to explore what we name *organizational expansion* and *symbolic amplification* as causal mechanisms which enables a social movement to sustain itself and to enlarge its mobilization. To do so, we carried out a research study on the scale shift in the mobilization of the population affected by dams on the Uruguay River basin and its expansion to further regions of the country by means of the founding of the *Movimento dos atingidos por Barragens* – MAB – (Movement of People Affected by Dams). Anchored in the notion of causality professed by *critical realism*, we sought to answer the following research question: *how does a given social movement concerned with specific conflicts transforms itself into a player of greater reach, imbued with dissimilar objectives, agendas and policies?* Therefore, we inquired into the mechanisms of the organizational expansion and especially of the symbolic amplification to explain how those affected by dams frame the social problem that impacts them and develop senses of justice and justifications for their mobilization.

Keywords:

Scale shift, interpretative frames, justifications, social mobilization, social movements, causal mechanisms.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1: a Mudança de Escala e seus mecanismos.....	41
Esquema 2: Mecanismos da Mudança de Escala.....	96
Esquema 3: Mecanismos causais e estratégias citadas nas entrevistas.....	98
Esquema 4: Estratégias de ação dos empreendedores.....	138
Figura 1: Arquitetura de uma usina hidrelétrica.....	16
Figura 2: Gerador de energia de uma usina hidrelétrica.....	17
Figura 3: Os Sistemas Integrado e Isolado Nacional (SIN)	51
Figura 4: Etapas da produção, transmissão e distribuição da energia hidrelétrica.....	52
Figura 5: Matriz Energética Brasileira.....	53
Figura 6: A “escada de barragens” no rio Uruguai.....	57
Figura 7: Mapa das hidrelétricas pretendidas pela Eletrosul em 1979.....	58
Figura 8: As barragens da bacia do rio Uruguai.....	59
Figura 9: Símbolo do MAB.....	68
Figura 10: Logo da campanha Todos pela Energia.....	79
Figura 11: Reservas e Terras Indígenas na região da UHE Foz do Chapecó.....	90
Figura 12: Logo da campanha da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia.....	94
Figura 13: Conjunção entre os símbolos do MAB e do feminismo.....	126
Imagem 1: Atingidos arrancando marcos de levantamento topográfico da UHE Itá.....	74
Imagem 2: Passeata organizada pelo MAB em seu Encontro Nacional.....	75
Imagem 3: Horta comunitária do assentamento de atingidos em Erechim.....	86
Imagem 4: Informativo do consórcio construtor da UHE Campos Novos em Celso Ramos ...	87
Imagem 5: Comportas da barragem da UHE Foz do Chapecó.....	88
Imagem 6: Barragem da UHE Foz do Chapecó e a seca do Rio Uruguai.....	88
Imagem 7: Plenária central do Encontro Nacional do MAB.....	92
Imagem 8: Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável.....	109
Imagens 9 e 10: Apoio à confecção de materiais.....	111
Imagem 11: Parte do campo político-social do qual o MAB é integrante.....	114
Imagem 12: Exemplo de bordado <i>arpillera</i>	128

Imagem 13: Universalização da pauta.....	129
Imagem 14: Transformação, especialização e alargamento discursivo.....	130
Imagem 15: Transformação discursiva (1985-2004)	132
Imagem 16: Jornal produzido nas décadas de 80 e 90.....	136
Imagem 17: Material informativo.....	136
Imagem 18: Capa do sítio oficial do movimento.....	137
Imagem 19: Material de propaganda da UHE Campos Novos.....	142
Tabela 1: Paradigmas atuais do desenvolvimento.....	20
Tabela 2: Etapas da pesquisa de campo.....	43
Tabela 3: Empresas elétricas geradoras privatizadas.....	54
Tabela 4: Empresas elétricas distribuidoras privatizadas.....	55
Tabela 5: As hidrelétricas do Projeto Uruguai.....	60
Tabela 6: Relação dos principais entrevistados.....	99

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AMISTA: Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEB: Comissão Eclesial de Base

CEEE: Companhia Estadual de Energia Elétrica (RS)

CGH: Centrais Geradoras Hidrelétricas

CHESF: Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco

CNAEE: Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CNEN: Comissão Nacional de Energia Nuclear

CONAMA: Conselho Nacional de Meio Ambiente

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CRAB: Comissão Regional dos Atingidos por Barragens

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DNAEE: Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

EIA: Estudo de Impacto Ambiental

ELETROBRAS: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELETRONORTE: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

ELETROSUL: Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.

ENERSUL: Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul

EPE: Empresa de Pesquisa Energética

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

GERASUL: Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

LA: Licença Ambiental

LI: Licença de Instalação

LO: Licença de Operação

LP: Licença Prévia

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MME: Ministério de Minas e Energia

MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

ONG: Organização Não-Governamental

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PAIS: Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PCH: Pequena Central Hidrelétrica

PIB: Produto Interno Bruto

PJ: Pastoral da Juventude

PNRH: Política Nacional de Recursos Hídricos

PT: Partido dos Trabalhadores

RESEB: Programa Nacional de Desestatização e Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro

RIMA: Relatório de Impacto Ambiental

SIN: Sistema Integrado/Isolado Nacional

SINGREH: Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

TAC: Termo de Acordo de Conduta

TPP: Teoria do Processo Político

TR: Termo de Referência

UHE: Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Vidas alagadas por um tsunami chamado Desenvolvimento	14
Afluentes sociológicos.....	22
Expansão Organizativa	30
Amplificação simbólica.....	31
Pressupostos de pesquisa	32
Explicação causal.....	37
Procedimentos metodológicos	42
CAP 1 – HISTÓRIA, ENREDO E CONTEXTO.....	47
O setor energético na bacia do rio Uruguai	56
CAP2 – GOLPES DE ENXADA CONTRA MUROS DE BARRAGEM	63
CAP3 – PASSAGEM DE IDA A CAMPO	78
Primeiro ato: mergulho no manancial empírico.....	78
Segundo ato: imersão nas revoltas águas do Alto Uruguai.....	83
Terceiro ato: comportas abertas - ondas de protesto inundam a cidade.....	91
CAP4 – TURBINAS, LINHAS DE TRANSMISSÃO E OUTRAS FERRAMENTAS SOCIOLÓGICAS	96
Os mecanismos causais da mudança de escala	97
Mecanismos da Expansão Organizativa	99
Mecanismos da Amplificação Simbólica	122
Estratégias dos empreendedores.....	138
Filtrando conceitos a partir do tratamento empírico	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
Referências Bibliográficas	154
Páginas de Internet	163
Anexos	164

INTRODUÇÃO

Vidas alagadas por um tsunami chamado Desenvolvimento

“Tinham deixado os caminhos cheios de espinho e seixos, fazia horas que pisavam a margem do rio, a lama seca e rachada que escaldava os pés.”

Graciliano Ramos
Vidas Secas

“O desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes.”

Eduardo Galeano
As veias abertas da América Latina

Quando tinha um ano de idade minha família saiu da capital para tentar a vida no interior. Mal sabiam que a mudança para o Alto Uruguai nos levaria ao centro de uma região que naquela época vivia um período de intensa ebulição social. O Norte do Estado do Rio Grande do Sul foi, desde as décadas de 1980 e 90, cenário de uma série de mobilizações que geraram movimentos sociais¹ protagonistas de lutas que cumprem, até os dias de hoje, um importante papel no âmbito das mobilizações sociais em nível nacional e, até mesmo, internacional.

À medida que compreendia melhor aquele contexto, dava-me conta que o cenário onde vivia - assim como inúmeras outras regiões do mundo - era marcado pela presença de diversos atores que nas suas ações, (re)produziam o emaranhado de relações que caracterizam o mundo globalizado e suas tensões locais. Durante estes anos alimentei curiosidades que aos poucos tornaram-se indagações. Estas amadureceram até darem frutos a algum tipo de avaliação. Hoje, ousou apresentar uma versão – sob as lentes da sociologia – sobre este complexo universo de ações e relações que escrevem uma história particular, mas ao mesmo tempo interligada a processos que transcendem suas particularidades.

¹ Neste trabalho, movimentos sociais são compreendidos genericamente como “redes formais e informais de atores (organizações, grupos e indivíduos) engajadas em conflitos em torno de interesses materiais ou simbólicos, baseadas em identidades compartilhadas” (DIANI, 2000:389).

Os 1262 km ao longo do curso do Rio Uruguai² (dentro do território brasileiro), que fazem a divisa dos Estados do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, e mais adiante, a fronteira do Brasil com a Argentina, é desde a década de 1970 alvo de projetos que visavam a construção de 23 usinas hidrelétricas³ (UHEs) em sua bacia hidrográfica até o ano 2010, com o objetivo de suprir a demanda populacional e industrial por energia elétrica (ROCHA, 2014:6). Em 2015 quatro destas hidrelétricas estão em operação explorando o potencial hídrico do Rio Uruguai⁴ (UHE Itá, UHE Machadinho, UHE Foz do Chapecó e Represa de Salto Grande); e mais três em seus afluentes: UHE Passo Fundo (rio Passo Fundo), UHE Monjolinho (rio Passo Fundo) e UHE Campos Novos (rio Canoas). As demais estão em processo de planejamento, negociação ou inventariação.⁵

A instalação de uma usina hidrelétrica consiste em um processo complexo, tanto no que diz respeito à dimensão técnica (engenharia civil, mecânica e elétrica), quanto em relação aos significativos impactos socioambientais que provoca. A construção de uma barragem implica em transformações profundas na geografia local, tais como a mudança no curso de um rio e o alagamento de porções de terra ocupadas pela fauna, flora e grupos

² O Rio Uruguai tem ao todo cerca de 1770 km de extensão, desconsiderando os rios que, em junção, lhe dão origem: o Rio Pelotas e o Rio Canoas, nas regiões Nordeste do Rio Grande do Sul e Sudeste de Santa Catarina. Se for considerada a extensão do rio Pelotas, sua extensão chega aos 2150 km (Plano Nacional de Recursos Hídricos, 2006).

³ De acordo com o sistema Eletrobrás, uma usina hidrelétrica pode ser definida como um conjunto de obras e equipamentos cuja finalidade é a geração de energia elétrica, através de aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio. Para Benincá (2011:28). Uma barragem consiste em uma barreira artificial feita em cursos de água para a retenção de grandes quantidades de água. A sua utilização é, sobretudo, para abastecer de água zonas residenciais, agrícolas, industriais, produção de energia elétrica ou regularização de um caudal.

Fonte: http://www.furnas.com.br/hotsites/sistemapfurnas/usina_hidr_funciona.asp

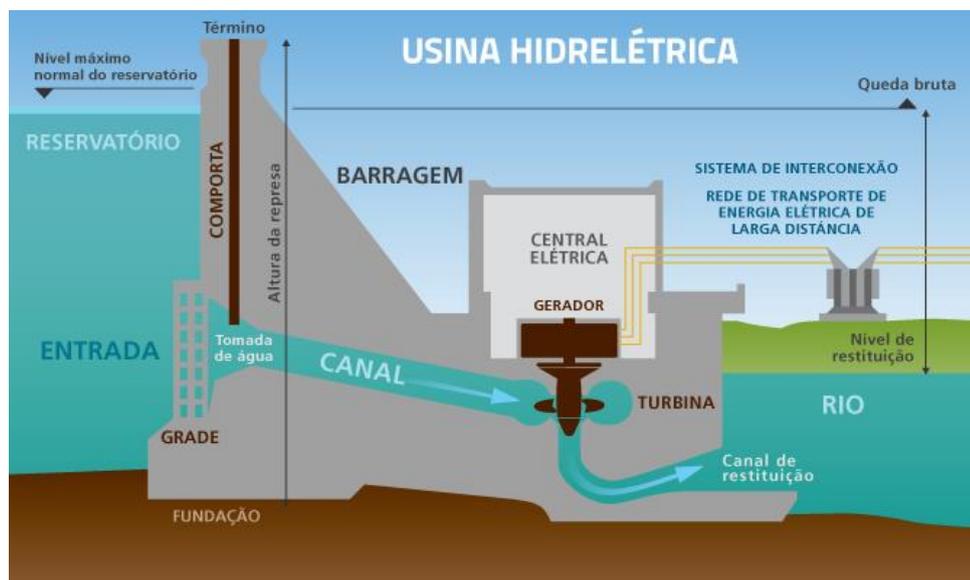
⁴ A bacia do rio Uruguai estende-se entre os Paralelos de 27º e 34º latitude Sul e os meridianos de 49º 30' e 58º 15' W. Abrange uma área de aproximadamente 384.000 km², dos quais 174.494 km² situam-se no Brasil, equivalente a 2% do território brasileiro. Sua porção brasileira encontra-se na região sul, 46.000 Km² no Estado de Santa Catarina e 130.000Km² no Estado do Rio Grande do Sul. É delimitada ao norte e nordeste pela Serra Geral, ao sul pela fronteira com a República Oriental do Uruguai, a leste pela Depressão Central Rio-grandense e a oeste pela Argentina. Abrange 384 municípios brasileiros e uma população de cerca de 3.800.000 habitantes. O potencial para geração de energia hídrica da bacia é de cerca de 12.816 MW, significando 5,1% do potencial nacional. Deste total, 6.482 MW estão inventariados, 1.152 estimados e 5.182 MW já estão sendo gerados. Fontes:

<http://www.natbrasil.org.br/Docs/hidreletricas/Cartilha%20Hidreletrica%2014-3-2011.pdf>.

⁵ O Plano 2010 elaborado pela Eletrobrás em 1979 previa a construção de cerca de 200 usinas hidrelétricas por todo o território nacional, sendo 23 delas na Bacia do Rio Uruguai. Atualmente existem na Bacia do Rio Uruguai 21 usinas em operação ou construção (entre UHEs e Pequenas Centrais Hidrelétricas- PCHs) e cerca de 149 sendo inventariadas. Atualmente existem cerca de 180 grandes UHEs em operação no território nacional.

populacionais humanos. Se os impactos de uma só UHE⁶ são suficientes para colocar em risco a manutenção de diferentes modos de vida, a escolha da bacia do Rio Uruguai como região a ter seus recursos hídricos intensamente explorados teve como consequência a expressiva mobilização social das populações que tradicionalmente habitam a região em um processo que se estende por mais de 40 anos⁷.

Figura 1: Arquitetura de uma usina hidrelétrica

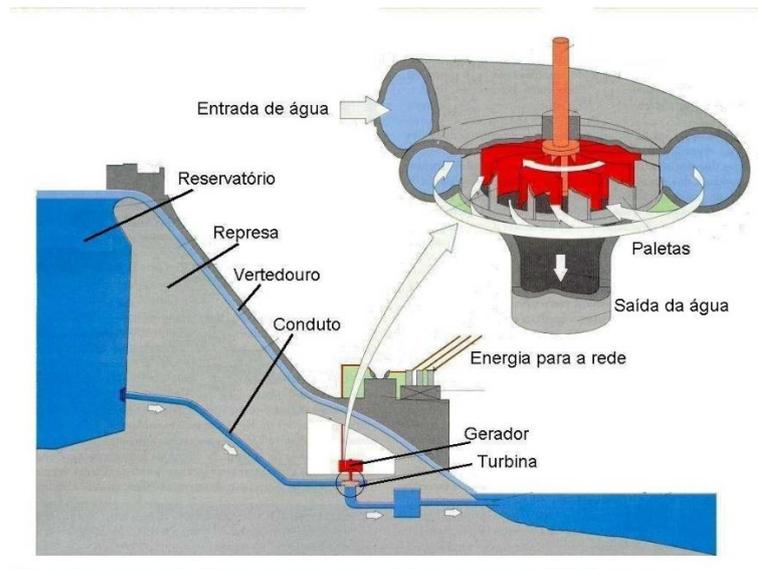


Fonte: http://garabipanambi.com.br/o_que_e_usina_hidreletrica.html (acesso em 12/8/2015)

⁶ O porte de uma unidade de geração hidrelétrica é definido a partir de sua capacidade de produção. Considera-se as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) aquelas com até 1 MW de potência instalada; as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) aquelas entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada; e as Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE) aquelas com mais de 30 MW de potência instalada, sendo que estas correspondem a mais de 70% da geração hidrelétrica brasileira (ROCHA, 2013:31).

⁷ De acordo com Hüffner e Engel (2011), as sete UHEs em operação na Bacia do Rio Uruguai atingiram os territórios e as populações de 50 municípios da região, contabilizando um número aproximado a 11632 famílias atingidas, cifra que pode ser maior devido ao conhecimento de casos não contabilizados.

Figura 2: Gerador de energia de uma usina hidrelétrica



Fonte: <http://fisicanossa.blogspot.com.br/2011/11/como-funcionam-as-usinas-hidreletricas.html>

A encruzilhada sob a qual se encontram tais populações as coloca diante de um clássico paradoxo das políticas de desenvolvimento: de um lado, a demanda por suprir as necessidades de parcela da sociedade inserida no modo de vida moderno e, de outro, as populações atingidas pelos impactos do processo de desenvolvimento e modernização. Além dos impactos materiais mais palpáveis, este choque gera conflitos também em relação a concepções de tempo, espaço e às dimensões valorativas acerca daquilo que é bom para determinada população em termos de justiça e bem-estar.

Esta dualidade é empiricamente explorada por Gustavo Lins Ribeiro (2008) que apresenta, entre outros aspectos, as diferenças cosmológicas que se manifestam em função dos impactos do que chama *projetos de grande escala*. Estes consistem nas obras realizadas através da parceria entre Estados nacionais e empresas público-privadas cujo objetivo é prover a infraestrutura que proporcionará a produção material de bens e o sustento da produção relacionada às formas modernas de vida. A construção de usinas hidrelétricas faz parte do rol das obras de infraestrutura essenciais para a manutenção e ampliação da produção econômica não somente capitalista, mas baseada nos padrões da economia moderna de forma abrangente. A execução destes grandes projetos tem como uma de suas consequências principais o conflito material e simbólico que se estabelece - grosso modo -

entre os agentes promotores do desenvolvimento e as populações atingidas por seus efeitos.

A mobilização dos *atingidos por barragens* é uma das expressões desse conflito. Sua organização demonstra que as populações não se mobilizam somente para reivindicar questões materiais, como direito a uma justa indenização e realocação em áreas suficientemente produtivas. Os atingidos, em grande medida, reivindicam também o direito à voz no debate sobre o que é socialmente justo e necessário em termos de melhorias nas suas condições de vida e sobre a possibilidade de dar continuidade à própria comunidade. Autores como Pietr Vries (2007) questionam a suposta “crítica inerente” atribuída por pesquisadores, acadêmicos e políticos a diversos movimentos sociais - sobretudo os do Sul do globo – em relação às políticas de desenvolvimento⁸, como se o confronto entre agentes da modernidade⁹ e populações atingidas estivesse dado *à priori*. A partir de uma etnografia realizada nos Andes, Vries argumenta que não raro as populações nativas posicionam-se a favor das políticas de desenvolvimento, reivindicando o direito de acesso aos benefícios materiais oferecidos por elas. Neste sentido, o autor critica a ideia de que os indivíduos estariam “abrindo mão da ‘pureza’ de suas culturas” ao almejarem os benefícios proporcionados pelo desenvolvimento. O que é problematizado por outros autores (QUIJANO, 2000; ESCOBAR, 2007) ao abordarem os temas do desenvolvimento e da modernidade, no entanto, é a desigualdade no encontro; ou seja, a sobreposição, via imposição de valores e modos de vida, - de uma cultura sobre a outra.

⁸ Para o economista José Eli da Veiga (2006) a ideia de desenvolvimento é complexa e não pode ser reduzida às duas definições extremas que geralmente se confrontam: a de que desenvolvimento se resume ao crescimento econômico e a de que o desenvolvimento é meramente uma ilusão ou armadilha ideológica. A noção de desenvolvimento está intrinsecamente ligada ao projeto da modernidade iniciado no Ocidente a partir do século XVII e nas sociedades contemporâneas é caracterizada por sua complexidade e multidimensionalidade. Para tanto, Eli da Veiga apregoa-se às tentativas de definição de Amartya Sen (1999), Ignacy Sachs (2002;2004) e Celso Furtado (2004) de que o desenvolvimento abarca questões políticas, econômicas, sociais, culturais, éticas e morais que envolvem um projeto social que deveria priorizar a melhoria das condições de vida de acordo com o que as distintas populações culturalmente definem como melhoria.

⁹ De acordo com Japiassú e Marcondes (2001:185), em um sentido geral a modernidade se opõe ao classicismo e ao apego aos valores tradicionais, identificando-se com o racionalismo, especialmente quanto ao espírito crítico e com as ideias de progresso e renovação, pregando a libertação do indivíduo do obscurantismo e da ignorância através da difusão da ciência e do conhecimento em geral. Dessa forma, constitui-se em uma nova forma de pensamento e de visão de mundo inaugurada pelo Renascimento e que se contrapõe à escolástica e ao espírito medieval, desenvolvendo-se nos sécs. XVI e XVII com Francis Bacon, Galileu e Descartes, dentre outros, até o Iluminismo do séc. XVIII, do qual é a principal expressão. Corresponde a uma controvérsia contemporânea que envolve questões filosóficas de interpretação da sociedade, da política, da economia, da arte e da cultura.

O debate acerca das consequências do desenvolvimento pode ser estabelecido a partir do *paradigma da alteridade*, isto é, na forma como se estabelecem discursos tendo por base a dicotomia *Nós X Eles*. Este paradigma é constitutivo do choque iniciado com as colonizações do século XV, que promoveram a expansão e influência da cultura ocidental a outras regiões do mundo e, em grande escala, a sobreposição de seus elementos culturais a outras matrizes cosmológicas. Os desdobramentos deste processo seguem produzindo consequências: além do genocídio das populações nativas, da escravidão e do sistema de espoliação de matérias primas e outros recursos naturais que marcaram suas fases iniciais (GALEANO, 2002)¹⁰, a “ocidentalização” de regiões como a América Latina é fruto da construção discursivo-ideológica que justificou a modernização através de ideias baseadas na *missão civilizadora*, no *darwinismo social*, no *progresso* e na superação do *subdesenvolvimento* (RIBEIRO, 2008; MIGNOLO, 2010).

A ideia de que o mundo não-europeu é o lugar da falta (CLASTRES, 2003)¹¹ e que por isso a busca pelo desenvolvimento deve ser sua meta, seria a principal justificativa para este processo, apesar das consequências citadas acima. Os propósitos do desenvolvimento e da modernidade pretendem-se universais – seu raio de alcance é global –, entretanto, seus parâmetros são locais, o que conseqüentemente gera conflitos devido à imposição que caracteriza sua difusão. A expansão da modernidade é baseada em padrões políticos, econômicos, ideológicos e estéticos do Ocidente e se sustenta na sobreposição em relação a outras matrizes cosmológicas, classificadas como primitivas, atrasadas ou *subdesenvolvidas*. Ao longo do século XX, a crítica ao desenvolvimento no âmbito das ciências sociais assume uma notoriedade que antes era ofuscada pela abordagem quase acrítica em relação às políticas desenvolvimentistas. A partir da década de 1970, sob grande influência do *construtivismo pós-estruturalista*, a modernidade passa a ser questionada através da relação direta estabelecida entre discurso e prática (FOUCAULT, 2010; 2012)¹². As teorias atuais do *pós-desenvolvimento* assumem este papel e dão continuidade à crítica tendo basicamente

¹⁰ A primeira edição é de 1974.

¹¹ O principal questionamento desenvolvido por Pierre Clastres em *A sociedade contra o estado* diz respeito ao julgamento estabelecido pela tradição eurocêntrica de que as sociedades não-ocidentais (neste caso as culturas ameríndias) seriam caracterizadas pela ausência: de bens materiais, tecnologias e, no limite, da própria figura do Estado. A primeira edição é de 1976.

¹² As primeiras edições são de 1966 e 1979 respectivamente.

dois alvos principais: as *teorias da modernização* e o *marxismo*. Em relação às primeiras, a crítica se direciona à suposta necessidade de modernização e à abordagem acrítica no que diz respeito aos valores e demais dimensões *locais* deste processo que se sobrepõe a outras formas de organização social sob a justificativa de reivindicar-se *global* ou *universal*. Também compõe a crítica às teorias da modernização o questionamento das teorias do crescimento *ad infinitum* e ao economicismo a ele inerente. Em relação ao marxismo, a crítica provém, sobretudo, das correntes *pós-coloniais*, que identificam neste uma ruptura *dentro* da Modernidade cujos preceitos não transcenderiam à mesma e não seriam uma alternativa no horizonte de outras matrizes cosmológicas, como as das populações nativas americanas, por exemplo.

O grande debate está centrado, de um lado, na suposta incompletude do desenvolvimento ou na falta de adesão a ele; e, do outro, nas conseqüências do desenvolvimento e da modernidade. O foco das críticas pós-desenvolvimentistas está na dimensão epistemológica: discursos, narrativas e representações (verdade e poder). Considerando que existem inúmeras correntes teóricas que discutem os fundamentos e as implicações do desenvolvimento, podemos definir três grandes correntes¹³ que identificam a dimensão conflitiva inerente à própria ideia de desenvolvimento na atualidade:

Tabela 1: Paradigmas atuais do desenvolvimento

	Modernidade Incompleta	Modernidades Alternativas	Pós-Colonialismo
Autores	Giddens (1990) Habermas (1990)	Arce; Long (2000)	Quijano (2000) Escobar (2007) Mignolo (2010)
Posição	Crítica às conseqüências da modernidade, mas aposta na sua reforma. Defesa de que o Projeto Moderno está incompleto e pode ser reestruturado.	Defesa de <i>Modernidades Alternativas</i> . O foco não está nos que estão fora, mas nos que estão inseridos de forma marginal no Projeto Moderno. Estes conferem pluralidade ao mundo moderno. Atenção aos conflitos e rearranjos da modernidade.	Defesa de que existe uma externalidade à modernidade que não é contemplada por não compartilhar dos mesmos pressupostos culturais. Avanço da modernidade como confronto e violência.

Elaboração do autor

¹³ Os autores citados são alguns dos expoentes em cada corrente, havendo outros dentre eles. A alocação dos mesmos em uma mesma corrente não significa que suas abordagens não tenham diferenças substanciais entre si. O esquema acima leva em conta similaridades entre as abordagens que permitem tal comparação.

As três correntes acima apresentam pressupostos distintos, mas o ponto em comum entre elas é o reconhecimento de que o projeto desenvolvimentista da modernidade ocidental gera conflitos que lhe são inerentes. Estes, como já mencionado, se dão em decorrência da disputa pelo controle e manejo de recursos e pelo próprio significado destas práticas. Para Serge Latouche (2002), as sociedades ocidentais desenvolveram uma espécie de fé na inovação tecnológica: crença de que a inovação contínua, o desenvolvimento tecnológico e a busca pela produção crescente de riquezas tendo em vista o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) *ad infinitum* são a eterna solução dos problemas ocidentais. A concepção acrítica e a naturalização desta forma de pensar o mundo transformaria a modernização e o desenvolvimento em uma espécie de dogmas do Ocidente. O economicismo e o tecnicismo cientificista seriam suas principais expressões. Segundo o autor, o Ocidente deveria romper com este dogmatismo através da constituição de uma espécie de “ateísmo em relação à própria cultura”.

Se a cosmovisão ocidental é tão local quanto qualquer outra, como justificar que o desenvolvimento, isto é, a crença de que o *progresso* só pode ser alcançado através de intervenção intensiva e sistemática sobre a natureza para produzir inovação de maneira incessante, tendo em vista a produção de riqueza sob parâmetros que tendem ao infinito (quando os recursos são finitos) é o modelo que *deve* ser seguido em todos os continentes? Conflitos decorrentes desta questão são gerados desde o século XV e a maneira como se estabelecem são mais complexas do que se pode inicialmente imaginar. No século XXI, as reivindicações das populações atingidas por barragens são uma das conseqüências destes choques que seguem se (re)produzindo como desdobramentos do projeto da modernidade e das resistências a ele. Ao longo dos próximos capítulos veremos como os diversos atores que navegam nos rios e mares da modernidade enfrentam tsunamis, constroem represas, derrubam barragens e confeccionam mapas de orientação em meio às tempestades da navegação. Não raro os mapas se apresentam em linguagens que não se traduzem entre si e o que pode estar em jogo não é somente a posse da bússola, mas a disputa sobre para qual direção ela aponta.

Afluentes sociológicos

Esta pesquisa consiste em um estudo sobre o processo de **mudança de escala** (*scale shift*) na mobilização das populações atingidas por barragens na bacia do Rio Uruguai. A questão sociológica que a orienta é definida da seguinte forma: **como se dá a transformação de um determinado movimento social envolvido em conflitos pontuais em um ator de maior alcance, imbuído de objetivos, pautas e bandeiras políticas diversas?**

A partir desta questão consideram-se dois eixos de análise que correspondem: [1] ao processo de mudança na escala da organização ao longo do tempo; e [2] ao processo de construção de justificativas para a mobilização ancoradas na construção de sentidos de justiça e enquadramentos interpretativos¹⁴. O primeiro diz respeito ao que aqui chamamos de *expansão organizativa*, que significa o crescimento da organização dos atingidos por barragens em termos de estrutura e alcance da ação. O segundo eixo denominamos *amplificação simbólica*¹⁵ e diz respeito às transformações argumentativas e simbólicas sob as quais os atingidos organizados atribuem significado ao problema social que os atinge, aos seus opositores, à sua própria organização, às reivindicações que pleiteiam e aos objetivos que defendem.

Como pano de fundo da questão de pesquisa proposta está o interesse em explorar *como* os agentes engajados em movimentos sociais se mobilizam, manejam repertórios, discursos previamente existentes e, a partir disso, criam novas formas de mobilização embasadas em novos elementos discursivos. O foco de análise no *produto* das ações coletivas tende a apresentar resultados que vão além da constatação dos elementos prévios supostamente condicionantes da ação. O esforço aqui será o de apresentar uma *explicação*

¹⁴ “Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-las em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado” (ENTMAN, 1993:52). Já para Benford e Snow, o processo de enquadramento (*framing process*) consiste em uma “batalha interpretativa” travada pelos movimentos sociais contra seus opositores na definição do próprio conflito e da justiça/legitimidade das posições em disputa (BENFORD; SNOW, 2000).

¹⁵ Pensamos este conceito a partir da definição do amplificador eletrônico, que se trata de um equipamento que intensifica e aumenta sons ou sinais de áudio e vídeo. A ideia está justamente na capacidade de ampliação do raio de alcance de uma mensagem e, sobretudo, na sua difusão. Todavia, esta capacidade é aqui entendida não somente como ampliação do raio de alcance de uma mesma mensagem, mas também na incorporação de novos elementos que podem transformá-la durante a amplificação.

causal dos elementos presentes no processo de *mudança de escala* da ação coletiva, tendo como exemplo o caso dos atingidos por barragens na bacia do Rio Uruguai.

Dessa forma, o esforço concentra-se em realizar uma análise do processo de mudança de escala baseada na forma como os atingidos mobilizam elementos discursivos e produzem práticas orientadas a partir dos sentidos de justiça por eles estabelecidos. Ao produzirem discursos que embasam a ação, os militantes inscrevem-se em arenas de disputa em torno de temas como desenvolvimento, justiça social, sustentabilidade, direito à terra e defesa de modos de vida. A relação entre discurso e prática é empregada nesta pesquisa considerando a materialidade simbólica dos fenômenos sociais. Assumir tal posição na pesquisa não significa que os argumentos mobilizados pelos agentes contenham verdade intrínseca *à priori*. São os atores que julgam os fenômenos a partir de suas concepções de mundo e assim criam sentidos de [in]justiça sobre os impactos que os fenômenos sociais produzem (IBARRA; KITSUSE, 1993).

A partir da construção discursiva, os agentes vão tecendo práticas nas quais apresentam elementos identitários manifestados tanto nos objetivos do movimento, quanto na maneira como se engajam pessoalmente e dão sentido à sua atuação enquanto militantes. Aqui, racionalidade, lógica e elementos emotivos estão juntos no processo de construção discursiva a partir da qual os militantes agem enquanto movimento e produzem transformações na própria organização – provocando a mudança de escala a partir da *difusão* dos seus objetivos. **Em uma via de mão dupla, *expansão organizativa e amplificação simbólica* integram um mesmo processo, o da *mudança de escala*, influenciando-se mutuamente e estabelecendo relações de causalidade que permitem sua explicação.**

O conceito de *mudança de escala* carrega consigo a ideia de que a organização e mobilização dos atingidos por barragens passam por transformações materiais e simbólicas ao longo do tempo. Esta forma de encarar o problema de pesquisa dialoga com os pressupostos da Teoria do Processo Político (TPP), cujas principais referências aqui mencionadas são Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam em uma obra conjunta intitulada *Dynamics of Contention* (2001). Neste livro os autores realizam a análise de dezoito acontecimentos políticos importantes entre a Revolução Francesa e a queda do Muro de Berlim, estabelecendo um estudo comparativo entre as formas de ação coletiva e os movimentos sociais envolvidos em tais eventos. Ainda que deixem claro que a intenção

da pesquisa não seja o estabelecimento de uma análise linear e atemporal dos fatos, os autores fazem o esforço de identificar mecanismos mais ou menos gerais presentes nestes eventos que expliquem o sucesso ou o fracasso das ações coletivas.

Tal planteamiento, inspirado en la definición tillysiana de conflicto político, reconoce que no cualquier episodio contencioso es condición *sine qua non* para la elaboración de problemáticas públicas pero a la vez afirma que en el conflicto reside una potencia de la que carecen otros fenómenos políticos: activar, de forma simultánea, diversos efectos en el plano de la acción colectiva, de las relaciones de poder, del sistema político, en suma, del conjunto de las interacciones socio-estatales. La doble productividad del conflicto reside, pues, en que a través suyo los públicos emergen y reverberan las demandas sociales que definen y alteran el terreno de la contienda política. Un nivel y otro se ven condicionados por las características del campo de fuerzas en que se desenvuelve la confrontación (RAMÍREZ GALLEGOS, 2016:6)

As noções de *processo* e de *causalidade* cumprem papel importante nas obras destes autores: de acordo com Tarrow e McAdam (2005), há uma diferença tácita entre os estudos clássicos sobre os movimentos sociais – que buscavam identificar elementos/variáveis estruturais e culturais que operariam como condições necessárias e/ou suficientes para a ação coletiva – e as pesquisas realizadas pela TPP, que direcionam o foco de análise ao inventário de eventos, processos e mecanismos que podem apresentar-se em maior ou menor grau nas ações coletivas contestatórias de forma geral.

Dessa forma, McAdam, Tarrow e Tilly definem a idéia de mecanismos como “*a delimited class of events that alter relations among specified elements in identical or closely similar ways over a variety of situations*” (2001:11); e processo como “*recurring combinations of such mechanisms that can be observed in a variety of episodes of contentious politics*” (Ibid.). Isto é, ao invés de buscar elementos estáticos que funcionariam como determinantes da ação coletiva, os autores da TPP procuram identificar mecanismos dinâmicos que podem operar conjuntamente - dependendo do contexto - na formação de processos nos quais os agentes desencadeiam mobilizações, protestos e formam organizações¹⁶. Dentre os mecanismos da ação coletiva contestatória, os autores identificam a *mudança de escala* como um dos mais importantes e o definem como “*a change in the number and level of coordinated contentious actions leading to broader contention involving a wider range of actors and bridging their claims and identities.*” (2001:331). Isto é, a

¹⁶ Em linhas gerais, os mecanismos são tipos específicos de ação praticadas pelos agentes - a partir de suas capacidades e/ou disposições -, que produzem mudanças na realidade em um determinado sentido (MARCHAMER; DARDEN; CRAVER, 2000).

mudança de escala envolve tanto alterações organizativas (aumento do alcance de ação do movimento, incorporação de novos atores, complexificação da estrutura organizacional, etc.), quanto transformações nos fundamentos simbólico-culturais que definem a identidade do movimento.

Os autores complementam a ideia afirmando que a mudança de escala é formada, basicamente, por outros dois mecanismos: a *difusão* e a *mediação*. A diferença entre elas seria que enquanto o termo difusão se refere à transmissão de informações e ideias através de relações já estabelecidas entre agentes, a mediação seria caracterizada pela transferência de informações através do estabelecimento de relações entre indivíduos e grupos que anteriormente não estavam conectados. Portanto, difusão e mediação são elementos fundamentais para que a mudança de escala seja possível. A difusão dos ideários de um movimento social para distintos quadros militantes seria responsável por manter a coesão, por um lado e, por outro, para expandir o movimento dentro de uma área de alcance mais localizada. A mediação, por sua vez, seria o mecanismo através do qual se poderia explicar como um movimento social transcende sua esfera local, passando atuar em níveis mais abrangentes como a esfera nacional ou transnacional.

Na obra em questão, os autores concentram-se mais na análise das mudanças de escala dos movimentos sociais no seu nível “quantitativo” e parecem não dar tanta atenção às dimensões de caráter “qualitativo” ou simbólico. Neste sentido, como forma de aprimorar tal análise devemos avançar no processo de compreensão do crescimento da organização dos atingidos. Isto significa que não devemos analisá-lo somente a partir da ideia de que, ao longo do tempo, consiste “no mesmo movimento só que maior”, mas também levarmos em conta que no processo de mudança de escala o movimento vai se reinventando e se resignificando de forma não-linear, o que corresponderia à dimensão de caráter mais “qualitativa” da mudança de escala, representada nesta pesquisa pelo que denominamos amplificação simbólica.

Tornar uma demanda política aceitável e relevante implica na articulação de sentidos e significados que buscam fazer das reivindicações algo inteligível e legítimo à esfera pública; ou seja, convincente no sentido de conquistar a simpatia ou a adesão de indivíduos e grupos alheios ao movimento, mas que podem tornar-se simpatizantes da causa, apoiá-lo abertamente ou até mesmo converterem-se em militantes. Sob diversas perspectivas teóricas e epistemológicas, vasta literatura das ciências sociais busca explicar de que

maneira elementos discursivos são mobilizados de forma a garantir coerência e legitimidade às ideias e representações construídas pelos grupos sociais, como por exemplo, na obra clássica *Injustiça* de Barrington Moore Jr. (1987)¹⁷. No âmbito da sociologia, os estudos em torno da construção de *enquadramentos interpretativos* têm sido um dos principais suportes teórico-metodológicos mobilizados para a explicação de como agentes organizados em movimentos sociais compartilham ideias e objetivos comuns que sustentam sua mobilização.

A noção de quadro interpretativo (ou moldura interpretativa – *interpretative frame*) é extraída originalmente da obra de Erving Goffman (1974) e, posteriormente introduzida nas discussões acerca dos movimentos sociais. Goffman desenvolve o conceito tendo em vista explicar como os indivíduos constroem significados que os permitem organizar suas experiências de vida expressas nas interações quotidianas. Preocupado em esmiuçar os elementos constituintes nas relações face a face, Goffman as disseca numa série de fatores que vão desde a emissão, recepção e compreensão de informações em uma conversa informal, à representação de papéis sociais cuja reprodução estaria ancorada em um nível mínimo de expectativa criada entre os interlocutores em relação à conduta do outro. Neste sentido, Goffman define o conceito de *interpretative frame* como “*princípios de organização que governam eventos (...) e nosso envolvimento subjetivo neles*” (GOFFMAN, 1986)¹⁸.

A utilização do conceito de enquadramento interpretativo na análise dos movimentos sociais é introduzida por Snow (1986) e Benford (1997) e, posteriormente, passa a ser utilizada por outros autores deste campo de estudos. O objetivo seria a operacionalização do conceito de Goffman a níveis mais abrangentes que aquele das interações face a face. Neste caso, utilizá-lo na compreensão de como indivíduos organizados em movimentos sociais constroem significados, justificativas e motivações para suas ações. De acordo com Benford e Snow (2000), o conceito de quadro interpretativo aplicado ao estudo das ações coletivas serve para a compreensão de três dimensões centrais: [1] a como os agentes diagnosticam (e constroem) determinado problema social; [2] como propõem soluções viáveis a este problema; e [3] como fomentam o engajamento. Desta forma, os autores definem o conceito de enquadramento interpretativo da ação

¹⁷ Primeira edição de 1978.

¹⁸ Edição original de 1974.

coletiva como elementos que *“inspiram e legitimam atividades e campanhas de um movimento social”* (BENFORD; SNOW, 2000).

As três dimensões citadas acima abarcariam outros três níveis: o discursivo, o estratégico e o contencioso. O nível discursivo tenta dar conta de como os atores elaboram e compartilham significados entre si, criando uma base mínima de identificação mútua na qual se engajam. O elemento discursivo é também aquele a partir do qual os atores elaboram de forma lógica seus sentidos de justiça, ligando seus significados compartilhados a uma razão para engajar-se. No nível estratégico, os indivíduos organizados elaboram sua forma de ação com vistas a atingir seus objetivos, que por sua vez pode produzir o nível contencioso, aquele no qual organizados os agentes desencadeiam ações em prol de suas reivindicações e contra seus opositores. Note-se que Benford e Snow calcam sua análise dos marcos interpretativos nos seus elementos *“racionais/estratégicos”*, não dando tanta ênfase aos elementos simbólicos mais ligados ao papel das emoções no processo de engajamento e sustentação da ação coletiva. Algo que posteriormente vai ser complementado por trabalhos como os de Jasper, Goodwin e Polletta (2001) que problematizam a artificialidade da separação entre razão e emoção, comumente empregada nas ciências sociais como legado de seus autores clássicos cujos paradigmas datam dos séculos XVIII e XIX.

A partir de outra matriz epistemológica, Luc Boltanski apresenta uma análise dos processos de construção de significados da ação de forma um tanto comparável no conteúdo em relação à ideia dos quadros interpretativos, mas distinta em relação aos seus pressupostos. Se, por um lado, os autores da TPP de forma geral estão mais atentos aos mecanismos constituintes e às condições de possibilidades da formação de quadros interpretativos, por outro lado, a sociologia pragmática¹⁹ de Boltanski estaria mais voltada

¹⁹ A sociologia pragmática se contrapõe à chamada sociologia crítica no que tange aos seus fundamentos epistemológicos e aos pressupostos do fazer sociológico. Os principais expoentes da sociologia pragmática são Bruno Latour (1991; 2005); Laurent Thévenot e Luc Boltanski (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). A crítica dos pragmáticos à sociologia crítica corresponde, sobretudo, ao papel do sociólogo no processo de construção do conhecimento. De acordo com os pragmáticos, os sociólogos tendem a fazer da sociologia um universo de léxicos, conceitos e metodologias próprias que acabam por criar uma *“esfera sociológica”* cujo acesso e autoridade de falar sobre pertence somente aos sociólogos. Este fato não difere do processo de constituição de outras disciplinas científicas, entretanto, o efeito *“perverso”* estaria na constituição de um lugar privilegiado de enunciação de verdades sobre *“o social”*. Tais verdades se sobreporiam aos léxicos mobilizados pelos atores não-sociólogos na medida em que se utiliza uma linguagem (sociológica) que está situada em espaços de autoridade, legitimidade e poder. A principal crítica dos pragmáticos aos críticos se assenta na pretensão de desvelamento do real àqueles indivíduos que não dominam o discurso sociológico e que, portanto, teriam uma visão *“incompleta”* da realidade. Todavia, o que alertam os sociólogos pragmáticos é que muitas vezes o fazer

aos efeitos produzidos por uma determinada forma de justificação, o que não impede a análise dos elementos presentes na construção de justificativas:

Um procedimento pragmatista se situa em um registro diferente daquele do processo político. Em vez de apresentar uma visão de simples exterioridade em relação ao que descreve, ele acompanha as “experiências” e as “perspectivas” dos atores. Se inspirando na herança de Park, Mead e Dewey, parte da ideia de que uma dinâmica de mobilização coletiva é um processo de co-definição e de co-domínio de situações problemáticas. O desafio é descrever a mutação das experiências coletivas e dos meios institucionais, fazendo-os emergir das atividades enquanto estas se realizam (...) a questão é menos a do “público e seus problemas” que do “problema e seus públicos” (CEFAÏ, 2009:16).

Ainda que difícil comparar em termos epistemológicos e metodológicos por se tratarem de escolas sociológicas distintas, tanto Benford (1997) quanto Boltanski (1991; 1999) partem do princípio de que os significados que os atores atribuem aos fenômenos sociais estão o tempo todo em disputa. Para Boltanski, os atores se utilizam do que chama de *princípios de grandeza* para justificarem suas ações. A forma de inventariar as *gramáticas* utilizadas para justificar uma ação ou reivindicação e a análise dos efeitos produzidos pela mobilização de ordens de grandeza, tornou conhecida a obra de Boltanski como uma *sociologia das justificações*. Esta seria por definição uma sociologia dos conflitos, visto que os atores estão disputando ordens de justificação ao atribuírem significados distintos a um determinado fenômeno social, como por exemplo, em relação à necessidade da construção de hidrelétricas e a remoção de populações. Neste caso, temos dois polos antagônicos (ainda que o número de atores em disputa possa ser maior): de um lado, as populações atingidas pelo empreendimento e, de outro, as grandes corporações cujo negócio é a construção de barragens.

Para justificar cada uma das posições, os agentes de ambos os lados precisam mobilizar justificativas a partir de ordens de grandeza já existentes, mas passíveis de adequação, contextualização ou mesmo transformação. Um lado, por exemplo, mobiliza discursos referentes a ideias de defesa do crescimento econômico, da promoção do desenvolvimento, do progresso ou da necessidade de ampliação do modelo energético existente para que o sistema vigente não colapse; enquanto o outro lado mobiliza sentidos de justiça referente ao direito de permanecer nas áreas onde tradicionalmente vivem, critica o modelo energético vigente, apresenta a necessidade de se transformar este modelo e

sociológico se presta mais a rotular com conceitos próprios os fenômenos sociais que os atores não-sociológicos já conhecem, do que contribuir para a complexificação do conhecimento.

defende o direito de não terem seus meios de vida impactados pelo avanço do modelo hegemônico.

A definição dos parâmetros de justiça só pode dar-se a partir da capacidade de cada um dos lados mobilizarem elementos argumentativos capazes de [re]significar o fenômeno enquanto ato de necessidade ou [in]justiça. A consolidação de argumentos convincentes em relação ao fenômeno pode não somente orientar a ação dos atores envolvidos, mas também dos não envolvidos diretamente no conflito, assim como produzir ações práticas efetivas na arena sociopolítica que podem definir os rumos do conflito. Seguindo a linha argumentativa de Boltanski, a complexificação do discurso dos atingidos por barragens não estaria somente ligada a um processo de “tomada de consciência” (nos moldes do marxismo clássico), mas também à capacidade de articulação dos seus militantes que ao entrarem na arena de disputas acerca da discussão em relação às barragens, são levados a [re]qualificarem freqüentemente seu discurso em relação ao polo oposto de disputa na busca por legitimidade.

A mudança de escala do movimento implica, assim, que ele passe a disputar sentidos de justiça com opositores tão ou mais influentes do que ele, o que é fundamental para o estabelecimento de parâmetros sob os quais se firmam alianças e se conquistam simpatizantes. Além do mais, a disputa em termos simbólicos define regimes de veracidade sob um determinado fenômeno sob os quais outros atores (aliados, simpatizantes e outros opositores) passam a pautar suas próprias ações. A difusão dos sentidos de [in]justiça a arenas mais abrangentes de disputa – ou seja, que envolvem diversos atores influentes no debate público – através do mecanismo da mediação é um dos elementos fundamentais que, por um lado, explica o crescimento do movimento e que, por outro, reflete sua capacidade de disputar regimes de veracidade com seus opositores.

Para Daniel Cefaï (2009) a principal contribuição tanto da TPP quanto da sociologia das justificações é romper com os paradigmas clássicos dos estudos sobre mobilização e movimentos sociais calcados no legado do utilitarismo que tratam os indivíduos como demasiadamente calculistas, como se o que estivesse em jogo no processo de mobilização social fosse tão somente o cálculo racional baseado na maximização de possíveis ganhos:

Os atores não são mais apenas marionetes movidas por condições objetivas às quais obedecem, não são mais somente pequenos demiurgos que calculam, em termos de rentabilidade ou de produtividade. Eles são confrontados a mundos, dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras de se engajar, são submetidos a coerções ecológicas fortes, mesmo dispondo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade. E, sobretudo, dispõem de uma *capacidade de julgamento estético, moral e político* (CEFAÏ, 2009:15).

Entendemos que a principal contribuição do referencial teórico articulado nesta pesquisa é o de oferecer ferramentas que nos possibilitem compreender a mudança de escala da mobilização para além dos elementos puramente materiais, mas sim levando-se em conta a materialidade dos elementos simbólicos (seus efeitos reais) que nos permite analisar este processo de maneira a não reduzi-lo à racionalidade e ao interesse prático dos indivíduos, que têm sim sua importância na explicação de como ocorrem as ações coletivas, mas não as explicam em sua totalidade. Basicamente, a conjunção da análise dos elementos materiais e simbólicos nos permite sustentar o argumento de que a mudança de escala das mobilizações corresponde a transformações que fazem dos movimentos sociais algo mais complexo do que simplesmente estruturas maiores, e sim os transformam substancialmente em atores coletivos de outra natureza que, obviamente, conservam elementos identitários ao longo do tempo.

Expansão Organizativa

Entende-se por *expansão organizativa* no âmbito desta pesquisa todo o processo pelo qual a mobilização e organização dos atingidos por barragens logra sustentar-se através da ampliação de suas estruturas materiais. Como veremos de forma mais detalhada no capítulo 2, a mobilização das populações atingidas por barragens na bacia do Rio Uruguai inicia em meados da década de 1970 e se expande a partir da formalização de organizações como a *Comissão Regional dos Atingidos por Barragens* (CRAB), na primeira metade dos anos 80 e que, em 1991, dará origem ao *Movimento dos Atingidos por Barragens* (MAB). Este, atualmente, atua em todas as regiões do país e consiste no maior e mais expressivo movimento social aglutinador da organização dos segmentos atingidos por barragens. Como veremos mais adiante, o MAB não representa a totalidade dos atingidos, mas ilustra a mudança de escala na sua organização na medida em que se constitui enquanto um ator articulado em todas as regiões do país e protagoniza ações que colocaram as reivindicações

dos diversos segmentos atingidos na agenda política dos níveis municipais, estaduais e federal.

O processo de mudança de escala potencializado a partir da ação do MAB consiste em um caso empírico bastante ilustrativo da questão de pesquisa proposta acima. Dentre os principais mecanismos dinâmicos que compõem o processo de mudança de escala, Sidney Tarrow e Doug McAdam (2005) apresentam os já referidos *difusão* e *mediação*, além do mecanismo de *alinhamento/formação de coalizão*, que diz respeito à capacidade de um determinado movimento social compor blocos de ação com outros movimentos com causas similares ou transversais às suas. Como veremos mais adiante, junto com os demais mecanismos, a formação de coalizão também compõe um dos elementos que possibilitaram ao MAB mudar de escala.

Amplificação simbólica

Por amplificação simbólica denominamos **o mecanismo pelo qual os atores envolvidos em disputas sociais logram difundir suas reivindicações e relacioná-las a outras bandeiras políticas semelhantes ou mais abrangentes que suas demandas particulares**. Ela também abrange outros mecanismos auxiliares tais como o *enquadramento*, a *justificação*, a *performance* e a *difusão*. Na abrangência desta pesquisa, operacionalizamos a amplificação simbólica com o objetivo de compreender e identificar como movimentos sociais ampliam e expandem suas bandeiras políticas relacionando-as a questões que transcendem suas demandas mais específicas. O caso dos atingidos por barragens - sobretudo através do MAB - expressa um exemplo bastante característico neste sentido.

No processo de expansão da mobilização dos atingidos por barragens, além da já referida expansão organizativa, a amplificação simbólica também corresponde a uma das dimensões explicativas deste processo. Ela diz respeito, basicamente, à maneira como os atingidos relacionam o problema social que os afeta a processos mais abrangentes/sistêmicos. Portanto, analisar como se dá a amplificação simbólica no âmbito da mobilização dos atingidos por barragens significa explorar os mecanismos acionados que possibilitam relacionar um problema específico – o desterro e demais prejuízos ocasionados pela construção de barragens – com processos relacionados às políticas de desenvolvimento e ao próprio funcionamento do capitalismo.

Dentre os mecanismos que compõem a amplificação simbólica, caracterizamos resumidamente o *enquadramento* como a identificação de elementos, processos ou fenômenos sociais e a capacidade de atribuir sentido a eles; a *justificação* como a capacidade de atribuir sentido a um determinado problema/processo/fenômeno a partir de determinadas gramáticas que buscam conferir legitimidade, reconhecimento e justiça a uma determinada demanda; a *performance* como capacidade/habilidade de se articular ações públicas coordenadas que abrangem o universo simbólico de um determinado grupo ou movimento social expressando sentimentos, identidades e intencionalidades compartilhadas coletivamente; e a *difusão* que corresponde à capacidade de um determinado grupo ou movimento fazer ecoar publicamente suas reivindicações.

Pressupostos de pesquisa

Do ponto de vista epistemológico, considera-se nesta pesquisa que a ontologia dos fenômenos sociais é passível de compreensão, análise e explicação, ainda que o exercício de investigação também implique na construção do próprio objeto de pesquisa. Como sustentam alguns expoentes contemporâneos do *realismo crítico* (ARCHER, 1995, 1998; BHASKHAR, 1989; VANDENBERGHE, 2010), uma via não exclui a outra e a consideração dos dois pressupostos evita que a pesquisa sociológica resulte em um idealismo relativista fértil em termos propositivos, mas pouco eficaz no que diz respeito à produção de relações entre teoria e empiria para além da materialidade das ideias. Por outro lado, não se deixa cair na ingenuidade do empirismo positivista que pressupõe uma suposta “essência do objeto” que falaria por si só na voz do investigador e desconsidera o fato de que, na impossibilidade de um acesso à “realidade” que não seja interpretativamente mediado, todo recorte de pesquisa é uma construção e um enquadramento.

Nesta pesquisa assume-se o pressuposto de que o confronto entre as populações atingidas por barragens e seus opositores é construído, mas também é fruto de fenômenos que existem para além da maneira como os indivíduos e grupos o interpretam. Sob a sustentação desta posição é preciso considerar que há uma complexa relação entre *construção* de um determinado problema e a *existência ontológica* do mesmo, a partir da qual um debate se faz necessário: o da confrontação e/ou complementação entre *construção de problemas sociais* e *tomada de consciência*.

Efetivamente, sustenta-se aqui que no conflito social estabelecido entre atingidos por barragens e seus opositores há uma dimensão construída do problema social que passa pelo crivo dos *enquadramentos interpretativos* mobilizados pelos atores, seus argumentos, justificações, objetivos, sentidos de justiça e visões de mundo. Por outro lado – de forma complementar, mais que em oposição - está colocada uma dimensão ontológica concreta do problema que os atores vão conhecendo à medida em que nele se envolvem. Isto fica evidente quando nas arenas de disputas os agentes dedicam-se a desconstruir os discursos e as práticas dos seus oponentes através da difusão de fatos e informações.

No caso dos atingidos, colocar em xeque a ideia de *desenvolvimento* enquanto prática e discurso é não somente construir uma posição ideal de contraponto, mas também problematizar e *tomar consciência* em relação à defesa aparentemente desinteressada da naturalidade, inevitabilidade ou necessidade de realização do desenvolvimento. Existem atores interessados e grupos econômicos que estão obtendo ganhos econômicos *de fato* com os impactos gerados sobre as populações atingidas. Por outro lado, os empresários do ramo da construção civil e da produção de energia elétrica também poderiam argumentar que os atingidos estariam somente mobilizados pela defesa de interesses particularistas e que no fim das contas os benefícios do desenvolvimento seriam mais importantes para o “bem comum” que seus possíveis efeitos danosos.

Em outras palavras, os significados do conflito podem ser mobilizados de acordo com a capacidade que os agentes envolvidos dispõem para mobilizar argumentos e assim *enquadrar* a realidade. Entretanto, a realidade do conflito em si não reside somente na dimensão concreta das ideias: está sujeita à maneira como os distintos grupos envolvidos são capazes de esmiuçar a relação existente entre o discurso e a prática dos seus oponentes. Este exercício - propõem-se aqui - é obra *tanto* de uma construção conceitual realizada pelos atores envolvidos, *quanto* de um processo de tomada de consciência dos desdobramentos concretos do conflito em questão, que são base de um *denominador comum* sobre o qual os atores em conflitos mobilizam justificativas e oferecem soluções.

Mas a tomada de consciência não está na coisa em si. O entendimento dos fenômenos sociais se dá na experiência que temos ao vivenciá-los, na forma como eles nos afetam e como nós atribuímos significados a eles. Isto significa que as coisas do mundo *existem*, que são passíveis de uma ontologia, mas não têm um significado inerente *único* e

universal. Aqui nos parece caro um dos princípios da *fenomenologia* de Husserl (1992)²⁰, a saber, de que os fenômenos são apreendidos através da experiência de agentes capazes de apreender as coisas do mundo e atribuir-lhes significado. Obviamente, o significado atribuído é compartilhado socialmente e mediado pela linguagem e não fruto do “golpe de genialidade” de um sujeito autônomo capaz de captar uma suposta “essência” das coisas, como postulavam os positivistas mais ortodoxos.

Aqui também cabe estabelecer uma crítica ao conceito de *tomada de consciência* em Marx (1984)²¹, cuja definição apresenta a dicotomia entre infraestrutura e superestrutura que indica uma aproximação ao postulado positivista de que existe uma coisa ou um fenômeno em si que é obscurecido pelas representações distorcidas que temos dele, no caso, pela ideologia. Tal forma de encarar a questão é polêmica e nos parece problemática, pois sugere a existência de uma suposta verdade única que pode ser alcançada por um golpe desvelador da razão, suspendendo a um segundo plano a materialidade subjetiva resgatada por Weber (2004)²² contra o próprio Marx em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Ou seja, é preciso equilibrar a balança no que tange à materialidade dos fenômenos “em si” e a materialidade das posições subjetivas que também constroem o fenômeno e produzem condutas, formas de ação, posições em relação ao mundo.

Como contraponto à noção marxista mais ortodoxa de tomada de consciência, nos parece caro o conceito de *experiência* desenvolvido pelo historiador marxista - porém crítico do marxismo ortodoxo - Edward Palmer Thompson (1981), cuja filiação teórica está mais próxima à hermenêutica (e até mesmo à fenomenologia) em contraposição ao materialismo que caracterizou a tradição marxista (não necessariamente marxiana) mais próxima do positivismo. Preocupado com uma espécie de engessamento teórico até o terceiro quartel do séc. XX, - cujo maior expoente era o estruturalismo de Louis Althusser – Thompson notava que o marxismo caminhava para a antecipação da teoria e suas categorias à realidade; - ou seja, enquadrava (e reduzia) a realidade a esquemas teóricos pré-fabricados em detrimento da tentativa de explicação da complexidade desta mesma realidade que se manifestava de maneira diversa em cada contexto. Esta redução da realidade esvazia os

²⁰ A primeira edição é de 1913.

²¹ Os manuscritos originais são de 1846.

²² A edição original é de 1904.

sujeitos de agência, segundo Thompson, e não raro tendia a caricaturá-los como meras marionetes obedientes às engrenagens sistêmicas, esvaziando-os de reflexividade.

Para Thompson o grande erro residia no fato de boa parte das análises marxistas interpretarem a organização proletária a partir de um conceito de *consciência de classe*, por exemplo, definido nos gabinetes da academia e muito distante daquilo que os próprios trabalhadores definiam, vivenciavam ou *experimentavam* como consciência de classe *in loco*. Em contraposição a esta forma de se fazer ciência, Thompson apresentava a história e suas relações sociais como dinâmicas e fluidas, fruto do somatório de experiências socio-históricas vivenciadas pelos atores em seus universos contextuais cuja interpretação não têm correspondência necessária com os conceitos acadêmicos. O desafio do historiador (tarefa estendida aos cientistas sociais) seria o de compreender, mapear e explicar os conceitos a partir das definições “nativas”. Neste sentido, seu conceito de experiência é definido da seguinte forma:

Os homens e as mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (THOMPSON, 1981 *apud* MELO Jr, 2014).

A partir da contribuição do conceito de experiência de Thompson, o que aqui se entende por tomada de consciência é a consideração de que existe uma manifestação concreta dos fenômenos, que estes provocam consequências reais e que servem de parâmetro comum para distintas interpretações possíveis (também reais, pois produzem efeitos reais). Todavia, a atribuição de significado é mediada pela experiência dos atores, pela sua capacidade de *construir* significados de acordo com suas sensações, sentimentos, interesses, com a forma como são afetados e deixam-se afetar pelo acontecimento/fenômeno. Para Cefaï (2009:26) o conceito de experiência deve ser forjado tendo em vista a inclusão das dimensões da afetividade, da sensibilidade, da memória, da imaginação e do projeto, podendo ser entendido de três maneiras:

a) A experiência como prova *estética*: os sentidos afetivos (*pathos*) e estéticos (*aisthesis*) são o que, abaixo das argumentações e dos julgamentos, nos dão acesso ao mundo, articulações da experiência que fazem com que estejamos em contato direto e ativo com as situações porque elas nos “tomam”; b) a experiência como *experimentação prática*: o reconhecimento do real é provado pelos testes que podemos submeter às situações e pelos resultados aos quais nós devemos nos submeter, fazendo crescer nossa capacidade de ação e nos dobrando a uma realidade transcendente; e c) a experiência como *troca interativa*: nosso acesso à verdade, ao bem e ao direito nunca é solitário, passa por interações com os outros e com as coisas, via processos de cooperação e de comunicação, que por vezes tomam a forma de verdadeiras deliberações, em que nos expomos aos pontos de vista dos outros. Nossa experiência de engajamento tem uma dimensão sensorial, experimental e interacional. E as categorias de ação coletiva (capital, recurso, coerção, oportunidade...) precisam cada vez ser recapturadas a partir de sua base nos contextos de sentido dos atores (CEFAI, 2009:32).

Um equilíbrio possível entre as noções de tomada de consciência e construção da realidade são as definições desta mesma realidade que se dá pelo conhecimento que os sujeitos vão adquirindo através da interpretação de acontecimentos e fenômenos factuais. Ou seja, as possibilidades de interpretação e enquadramento são múltiplas e indissociáveis da experiência dos atores. Entretanto, existem elementos factuais que são elementos de parâmetro comum para os distintos enquadramentos possíveis. Portanto, não deveríamos levar em conta a tomada de consciência e construção do problema como dicotomias. Ambas fazem parte de um mesmo processo mediado pela experiência dos atores diante de um acontecimento ou fenômeno.

Portanto, o conceito de *enquadramento interpretativo* sob as bases epistemológicas do *realismo crítico* cumpre nesta pesquisa o papel de apresentar a existência de *mecanismos* [re]produzidos pelos agentes envolvidos nos conflitos sociais em questão. Com inscrição deste trabalho no campo da *sociologia dos movimentos sociais* e tendo em vista oferecer uma explicação ao problema de pesquisa proposto, objetiva-se especificamente apresentar uma *explicação causal* para o processo de mudança de escala da mobilização das populações atingidas por barragens na bacia do rio Uruguai. Retomaremos estas questões e as trataremos de maneira mais detalhada no capítulo 4, quando apresentaremos nossa análise das informações coletadas no trabalho de campo.

Explicação causal

Buscar a identificação de mecanismos causais no âmbito da pesquisa sociológica envolve um debate que vai além da simples escolha de uma metodologia de pesquisa dentre um leque de possibilidades. O objetivo da explicação causal é romper com a mera identificação de fenômenos e processos que se restringe a catalogação destes em um inventário rico em termos de exemplos, mas que não avança no sentido explicativo de tais processos. Diante da crítica das ciências deflagrada por filósofos e cientistas sociais, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, a credibilidade da produção de conhecimento científico ficou abalada, pois os princípios mais relacionados aos preceitos do positivismo - como o de que a realidade é dada e passível de ser “captada” através do método científico - já não dava mais resposta aos questionamentos levantados no âmbito da *galáxia construtivista* sobre a importância da dimensão simbólica e sua relevância na construção de interpretações sobre a realidade (CORCUFF, 2001).

A dificuldade de se equilibrar a balança em períodos de desestabilização tende a fazer que seus fiéis pendam para extremos opostos e o que se seguiu foi uma crítica exacerbada sobre as possibilidades de se produzir conhecimento científico “neutro” e que retratasse a realidade “como ela é”. Tais críticas foram capitaneadas por teóricos e pesquisadores alinhados, em grande medida, ao *pós-modernismo* e a outras vertentes do relativismo cultural (WALZER, 1994; TAYLOR, 2000; EBERHARD, 2004) que apresentam fundamentos importantes, mas que no limite, dizem os realistas, aniquilam a possibilidade de se produzir consensos em relação a determinados parâmetros comuns para o fazer científico.

O *realismo crítico* (BHASKHAR, 1989; VANDENBERGHE, 2010) é uma tentativa de resgatar a validade da ciência dentro do universo construtivista, levando em conta as críticas que apontam os limites da própria ciência. É uma tentativa de equilibrar a balança, considerando que o conhecimento científico é sim construído, que a neutralidade é uma utopia - ou um *tipo ideal* no melhor estilo weberiano - e que diante disso não é possível à ciência retratar o real, mas sim juntar as peças de um quebra-cabeça que ao final não será apenas um retrato montado, mas também uma imagem construída. Todavia, da mesma maneira que a realidade é construída, ela não é somente fruto da criação humana. Para o realismo crítico, a realidade é composta de elementos *transitivos* e *intransitivos*. Os

elementos transitivos dizem respeito justamente à dimensão construída da realidade diante da impossibilidade humana de apreender “o real como ele é”; ou seja, “o real” só pode ser apreendido pelos seres humanos sob o filtro das interpretações mediadas pela experiência e pela cultura. A dimensão intransitiva diz respeito aos elementos da realidade que são passíveis de distintos entendimentos e interpretações, mas que são parâmetros comuns para que o diálogo entre distintas interpretações seja possível.

Outro aspecto caro ao realismo crítico é a consideração de que existem interpretações e argumentos mais refinados que outros. Este princípio visa evitar o paradoxo de que “vale tudo” quando se discute a ontologia dos fenômenos. Existem distintas interpretações da realidade, mas uma boa explicação é aquela que melhor consegue mobilizar e evidenciar os elementos do que aqui chamamos *parâmetros comuns*. Fleetwood (2005) apresenta o conceito de *entidade* como tudo aquilo que apresenta uma eficácia causal e que, portanto, para os realistas críticos seria considerado real. Por exemplo, para o realismo crítico, nos estudos de sociologia da religião não importa se a materialidade de Deus existe ou não *per se*, mas, se a ideia de deus é suficiente para causar efeitos concretos na forma como os seres humanos se relacionam, ela é sim real, pois é importante, faz diferenças para eles e orienta suas ações. Desta forma, Fleetwood identifica pelo menos quatro formas ontológicas pelas quais as entidades podem ser diferenciadas: *material, ideal, artefactual e social*.

A materialidade real se manifestaria em entidades como o oceano, o clima, a lua e as montanhas. O que as define, segundo Fleetwood, é o fato de existirem independentemente da identificação humana, do que os indivíduos ou coletividades possam dizer sobre elas, sobre a forma como as conhecem, classificam, representam, etc. Seria a dimensão material da realidade, que existe independentemente às conceptualizações humanas. A materialidade ideal refere-se às entidades conceituais como discursos, linguagem, símbolos, signos, significados, opiniões, conceitos, representações etc. O autor sustenta que estas entidades são reais porque manifestam eficácia causal no âmbito das relações sociais (como na ideia de deus, por exemplo). A partir delas os seres humanos produzem normas e condutas sob as quais orientam suas ações e desencadeiam efeitos no mundo em um determinado sentido. A realidade artefactual corresponderia a entidades como cosméticos e computadores, pois são entidades cuja síntese é fisicamente, idealmente e socialmente real. Fleetwood explica que sua particularidade está no fato de serem entidades mediadas pela

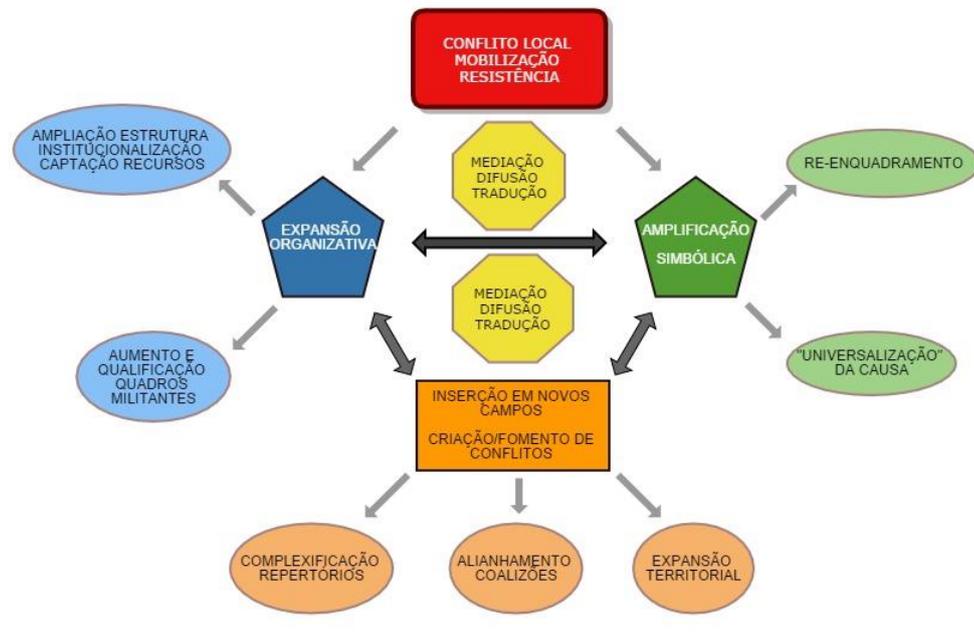
nossa interpretação, o que as pode conferir utilidades ou sentidos diversos. Para exemplificar este tipo de materialidade Fleetwood dá o exemplo do violino: ele é um instrumento musical e sua utilidade usual é destinada à produção de música; entretanto, seu tamanho e formato possibilita que seja usado para se jogar tênis, tal como uma raquete. Obviamente, isto causaria estranhamento, pois a interpretação mais comum acerca da utilidade de um violino é a produção de música. Entretanto, seu uso inusitado para se jogar tênis demonstra que as possibilidades de interpretação sobre sua materialidade não se esgotam na forma como usualmente o definimos. Por último, a materialidade ou realidade social refere-se às práticas sociais que a sociologia e demais ciências humanas definem como fenômenos tal como estrutura social, taxa de desemprego, capital econômico etc. Correspondem a mecanismos causais, regras, recursos, relações, poderes, posições e práticas cujas propriedades possibilitam a existência de uma determinada configuração social que produz efeitos na vida dos indivíduos e coletividades. Portanto, para Fleetwood, os realistas críticos estão comprometidos com uma ontologia que distingue diferentes modos de realidade e aceitam a existência de um reino extradiscursivo ao passo em que consideram a importância das entidades conceitualmente mediadas.

Neste sentido, para os realistas críticos o papel da ciência é o de construir explicações sobre a(s) realidade(s) levando-se em conta suas dimensões transitiva e intransitiva. Desta forma, a noção de *mecanismo causal* cumpre um papel crucial para o realismo crítico. As definições sobre o que seriam mecanismos causais está longe de ser resumida em uma única ideia. Trata-se de um “conceito” polissêmico, mas que, em linhas gerais resume a compreensão de que existem elementos da realidade que explicam os processos observando empiricamente ao os produzirem através de sua ação. Além da já referida definição de Machamer, Dardem e Craver (2000), lembramos, que os mecanismos “*são tipos específicos de ação praticadas pelos agentes (a partir de suas capacidades e/ou disposições) que produzem mudanças na realidade em um determinado sentido*” (BRANTE, 2001:12). Brante defende que a sociologia deve tornar-se um campo específico caracterizado pelo uso/construção de *teorias de médio alcance* fortemente calcadas na empiria. Isto evitaria que a sociologia se situasse entre a filosofia social e as ciências naturais, não sendo nenhuma delas, obviamente. Para ele, os sociólogos devem dar fim à falsa dicotomia entre o positivismo ortodoxo e o relativismo radical e constituir-se enquanto um campo próprio. A sociologia já teria maturidade para isso. Acrescenta ainda que os

pressupostos do realismo crítico amparados na ideia de causalidade possibilitariam a realização desta tarefa.

Em síntese, os mecanismos causais seriam eventos – desencadeados a partir da agência dos agentes - que se sucedem a partir da combinação de certos elementos e variáveis em determinado contexto. Não são leis porque não são estáticos, tampouco elementos estruturais válidos para explicar fenômenos e processos sociais de maneira atemporal e/ou “universal”. Ademais, podem agir sobre os mecanismos uma série de variáveis imponderáveis que não podemos captar de antemão e que, por isso, impossibilitam generalizações. O desafio consiste em explicar *como* e *por que* os mecanismos são desencadeados e *como* e *por que* produzem determinados efeitos em um determinado contexto. Nesta pesquisa, a identificação e análise dos mecanismos causais buscaria explicar como os atingidos por barragens sustentam no tempo sua mobilização e ampliam a sua organização. Em linhas gerais percebemos os mecanismos causais nesta pesquisa como ***efeito da agência dos indivíduos em um determinado sentido (estratégico ou não), cujos resultados são influenciados (potencializados ou neutralizados) pela ação de outros indivíduos (externos ou não) como em um campo de força***. A compreensão de como certos mecanismos são acionados pode explicar como alguns processos são desencadeados, produzindo determinados efeitos (no caso a mudança de escala através da expansão organizativa e amplificação simbólica). A partir do trabalho de campo, da realização de entrevistas e da análise documental, tentamos mapear os mecanismos explicativos do processo de mudança de escala. Ilustramos as ideias até aqui expressadas sobre o processo de expansão da mobilização dos atingidos por barragens no seguinte esquema:

Esquema 1: a Mudança de Escala e seus mecanismos



Fonte: elaboração do autor via Gliffy

Na parte superior da figura está representado o desencadeamento do conflito e a mobilização social em questão. As ramificações que dela partem tentam ilustrar como esta mobilização se sustenta no tempo, primeiramente, e como logra expandir-se posteriormente. Na parte central temos os principais mecanismos responsáveis pelo desencadeamento tanto da expansão organizativa quanto da amplificação simbólica. Do lado esquerdo da figura, temos a representação da *expansão organizativa* consolidada, sobretudo, após a fundação do MAB. Dentre os mecanismos descritos como condicionantes da mudança de escala, um se destaca: o mecanismo da *mediação*. Este diz respeito à capacidade dos atingidos formarem lideranças ou estabelecerem relações com indivíduos e grupos que os possibilitam *acessar recursos* e redes de apoio/suporte (*alinhamento/coalizão*), papel cumprido por segmentos da igreja católica, por exemplo, no início da mobilização dos atingidos. Posteriormente, o MAB contou com a mediação de centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e outros movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e congregações de movimentos sociais como a Via Campesina, parcerias que possibilitaram ao MAB a *inserção em novos campos* e a *própria expansão territorial*.

No vértice à direita do esquema estão representados os mecanismos que possibilitaram a amplificação simbólica das reivindicações dos atingidos. O objetivo é

demonstrar como constroem seus repertórios e sentidos de justiça a partir dos enquadramentos que fazem do problema social que os atinge. Da mesma forma, tenta-se compreender como os atingidos relacionam seu problema específico com demandas que a transcendem (*tradução, re-enquadramento e complexificação de repertórios*). Relembramos que, ao longo de sua trajetória, o MAB passa a incorporar às suas demandas reivindicações que não dizem respeito somente à realidade dos atingidos, mas que afetariam a sociedade como um todo (*universalização*). Um dos objetivos do movimento é demonstrar que o problema social que os fazem atingidos diz respeito a uma condição estrutural do sistema capitalista.

Este processo pode ser considerado como a *tomada consciência* de que o problema dos atingidos corresponde a um problema estrutural do capitalismo e da modernidade, mas também de que é obra da construção dos atingidos que ao oferecer uma resolução para o problema, apresentam um *projeto* cujas bases estão na defesa de seus modos de vida e na idéia de superação do capitalismo. Neste aspecto, para além da elaboração racional de um projeto é importante também compreender a forma como o MAB o difunde, onde a *performance, os repertórios, os sentimentos compartilhados e a própria dimensão estética* apresentada pelo movimento são mecanismos que possibilitam a *difusão* do ideário de um atingido que é, ao mesmo tempo, um segmento específico da população, mas parte de um povo afetado em sua totalidade pelos efeitos da desigualdade socioeconômica gerada no capitalismo. Ao longo dos próximos capítulos, especificamente no 4º, veremos como estes mecanismos são desencadeados e como se articulam entre si.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa foi executada através da realização de trabalho de campo (entrevistas e observações) e de pesquisa documental. O principal objetivo da utilização destes métodos consistiu na *identificação dos mecanismos que explicam o processo de mudança de escala* na mobilização e organização dos atingidos por barragens na bacia do Rio Uruguai. Para tanto, primou-se pela observação simples e pela observação participante em eventos e atividades de protesto realizadas pelos atingidos, sobretudo organizadas pelo MAB. A observação e participação em seminários, congressos e protestos se deu nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo e as entrevistas e demais observações foram realizadas nas regiões

do Alto Uruguai (Erechim/RS), do Contestado (Campos Novos e Celso Ramos/SC) e do Oeste Catarinense (Chapecó, Águas do Chapecó, São Carlos e Itapiranga). Foram realizadas entrevistas com atingidos, dirigentes do MAB, profissionais colaboradores do movimento e pesquisadores que estudam o caso dos atingidos por barragens. A pesquisa documental foi realizada a partir de material de divulgação, jornais, estudos, dados levantados e material multimídia produzidos pelo MAB; revistas, relatórios, livros, teses e dissertações disponibilizadas em universidades e bibliotecas públicas de cidades atingidas ou que são polo migratório de atingidos (Erechim/RS, Chapecó/SC, Campos Novos/SC e Tubarão/SC); além de pesquisa realizada na biblioteca da Eletrosul em Florianópolis. A análise de materiais produzidos pelos atingidos primou pela comparação entre enquadramentos, demandas manifestadas e posicionamentos políticos ao longo do tempo. As informações obtidas foram processadas com o auxílio do programa de análise qualitativa NVivo 10.

Tabela 2: Etapas da pesquisa de campo

	ATIVIDADE	LOCALIDADE	DESCRIÇÃO
2012	Seminário <i>Todos pela Energia</i>	Porto Alegre	JUNHO: Observação em evento realizado pelo MAB e seus parceiros. O propósito do evento era discutir os impactos da privatização do setor elétrico. Para esta pesquisa, tratou-se de uma atividade exploratória de campo onde tentou-se mapear atores, entidades, conteúdo/sentido de discursos e performances. Registro em diário de campo.
2013	Viagem de campo	Alto Uruguai Contestado	JULHO: Ida à cidade de Erechim/RS, sede da secretaria regional do MAB. A ida consistiu na realização de entrevistas com militantes do MAB, militantes históricos retirados e conversa com pesquisadores. Consulta de acervos do movimento, de materiais em arquivos públicos, biblioteca pública e universitária. Visita a reassentamento coletivo de atingidos no interior do município. Posteriormente, ida aos municípios de Campos Novos e Celso Ramos/SC para conhecimento e visita à UHE Campos Novos. Entrevistas com atingidos, lideranças regionais e consulta de arquivos públicos.
	Encontro Nacional	São Paulo	SETEMBRO: observação participante no Encontro Nacional do MAB. Realização de entrevistas com lideranças, participação em assembleias e atos públicos. Etnografia, registro em diário de campo, identificação de discursos e performances.

	Viagem de Campo	Oeste Catarinense	DEZEMBRO: viagem à Chapecó, Águas do Chapecó São Carlos e Itapiranga. Realização de entrevistas com lideranças locais, atingidos, militantes, pesquisadores, visita a bibliotecas, arquivos públicos e à UHE Foz do Chapecó.
2014	Seminário Sul	Florianópolis Tubarão	AGOSTO: observação participante no Seminário Sul da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia realizado na cidade de Florianópolis/SC. Etnografia registrada em diário de campo, análise de discursos e participação em ato público. Passagem pela cidade de Tubarão/SC (sede do complexo termelétrico Jorge Lacerda) para consulta de arquivos da biblioteca pública municipal.
2015	Viagem de Campo	Erechim Chapecó Condá	FEVEREIRO: finalização de entrevistas em Erechim e ida a Chapecó para entrevista com especialista e aprofundamento da questão indígena com visita à FUNAI e à aldeia Kaingangue Condá.

As entrevistas realizadas foram do tipo semiestruturadas e em profundidade, com questões pautadas em um roteiro, a partir do qual direciona-se a entrevista para a exploração dos aspectos considerados importantes e necessários para a pesquisa (a relação de entrevistados é apresentada na tabela 6, localizada na página 99). O critério de seleção dos entrevistados obedeceu aos seguintes quesitos: 1) Trajetória de engajamento/militância na causa dos atingidos por barragens; 2) conhecimento acerca da história da mobilização dos atingidos na bacia do rio Uruguai ou trajetória de pesquisa sobre o tema e; 3) indicação dos entrevistados anteriores. De acordo com Boni e Quaresma (2005), entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, a partir das quais o entrevistado tem a liberdade de discorrer sobre o tema proposto. Este tipo de entrevista tem origem em um roteiro de questões-chave que dão cobertura ao interesse de pesquisa, de maneira que “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1990, p.146). Para Boni e Quaresma, “a entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (2005:73). Estas informações não são apenas “captadas”, mas, sobretudo, interpretadas e reconstruídas pelo pesquisador. Nesse percurso,

“as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. ” (BONI; QUARESMA, 2005:73).

A interpretação (do pesquisador) da interpretação dos sujeitos interpelados corresponde àquilo que Anthony Giddens define como *dupla hermenêutica*, isto é, “a sociologia trata de um universo que já está constituído pelos próprios atores sociais dentro de quadros de significância e o reinterpreta dentro de seus próprios esquemas teóricos” (Giddens, 1978:171). A hermenêutica consiste, portanto, em uma análise da compreensão dos sentidos e significados atribuídos pelos atores aos processos comunicacionais (verbais ou não) que envolvem uma determinada linguagem. Na pesquisa empírica, a hermenêutica oferece ao pesquisador ferramentas metodológicas para compreender, explicar e contextualizar os sentidos construídos/atribuídos pelos atores sociais em um processo a partir do qual o pesquisador traduz a linguagem dos atores à linguagem específica das ciências humanas. Essa tradução, sobretudo dos aspectos não-verbais, é possibilitada pelo método da observação, que segundo Florestan Fernandes:

(...)possui, nas ciências sociais, os mesmos caracteres e significação que nas demais ciências. Primeiro, ela transcende à mera constatação dos dados de fato. Segundo, ela envolve a complementação dos sentidos por meios técnicos. Terceiro, ela constitui o processo através do qual as instâncias empíricas, relevantes para a descrição ou a interpretação dos fenômenos sociais, são obtidas, selecionadas e coligidas. O que, sob certos aspectos, parece peculiar às ciências sociais, é a necessidade de reconstruir, empiricamente, o objeto da investigação (...). Nas pesquisas de campo é que a observação direta de ocorrências, formas de atuação social e situações de vida encontra larga aplicação. Contudo, mesmo nessa fase, a observação direta não se confunde com a mera "verificação" passiva do que ocorre no mundo ambiente, não só o sujeito-investigador interage ativamente com os sujeitos-observados, como ele próprio orienta suas observações para centros de interesses criados pela situação de pesquisa (FERNANDES, 1997:48)²³.

Os métodos empregados nesta pesquisa correspondem ao esforço de articulação dos princípios da hermenêutica (Dilthey, 2000²⁴; Geertz, 1997) com os da fenomenologia (Husserl, 1986)²⁵ isto é, por um lado visam possibilitar a compreensão dos sentidos tecidos pelos atores e, por outro, visam compreender como estes sentidos são atribuídos pelos mesmos a partir de sua experiência com os processos sociais aqui investigados. Desta

²³ A primeira publicação do artigo data de 1957.

²⁴ Primeira edição original de 1900.

²⁵ Primeira edição de 1913.

maneira, a realização de entrevistas, a análise documental e as observações simples e participante cumprem o objetivo de captar, compreender, traduzir e explicar as gramáticas mobilizadas pelos atores sociais da forma como elas se manifestam em sua experiência. Por isso, para além da realização de entrevistas e da análise documental, as observações simples e participante possibilitam ao pesquisador, em alguma medida, compartilhar - através da aproximação - dos sentidos mobilizados pelos atores sociais em questão. As articulações entre compreensão e experiência manifestam-se a partir dos referenciais teóricos aqui mobilizados, a lembrar, as noções de enquadramento de Benford e Snow (2000); de gramática e justificação de Boltanski (1991)²⁶; e o conceito de experiência em Thompson (1981).

Veremos adiante como tais procedimentos cumprem os objetivos explanados nos pressupostos adotados para realização desta pesquisa. Nos capítulos 3 e 4 demonstraremos como estes procedimentos metodológicos foram operacionalizados efetivamente. Um deles consiste em uma descrição das etapas do trabalho de campo, no outro analisaremos detalhadamente as informações obtidas. Entretanto, primeiramente - nos capítulos 1 e 2 - apresentaremos uma contextualização do problema de pesquisa proposto e seus atores.

²⁶ A adoção dos princípios da hermenêutica e da fenomenologia não leva em conta a controvérsia posteriormente gerada entre sociologia crítica e sociologia pragmática. Se, por um lado, a sociologia crítica se vale do método compreensivo para desvelar processos que, em princípio, não são perceptíveis em primeira mão aos sujeitos, por outro lado, a sociologia pragmática – como apresentado acima – pode fazer uso do método compreensivo para seguir e reconstituir os sentidos produzidos pelos atores.

CAP 1 – HISTÓRIA, ENREDO E CONTEXTO

“Comparando-se a Porto Alegre humilde dos bicos de querosene à Porto Alegre opulenta das lâmpadas de Edison é que se pode compreender, nitidamente, todo o surto de seu progresso.”
Correio do Povo, 22 de novembro de 1931.

“[...] assombrosamente no caminho do progresso [...] para se transformar numa cidade com todos os confortos da higiene e da civilização”.
Diário Popular, Pelotas, 1913.

Neste capítulo apresentaremos como a Bacia do Rio Uruguai torna-se alvo dos investimentos do setor energético brasileiro. Através de alguns dados, tentaremos reconstituir o cenário que se tornou palco das disputas envolvendo empreendedores do ramo energético e populações atingidas por barragens. Antes de apresentarmos os conflitos propriamente ditos, faz-se necessário contextualizarmos sob quais condições eles se deram.

A energia elétrica chega ao Brasil em 1879 sob mediação do então imperador D. Pedro II, admirador das ciências, das invenções tecnológicas do século XIX e próximo a alguns de seus inventores, como o estadunidense Thomas Edison (inventor da lâmpada incandescente descartável) – convidado por Pedro II para implantar seus inventos no Brasil. A primeira demonstração de iluminação elétrica em solo brasileiro ocorreu neste ano na cidade do Rio de Janeiro para a inauguração da estação central de uma estrada de ferro. Em 1883 ocorre a primeira experiência de geração hidrelétrica em Diamantina (MG), quando uma pequena usina foi instalada no Ribeirão do Inferno por uma empresa interessada na exploração de diamantes (SANTOS; REIS, 2002:17).

É interessante e também importante notar como a chegada da energia elétrica ao Brasil foi relacionada à entrada (ou imersão) do país na modernidade. A forma como a eletricidade é recebida pela então incipiente população urbana, assim como pela imprensa da época é a de um dos pilares do que havia de mais avançado em termos de tecnologia, o que colocava o Brasil no mesmo rumo das sofisticadas potências europeias (e dos EUA), espelho e imagem a serem seguidos quando estão em jogo os valores modernos. O clima de euforia tomou conta dos segmentos da população brasileira que gozaram do privilégio de serem os primeiros a desfrutar dos benefícios da eletricidade. Ao longo de todo o século XX, acompanhando o processo de industrialização do país, a energia elétrica será sinônimo de

desenvolvimento e progresso. Em *Memórias do setor elétrico na Região Sul*, organizado por Sílvio Coelho dos Santos e Maria José Reis (2002), são narrados fatos nos quais a população de localidades inteiras se reunia para a inauguração de pequenas centrais elétricas, consistindo em grandes eventos nos quais a chegada da eletricidade era motivo de celebração para a comunidade. A imprensa recebia a chegada da energia elétrica da mesma maneira:

*“(...) como é o caso da **Gazeta de Joinville** de 13 de fevereiro de 1909: ‘O dia de amanhã está marcado para a inauguração oficial da iluminação elétrica desta cidade. Mais uma era grandiosa de progresso marca Joinville [...], que vem provar que os filhos desta terra, e os que conosco vêm labutar, não se descuidam do nosso engrandecimento, colocando-nos cada vez mais em destaque no avanço progressista do nosso Estado.’*

*(...) Em Florianópolis o jornal **O Dia**, de 27 de setembro de 1910, relata que, na inauguração dos serviços de eletricidade, ‘[...] um frêmito de entusiasmo percorreu o organismo de toda a população, apinhada na Praça 15 de Novembro, quando duas grandes lâmpadas de arco voltaico, esparsas em torno do jardim, brilhou intensa a luz vivíssima produzida pela eletricidade [...] dando-se então por parte da multidão, um espontâneo movimento de entusiasmo, que se exteriorizava em ruidosos vivas ao sr. Cel. Richard.’*

*(...) O **Diário da Tarde**, de Curitiba, em 6 de janeiro de 1912, depois de afirmar que ‘[...] o progresso estabeleceu a sua tenda na nossa formosa capital’ [...] acrescenta: ‘[...] ficaremos livres dos pobres muare que tristemente conduzem nossos bonds, coitados! Aí vem os elétricos! [...] Então veremos nossa bela capital imitar a linda Paulicéia e a mais linda Capital da União, em sua atividade febril, que ora já se começa a manifestar.’ (SANTOS; REIS, 2002:80-3).*

Explicitamente podemos notar que os benefícios gerados pela chegada da energia elétrica ao país são moldados de acordo com um enquadramento no qual certos valores estão em jogo. E estes valores dizem respeito a determinadas formas de vida baseadas no modo urbano e suas tecnologias. Da mesma forma, a industrialização representa a mesma idéia: a de rompimento com um “passado” agrícola, sua suposta inatividade e “atraso”. O que está em jogo aqui, obviamente, não é colocar em xeque os evidentes benefícios que a eletricidade trouxe ao país, mas sim destacar o quanto as diversas práticas – por mais técnicas que pareçam – estão envoltas em auras de significado através das quais as pessoas aderem baseadas em sentimentos, desejos, anseios e formas de conceber o mundo. Neste sentido, fica claro que no jogo da modernidade vale mais assemelhar-se a Paris - a *cidade-luz* - que às aldeias tupi-guaranis, por exemplo. Os desdobramentos desta “batalha interpretativa” será assunto para mais adiante. Por enquanto, nos restringiremos a

contextualizar como a produção energética é estabelecida no Brasil, tentando não perder de vista como a idéia de progresso e desenvolvimento vão sendo construídas ao mesmo passo.

De acordo com Dirceu Benincá (2011:29), a história do setor elétrico brasileiro pode ser dividida em quatro fases: (I) *Da proclamação da República (1889) à Revolução de 1930* – quando economia brasileira se caracterizava pela produção primário-exportadora e a energia estava baseada em fontes vegetais; (II) *de 1930 a 1945* – quando o país deu seus primeiros passos rumo à estruturação de uma política energética, acompanhando o processo de industrialização; (III) *de 1945 ao final da década de 1980* - fase marcada pela intervenção direta do Estado sobre o setor energético e sua expansão e, por fim, a quarta fase (IV) iniciada na *década de 1990 e vigente até a atualidade* – marcada pelo *Plano Nacional de Energia Elétrica* baseado na implantação de grandes UHEs associado ao processo de privatização do setor elétrico.

Os investimentos em hidroeletricidade ganham centralidade no Brasil em decorrência da abundância de recursos hídricos existentes no país. O Brasil concentra em seu território cerca de 12% da água doce superficial do planeta. Associado ao relevo predominantemente planáltico, estas condições fazem do Brasil um país potencialmente produtor de energia elétrica em larga escala (ROCHA, 2013:72). Em termos de planejamento a longo prazo e dentro dos parâmetros de uma economia desenvolvimentista moderna, a política nacional de energia começa a ser desenhada a partir do segundo governo de Getúlio Vargas (1950-54). O petróleo, o carvão e a hidroeletricidade eram seus carros-chefes e foi através de diversos projetos de lei, como o da criação do Fundo Federal de Eletrificação (Lei nº 2308 de 1954) e da criação das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) que tais iniciativas começaram sua consolidação sob comando do Estado, culminando na criação do Ministério de Minas e Energia (MME), do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) na década de 1960 (SANTOS; REIS, 2002:97).

Ainda de acordo com Santos (p.99-100), a Eletrobrás foi constituída com a incumbência de coordenar o setor elétrico brasileiro de maneira técnica, administrativa e financeira. Desta forma, assumiu as prerrogativas para o setor atribuídas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e passou a atuar como uma

*holding*²⁷ ao incorporar e a criar novas empresas. Dentre elas estão a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) (1945), Furnas (1957), as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) (1968) e as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) (1973). Além destas de caráter regional, duas empresas estaduais foram incorporadas à Eletrobrás: a fluminense Light Serviços de Eletricidade S.A. (fundada em 1904 por investidores canadenses no Brasil, estatizada em meados da década de 1970 e privatizada em 1996) e a capixaba Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa).

Estabelecido o sistema Eletrobras, a década de 1970 ficou marcada como “década ganha” pelo grande impulso nas obras hidrelétricas. Foram instaladas grandes usinas como Sobradinho e Itaparica (rio São Francisco, no estado de Pernambuco), além de Tucuruí (rio Tocantins, no estado do Pará) e Itaipu (rio Paraná, no estado do Paraná, divisa com o Paraguai), iniciadas no mesmo período e concluídas na década de 1980. No sul do Brasil, em 1973 a CEEE inaugurou as UHE Passo Fundo (220 MW) e Passo Real (156 MW), a primeira no atual município de Entre Rios do Sul e a segunda no município de Salto do Jacuí, ambas marcando o início da instalação de obras de grande porte (ROCHA:2014b:6).

Sob orientação do MME, o maior objetivo da Eletrobrás consistiu em planejar e coordenar as atividades do setor elétrico em território nacional, promovendo a captação de recursos para a execução das metas do setor elétrico. Ao DNAEE ficou incumbida a tarefa de realizar as atividades de concessão, fiscalização e controle dos serviços de eletricidade. Desta maneira, a Eletrobrás pôde transferir a execução de obras destinadas à expansão da capacidade instalada para suas empresas subsidiárias citadas acima. A distribuição de energia, por sua vez, ficou delegada às empresas estaduais. As décadas de 1970 e 80 ficaram marcadas pelos altos investimentos do Estado em obras de infraestrutura, sobretudo em hidroeletricidade. Capitaneadas pelo então regime militar, tais iniciativas tinham caráter desenvolvimentista e consistiam na base econômica do regime. Tinha, dessa forma, um caráter altamente hierarquizado que buscava levar a todo custo seus grandes projetos de desenvolvimento a todas as regiões do país²⁸.

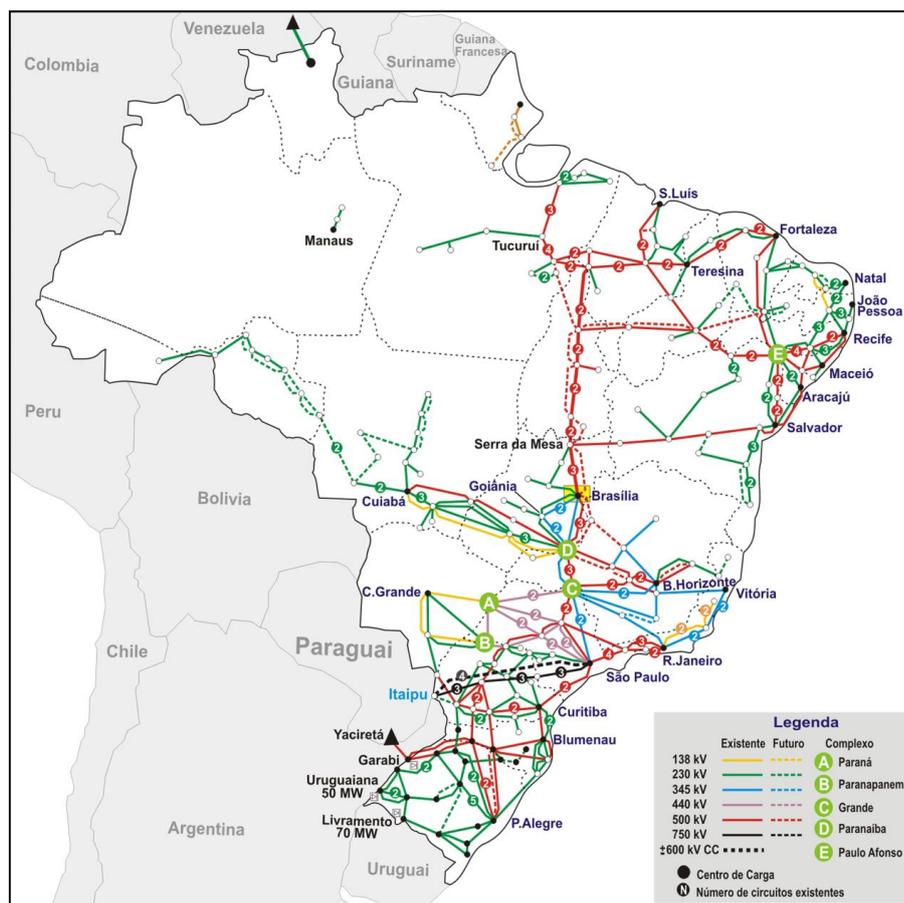
²⁷ Trata-se de uma organização empresarial que administra e possui a maioria das ações ou cotas das empresas componentes de um determinado grupo ou conglomerado. Essa forma de sociedade é muito utilizada por médias e grandes empresas, sobretudo as que atuam em diversos mercados.

²⁸ Nesta mesma época, entre 1969 e 74, o governo civil-militar dá início às obras da rodovia Transamazônica, um dos seus principais projetos de integração territorial, polêmico pelos impactos socioambientais que geraram e pela sua posterior inatividade.

No regime militar, durante o período do “milagre econômico” (1968-73), a industrialização e urbanização aumentaram a demanda de energia, que, agravada pela crise do petróleo (1973), conferiu maior importância aos projetos hidrelétricos, tanto que em 1974, já no governo Geisel, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974) priorizando a hidreletricidade como alternativa ao problema do petróleo. (ROCHA, 2013:79).

Ao longo das décadas de 1970 e 80 o país consolidou seu sistema de geração e transmissão de energia que, em termos operacionais, é composto de duas partes: o Sistema Interligado Nacional – formado pelos subsistemas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte; e o Sistema Isolado Nacional, que cobre parte da região Amazônica não inserida no Sistema Interligado. Ambos são controlados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que é um sistema hidrotérmico responsável pela gerência da produção e da transmissão de energia. Quando há pane em alguma parte do SIN, por exemplo, o ONS é responsável por redistribuir a energia de outro componente do sistema ou acionar as fontes de energia reserva, como as usinas termelétricas:

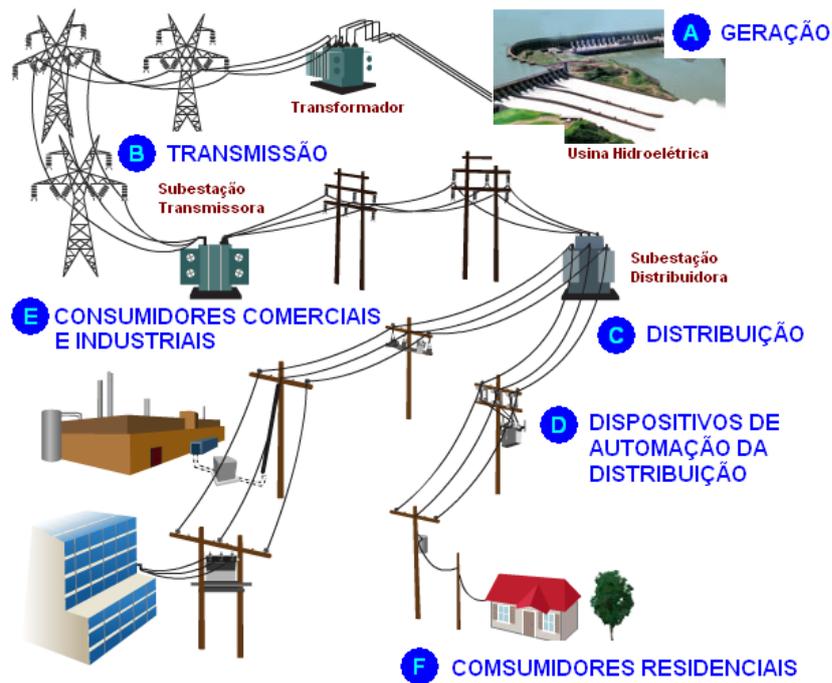
Figura 3: Os Sistemas Integrado e Isolado Nacional (SIN)



Fonte: ONS. Disponível em: <http://www.ons.org.br>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

Através da interligação do sistema elétrico é que o conjunto das UHEs espalhadas pelo território nacional consegue abastecer os principais centros urbanos, seus parques industriais e a população demandante de energia, conforme demonstrado na figura abaixo:

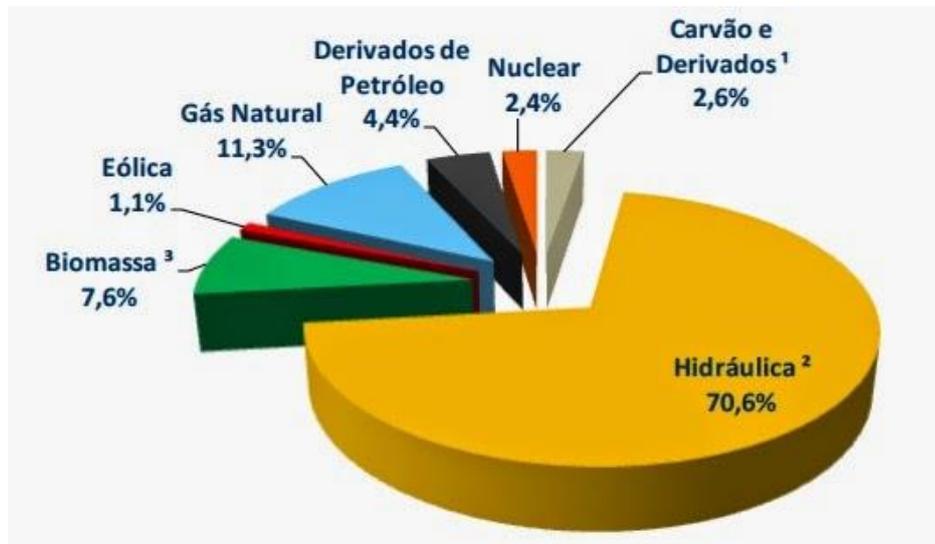
Figura 4: Etapas da produção, transmissão e distribuição da energia hidrelétrica



Fonte: <http://antroposimetrica.blogspot.com.br/2011/11/questao-energetica-e-o-modelo-arboreo.html>

A abundância de recursos hídricos possíveis de serem explorados fizeram da hidroeletricidade a principal fonte de geração de energia no país. Atualmente, dentre as possibilidades de geração de eletricidade, a fonte hidrelétrica corresponde a aproximadamente 70% da capacidade instalada e 85% do consumo brasileiro (ROCHA, 2013:72):

Figura 5. **Matriz Energética Brasileira**



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Dados de 2013. Disponível em: <http://marielectric.com.br/2015/01/11/matriz-eletrica-brasileira-e-as-bandeiras-tarifarias/>
Acessado em 12/8/2015

Historicamente, a hidroeletricidade é, para o Estado, o principal caminho para colocar o país nos trilhos do desenvolvimento e da modernidade. Para o setor privado é a possibilidade de um negócio altamente rentável pelo baixo custo de produção, pela alta demanda existente e pelo caráter estratégico deste negócio. Neste sentido, após aproximadamente quatro décadas de predomínio estatal no planejamento e gestão da política energética, a partir da década de 1990 – no auge da influência neoliberal na política brasileira – ganha força o Plano Nacional de Desestatização (PND) instituído pela lei nº 8031 de 12 de abril de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello. De acordo com Rocha (2013:78):

O neoliberalismo, enquanto tendência global, aconteceu de forma exemplar no Brasil, que teve o maior pacote de privatização do mundo no período compreendido entre 1990 e 2002, chegando a 48,3% de transferência de capital estatal para a esfera privada, dos quais, a maior parte coube ao setor de energia elétrica, que correspondeu a 31% do capital transferido. Na esteira das privatizações, a Eletrosul, responsável pela hidroeletricidade na bacia do Rio Uruguai, foi dividida em duas partes: a Eletrosul (estatal), responsável pela transmissão de energia, e a Gerasul (iniciativa privada), responsável pela geração de energia, assumindo todas as usinas hidrelétricas da Eletrosul em operação ou em projeto.

Na esteira das privatizações, em 1996 o governo federal cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) como órgão regulador e fiscalizador da produção, transmissão e distribuição da energia elétrica no país, já que boa parte do setor já se destinava ao controle

privado. A utilização dos rios federais para geração de energia elétrica pertence à União e está regulamentada através dos artigos 43 e 62 do Código de Águas²⁹; artigo 2 do Decreto de Lei de 11 de dezembro de 1938; artigo 176 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 9427 de 26 de dezembro de 1996 e por outras determinações legais. Neste período, o Governo Federal começou a conceder o direito de exploração de aproveitamentos hidrelétricos a diversos grupos empreendedores privados nacionais e estrangeiros, que ficaram autorizados a explorar os recursos hídricos destes aproveitamentos por 35 anos, incluído neste prazo o tempo de construção do empreendimento. Em decorrência do Programa Nacional de Desestatização e da Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (RESEB), a Eletrosul foi cindida em 23 de dezembro de 1997. A partir de sua divisão, as atividades de transmissão continuaram com a empresa original e as de geração e comercialização foram desmembradas e repassadas a uma nova empresa denominada Gerasul³⁰ (BOAMAR, 2002:61-5).

Tabela 3: Empresas elétricas geradoras privatizadas

Empresa	UF	Ano de venda	Compradores	País de origem	Receita dos Leilões US\$ milhões	Dívida Transferida	Resultado
Cachoeira Dourada (Derivada da CELG)	GO	1997	Endesa , Edegel	Espanha (60%), Brasil (20%) e Peru (20%)	714	140	854
Gerasul (derivada da ELETROSUL)	RS	1998	Tractebel	Bélgica (100%)	883,5		
Tietê (Derivada da CESP)	SP	1999	AES, Gerasul	Bélgica e EUA	472	668	1.140
Parapanema (derivada da CESP)	SP	1999	Duke	EUA (100%)	682	482	1.164
Total							2.751,5
Total G-D							21.869,2

Fonte: Gonçalves Jr., 2007

²⁹ Em 8 de janeiro de 1997, foi criada a Lei nº 9.433, mais conhecida como **Lei das Águas**, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). Ela substituiu o antigo Código de Águas com o objetivo de integrar os recursos hídricos ao meio ambiente, para garantir o desenvolvimento sustentável e à manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

³⁰ A Gerasul (Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A) foi a empresa criada no período de transição entre a passagem da geração de energia da Eletrosul para a belga Tractebel Energia S.A na bacia do rio Uruguai.

Tabela 4: Empresas elétricas distribuidoras privatizadas

Empresas	UF	Ano de Venda	Compradores	País de Origem	Receita Leilões US\$	Dívida Transf.	Resultado
Escelsa	ES	11/7/1995	Iven e GTD	Brasil (100%)	385,7	-	385,7
Light	RJ	21/5/1996	EDF, AES, Houston, CSN	EUA (45%), França (22,5%) e Brasil (32,5%)	2.270		2.270
CERJ	RJ	20/11/1996	Endesa, EDP, Enersis	Chile (60%), Portugal (30%) Espanha (10%)	587	364	951
COELBA	BA	31/7/1997	Ibeerdrola Brasilcap, Previ, BBDTV	Brasil (61%) Espanha (39%)	1.598	213	1.811
RGE (derivada de CEEE)	RS	21/10/1997	CEA, VBC, Previ	Brasil (66,7%) e EUA (33,3%)	1.486	149	1.635
AES Sul (derivada da CEEE)	RS	21/10/1997	AES	EUA (100%)	1.372	64	1.436
CPFL	SP	5/11/1997	VBC, Previ, Fundação CESP	Brasil (100%)	2.731	102	2.833
Enersul	MS	19/11/1997	Escelsa	Brasil (100%)	565	218	783
Cemat	MT	27/11/1997	Grupo Rede, Inepar	Brasil (100%)	353	461	814
Energipe	SE	3/12/1997	Cataguases, Uptick	Brasil (100%)	520	40	560
Cosern	RN	12/12/1997	Coelba, Guarani, Uptick	Brasil (87,8%) e Espanha (12,2%)	606	112	718
Coelce	CE	2/4/1998	Enersis, Chilectra, Endesa e Cerj	Chile (60%), Portugal (30%) Espanha (10%)	868	378	1.246
Metropolitana (derivada da Eletropaulo)	SP	15/4/1998	Light	EUA(45%) Brasil(32,5%) e França(22,5%)	1.777	1.241	3.018
Bandeirantes (derivada da Eletropaulo)	SP	17/7/1998	EDP, CPFL	Portugal (56%) e Brasil (44%)	860	375	1.235
ELEKTRO (derivada da Eletropaulo)	SP	17/9/1998	ENRON	EUA (100%)	1.273	428	1.701
Celipa	PA	9/7/1998	Grupo Rede, Inepar	Brasil (100%)	388	116	504
Celpe	PE	18/2/2000	Iberdrola, Previ	Espanha(60,93%) e Brasil (28,67%)	1.004	131	1.135
Cemar	MA	15/6/2000	Pensylvania Power & Light	-	289	158	447
Saelpa	PB	30/11/2000	Cataguases Leopoldina	-	185		185
TOTAL					19.117,70		

Fonte: Gonçalves Jr., 2007

A fase da parceria entre Estado e capital privado na gestão da política energética brasileira estende-se até os dias de hoje e tal configuração traz novos elementos que definem a realidade do setor elétrico na atualidade. O exemplo da Eletrosul serviu para boa parte das outras estatais do setor elétrico, transformando consideravelmente suas características e, por consequência, modificando sua relação com a sociedade, sobretudo com as populações atingidas por barragens. O período pós-privatizações demarcará o acirramento e a intensificação dos conflitos entre atingidos e empreendedores do setor elétrico, já que as estratégias do setor privado e as possibilidades de negociação com ele serão substancialmente diferentes de quando os atingidos negociavam diretamente com o Estado. Mas este será o assunto do próximo capítulo. Antes veremos como se constitui o setor elétrico na bacia do Rio Uruguai especificamente.

O setor energético na bacia do rio Uruguai

Com aproximadamente 1770 km de extensão, o rio Uruguai se forma no encontro dos rios Pelotas e Canoas, em direção Leste-Oeste, dividindo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Este trecho de aproximadamente 400 km denomina a região do *Alto Uruguai*, situada a 150 metros de altitude em relação à foz do rio Peperi-Guaçu (nível do mar). Após receber as águas do Peperi-Guaçu, o Uruguai segue na direção Sudoeste, onde ele mesmo demarca a fronteira política entre Brasil e Argentina. Após 1262 km passa a receber as águas do rio Quaraí, que delimita a fronteira política entre Brasil e Uruguai. Deste ponto em diante, o rio Uruguai corre em direção ao Sul e deixa o território brasileiro para realizar a fronteira entre Argentina e Uruguai, de onde segue em direção à sua foz no rio da Prata. Este trecho compreende cerca de 508 km e se caracteriza pela possibilidade de navegação (TUCCI, 1993; ROCHA, 2013:84).

Devido às suas características geográficas (quedas e declives da montante à jusante relativamente acentuadas) e à abundância de volume hídrico (4117 m³/s de vazão média), a Bacia do Rio Uruguai entra na mira dos interessados no aproveitamento de seu potencial energético desde a década de 1940, aproximadamente. Na segunda metade dos anos 1950, a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Rio Grande do Sul começou a realizar os primeiros estudos para a construção de uma UHE de porte médio-grande, neste caso, no rio Passo Fundo – que desagua no rio Uruguai na direção Sul-Norte. Em fevereiro de 1959, a CEEE contratou a empresa de consultoria italiana Electroconsult (ELC) para preparar o estudo de viabilidade técnica e econômica do aproveitamento, incluindo a escolha do local da barragem, da usina e dos equipamentos. A partir de meados da década de 1960, estudos sistemáticos de planejamento orientaram o desenvolvimento do incipiente setor elétrico nacional. Tinham como principal objetivo a interligação regional de usinas através de grandes sistemas de transmissão de energia, o que representaria uma mudança fundamental na concepção de novos projetos hidrelétricos e na forma de atender à crescente demanda (CANALI, 2002:111-2):

Em termos técnicos, no caso de um estudo de uma bacia inteira, como a do rio Uruguai, o aproveitamento do potencial se dá por meio da construção de uma série de barragens, dita em cascata, de modo que o desnível total, entre, por exemplo, a nascente e a desembocadura de um curso d'água, fique subdividindo em degraus, cada qual correspondendo a uma usina, com a sua respectiva queda e reservatório (CANALI, 2002:119).

O projeto de hidrelétricas para a bacia do rio Uruguai pode ser visualizado no esquema abaixo:

Figura 6: A “escada de barragens” no rio Uruguai³¹

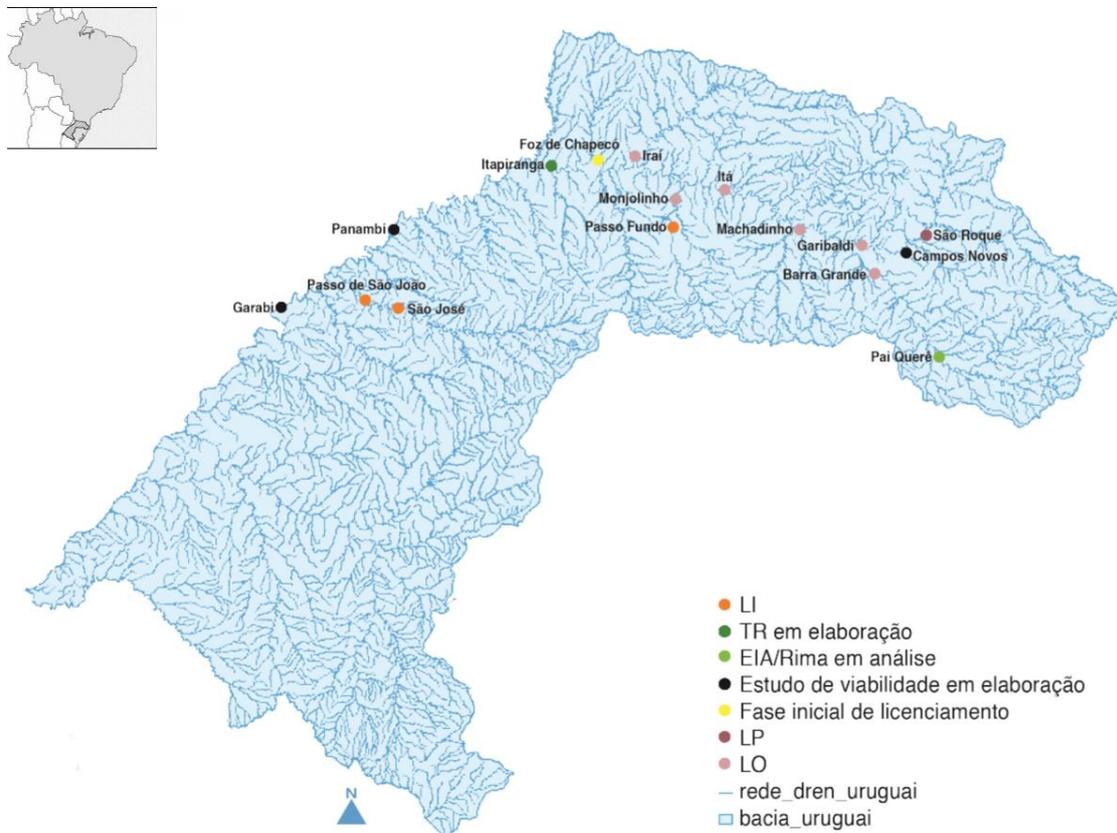


Fonte: <http://www.oeco.org.br/reportagens/24543-bacia-do-rio-uruguai-disputa-pela-preservacao/> (acesso em 28/8/2015)

Do final da década de 1960 e a partir da década de 70, as ações em vista da exploração do aproveitamento hidrelétrico da bacia do Uruguai mudam de patamar com as políticas de desenvolvimento e infraestrutura capitaneadas pelo então vigente regime militar. A maior parte dos levantamentos de recursos energéticos da bacia foram realizados pelo Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul (ENERSUL) entre os anos de 1966 e 1969. A supervisão técnica dos projetos foi realizada pela empresa *Canambra Engineering Consultants Limited* e abrangeu as bacias hidrográficas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Houve uma revisão deste inventário feita pela Eletrosul em 1979, quando foram confirmados a intenção e o projeto do Governo Federal em construir 22 empreendimentos hidrelétricos no trecho brasileiro da bacia do rio Uruguai, sendo 19

³¹ A imagem é anterior a 2010, ano em que entra em operação a UHE Foz do Chapecó.

Figura 8: As barragens da bacia do rio Uruguai (com potência instalada acima de 30 MW)³²



Fonte: http://www.academia.edu/4024825/Cartilha_Hidreletrica_14_3_2011 (acesso em 2/9/2015)

A crescente importância que ganha a questão ambiental ao longo dos anos 1980, muda de maneira decisiva todo o cenário que envolve a construção de barragens, sendo um dos fatores que retardará o andamento do Projeto Uruguai³³. O fato das primeiras grandes barragens terem sido construídas em um contexto autoritário como foi o do regime militar, resultaram na praticamente não existência de dados acerca dos impactos socioambientais

³² Legenda: Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Licença de Instalação (LI), Licença Prévia (LP), Licença de Operação (LO), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e Termo de Referência (TR). Imagem anterior a 2010, quando a UHE Foz do Chapecó entra em operação.

³³ A obrigação legal de realizar estudos de impacto ambiental para obras dessa natureza surgiu apenas em 1986, com a regulamentação do licenciamento ambiental, previsto na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente. Os estudos socioeconômicos e físico-territoriais tiveram o propósito de delinear um diagnóstico relativo às áreas geográficas que poderiam vir a ser afetadas direta ou indiretamente pela formação dos reservatórios e analisar os impactos decorrentes. Esses estudos compreendem o levantamento e a análise da infraestrutura regional, da organização do espaço, dos aspectos populacionais, do sistema econômico regional, das populações indígenas remanescentes, de sítios arqueológicos e da cobertura vegetal atual.

gerados naquela época. Na década de 1990 a situação muda de figura. Com a vigência do regime democrático, as negociações com a sociedade civil passam a fazer parte do processo³⁴ e, neste sentido, o papel que as organizações sociais passam a desempenhar neste processo torna-se decisivo, inclusive no que diz respeito ao acesso à informação. De acordo com Locatelli e Rocha (2013:17), cerca de nove mil famílias foram removidas entre 1995 e 2010, década na qual – como vimos acima – o Estado retoma o Projeto Uruguai em parceria com a iniciativa privada.

Tabela 5: As hidrelétricas do Projeto Uruguai

	ANO	NOME	RIO	MUNICÍPIO	RESERVATÓRIO Área (km ²)	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	FAMÍLIAS REMANEJADAS
1	1973	Passo Fundo	Passo Fundo	Entre Rios do Sul (RS)	151,5	226	*
2	2000	Itá	Uruguai	Itá (SC) e Aratiba (RS)	141	1450	4160
3	2001	Machadinho	Pelotas	Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS)	56,7	1060	2275
4	2003	Quebra-Queixo	Chapecó	Ipuaçú e São Domingos (SC)	5,6	121,5	87
5	2005	Barra Grande	Pelotas	Pinhal da Serra (RS) e Anita Garibaldi (SC)	77,3	690	1520
6	2006	Campos Novos	Canoas	Campos Novos e Celso Ramos (SC)	34,6	880	759
7	2009	Monjolinho	Passo Fundo	Nonoai e Faxinalzinho (RS)	5,5	74	217
8	2010	Foz do Chapecó	Uruguai	Alpestre (RS) Águas de Chapecó	79,9	855	1644

³⁴ A realização de Audiências Públicas no processo de Licenciamento Ambiental é regulamentada pela Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) de número 9, de 3 de dezembro de 1987 e tem por finalidade promover um encontro feito na comunidade com a participação da população, a fim de buscar opiniões e soluções para as demandas sociais e ter acesso à resposta de pessoas públicas. Quando a comunidade é muito grande, normalmente a audiência é conduzida por pessoas de maior influência local, tomando o papel de porta-voz das demais opiniões. Mas também pode ocorrer em subgrupos, a fim de se discutir um assunto com maior profundidade. A convocação de uma audiência pode ser feita por diversos motivos, dentro de diferentes segmentos, como meio ambiente, licitações, contratos administrativos, permissão de serviços públicos, dentre outros assuntos. Prevista pela legislação brasileira, pode antever a realização de uma função administrativa e serve como subsídio para o processo legislativo e judicial. Fonte: <http://blog.dominusauditoria.com.br/>. Acesso em 25/1/2016.

				(SC)			
9	2014	Garibaldi	Canoas	Abdon Batista e Cerro Negro (SC)	26,79	192	970
10	2016 (previsão)	São Roque	Canoas	Vargem e São Miguel do Cerrito (SC)	320	135	*
11	PLA ³⁵	Pai Querê	Pelotas	Bom Jesus (RS) e Lages (SC)	61,5	292	*
12	PLA	Itapiranga	Uruguai	Itapiranga (SC) e Pinheiro do Vale (RS)	60	724	*
13	PLA	Garabi ³⁶	Uruguai	Garruchos (RS) e Garruchos (ARG)	Entre 89 e 130 (estimado)	Entre 1048 e 1152 (estimada)	*
14	PLA	Iraí	Uruguai	Vicente Dutra (RS) e Caibi (SC)	179	1116	*
15	Em inventário	Barra do Pessegueiro	Canoas	*	142	*	*
16	Em inventário	P. da Cadeia	Pelotas	À montante da UHE Pai Querê	46	104	*
17	Em inventário	Aparecida	Chapecó	*	55,5	64	*
18	Em inventário	Abelardo Luz	Chapecó	Abelardo Luz (SC)	3,3	84	*
19	Em inventário	Nova Erechim	Chapecó	Nova Erechim (SC)	56,5	198	*
20	Em inventário	Gabiroba	Chapecozinho	*	18,8	*	*
21	Em inventário	Voltão Novo	Chapecozinho	*	1,5	27,2	*
22	Em inventário	Bom Jesus	Chapecozinho	*	24,9	*	*
23	Em inventário	Xanxerê	Chapecozinho	Xanxerê (SC)	3,4	17,2	*

Fonte: elaboração do autor a partir de Santos e Reis (2002) e Rocha (2014)

³⁵ Processo de Licenciamento Aberto

³⁶ Como Garabi-Panambi ainda está em processo de licenciamento, existem duas possibilidades de instalação da usina em localidades diferentes. Na primeira, Garabi se localizaria no quilômetro 863 do rio Uruguai, uns 6 quilômetros rio abaixo das localidades de Garruchos (Argentina e Brasil). O Nível de Água (NA) máximo do reservatório teria cota de 89 metros, com uma queda bruta de 33 metros. A Potência Instalada seria de 1.152 MW, distribuída em oito conjuntos turbina-gerador. Na segunda possibilidade, o eixo do aproveitamento Panambi estaria situado no quilômetro 1016 do rio Uruguai, uns dez quilômetros rio acima das localidades de Panambi (Argentina) e Porto Vera Cruz (Brasil). O NA máximo do reservatório teria cota de 130 metros, com uma queda bruta de 35 metros. A Potência Instalada seria de 1.048 MW, distribuída em sete conjuntos turbina-gerador. Fonte: http://garabipanambi.com.br/obras_projetadas.html (acessado em 2/9/2015).

É no contexto da redemocratização política do país na década de 1980 que novos agentes, partidos políticos, movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil ganham espaço e passam a exercer influência sobre a vida política do país, antes praticamente impossível durante a ditadura civil-militar. É nesta conjuntura que os atingidos por barragens do Alto Uruguai iniciam sua mobilização e organização de formas mais contundente. De acordo com as poucas informações que circulavam durante o período da ditadura, os prováveis atingidos da região do rio Uruguai souberam dos efeitos catastróficos gerados para as populações atingidas quando da construção de grandes barragens como a de Itaipu, na bacia do rio Paraná. As poucas informações sobre o Projeto Uruguai geraram rumores e incertezas na população e logo os atingidos começaram a se organizar sob influência e mediação de entidades importantes da região. Veremos como este processo de mobilização social propriamente dito surge e se desenvolve a partir de agora.

CAP2 – GOLPES DE ENXADA CONTRA MUROS DE BARRAGEM

“Pariu, mas com o tempo o filho caminha sozinho”³⁷

A região do Alto Uruguai³⁸, *locus* desta pesquisa, é historicamente povoada por populações nativas Kaingang e Tupi-Guarani. Com a chegada dos primeiros colonizadores portugueses e espanhóis, entre os séculos XVI e XVII, sua configuração populacional começa a se transformar com o surgimento do *caboclo* (nomenclatura dada aos indivíduos gerados a partir da miscigenação entre “brancos” e “índios”). Africanos escravizados - sobretudo oriundos de Angola - são forçadamente trazidos ao Rio Grande do Sul a partir do século XVIII e a partir do século XIX, chegam imigrantes alemães, italianos e poloneses incentivados a ir para a região de acordo com uma política de colonização do Estado brasileiro. Segundo dados de 2012 do IBGE, os povos nativos atualmente correspondem a apenas 0,3% da população gaúcha. A redução deste contingente populacional se dá pelos efeitos da colonização que promoveu sua dizimação. Os sobreviventes hoje vivem integrados à sociedade brasileira (geralmente em situação de marginalização) ou estão restritos às áreas de reserva promovidas pelo Estado através da *Fundação Nacional do Índio (Funai)*³⁹. De acordo com Rocha (2013:86), a colonização da região do Alto Uruguai se consolida de tal forma:

³⁷ Trecho de entrevista em alusão aos parceiros que deram suporte inicial ao MAB e a posterior autonomia alcançada pelo movimento.

³⁸ O Alto Uruguai é uma região do norte do Estado do Rio Grande do Sul localizada entre o rio Uruguai e o rio Ijuí, cujos principais municípios são Erechim, Palmeira das Missões, Sarandi, Santa Rosa, Frederico Westphalen, Três Passos e Três de Maio. Sua área é de 26.062 km² e a denominação é dada devido à altitude que varia de 500 a 700m em relação ao nível do mar e à presença de vales de encostas íngremes entre 100 e 300m. As características naturais e populacionais da região são praticamente idênticas à do Extremo Oeste Catarinense.

³⁹ De acordo seu sítio oficial, a Funai é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Na região do Alto Uruguai as principais reservas e terras indígenas são as kaingangues Kondá (município de Chapecó), Toldo Chimbangue (Chapecó), Votouro (nos municípios de Benjamin Constant e São Valentim), Ventarra (em Erebango), Serrinha (em Constantina, Ronda Alta e Três Palmeiras) e a reserva guarani de Nonoai, na cidade de mesmo nome.

Os luso-brasileiros que povoaram a região dos campos sulinos com as fazendas de gado promoveram a ocupação do Alto Uruguai a partir do tropeirismo que estabeleceu uma rota entre Cruz Alta (RS) e Guarapuava (PR), sendo que uma das principais paradas dava-se no Goio-En (serra que divide o Rio Grande do Sul e Santa Catarina tendo o rio Uruguai como ponto mais baixo) no final do século XVIII. Ao longo desta rota, foram se organizando locais de pouso e pasto para o gado e mulas que acabariam se tornando cidades, que com o passar do tempo absorveram parte do excedente populacional da região de Guarapuava que se dirigiu para a região de Chapecó, desempenhando a agricultura de subsistência e a extração de erva-mate e madeira.

O território que hoje compreende o Alto Uruguai, até o século XIX, era uma região em disputa entre Brasil e Argentina. Fazia parte do território brasileiro a pelo menos dois séculos, entretanto, a proximidade da fronteira com o país vizinho exigia do Brasil uma política de povoamento da região que consolidasse seu domínio. Ainda em relação à ocupação da região, Rocha acrescenta:

Na segunda metade do século XIX, a preocupação do governo brasileiro com os limites na região em relação aos argentinos (Questão de Palmas-1895), fez com que se instalassem companhias militares para a manutenção da área. No final do século, por causa da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893), boa parte dos dissidentes daquele conflito se dirigiu para a região. Em decorrência do Decreto n° 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a Lei n° 601 de 1850 (“Lei de Terras”), as áreas ocupadas, fosse por “posse, compra ou cultura” deveriam ser registradas nas respectivas freguesias, o que atestou a presença cabocla na região. Ainda no final do século XIX, a instalação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul (concedida à *Brazil Railway Company*) foi outro elemento de povoamento regional, seja pela chegada de trabalhadores, seja pela expulsão dos posseiros, o que culminou com o movimento do Contestado (1916). Da confluência desses eventos mencionados, formou-se a população cabocla da região. O uso da terra era feito através das “roças caboclas”, segundo as quais eram divididas as áreas em “terra de criar” (área próxima à casa), onde se criavam os animais domésticos livremente (cavalos, suínos, vacas de leite, aves), ao passo que, na “terra de plantar” (distante da casa), eram cultivados produtos como feijão, mandioca e milho, em sistema de rotação de áreas, o que era favorecido pela abundância de terras livres (ROCHA, 2013:86).

Para consolidar o povoamento e promover o desenvolvimento de uma economia regida pelos princípios da modernidade, o Estado brasileiro passa a estimular no século XIX a vinda de imigrantes europeus. Nos locais a serem colonizados eram traçadas linhas sobre as quais os colonos abriam estradas que ligavam as comunidades. Estes desenvolveram na região atividades agrícolas, comerciais e artesanais tanto no meio rural quanto no meio urbano, caracterizado ainda por pequenas aglomerações interioranas. Os primeiros alemães chegam ao Rio Grande do Sul a partir de 1824 (região de São Leopoldo) e chegam ao Alto Uruguai por volta de 1828. A imigração italiana ao sul do Brasil tem início a partir de 1875 e até 1914 chegou a representar $\frac{3}{4}$ da imigração europeia no país (ROCHA, 2013:88).

Um aspecto decisivo ocasionado pela chegada dos imigrantes europeus foi questão religiosa. O catolicismo já havia se sobreposto às práticas religiosas nativas com a chegada de portugueses e espanhóis. Este é fortalecido com a vinda dos imigrantes italianos, fortemente ligados à igreja católica. Os alemães, por sua vez, inserem na região práticas religiosas ligadas ao cristianismo de ordem protestante, sobretudo luterana. Veremos mais adiante que os princípios religiosos compartilhados nestas comunidades serão decisivos na organização dos atingidos por barragens, uma vez que suas entidades religiosas serão a base material e simbólica de sua organização, pelo menos nas primeiras décadas de mobilização.

A primeira metade do século XX foi marcada pela consolidação do povoamento e da economia agrícola na região. A principal característica formatada com o estabelecimento dos imigrantes foi o da predominância de pequenas e médias propriedades rurais baseadas da produção agrícola familiar, da qual as principais atividades são até hoje o plantio de trigo, milho, soja e, mais recentemente, a produção de leite. A suinocultura e a criação de aves também fazem parte das principais atividades econômicas que tem origem nesta nova configuração. A partir da segunda metade do século XX, mais precisamente desde da década de 1960 - como já vimos anteriormente -, a possibilidade de execução do Projeto Uruguai deixa a população local em alerta.

Apesar do maior impacto entre os anos 1960 e 70 ter sido causado pelas construções de Itaipu e Furnas, é na bacia do rio Uruguai e na região Nordeste do Brasil (em torno do rio São Francisco) que os atingidos por barragens iniciam sua organização coletiva. Ao longo do tempo, as articulações entre os atingidos foram se regionalizando e se difundindo para outras partes do país conforme os sucessivos governos ampliavam os investimentos na construção de usinas hidrelétricas. No início de sua organização, realizada através de redes e entidades locais – sobretudo sindicais e religiosas -, as reivindicações dos atingidos por barragens giravam em torno do direito à permanência em suas terras e do direito a, no mínimo, uma justa indenização em caso de remoção (MORAES, 1996; ROTHMAN, 1996). Entre os segmentos sociais que compõem a categoria dos *atingidos* estão trabalhadores rurais, pequenos proprietários de terra, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, meeiros e populações urbanas⁴⁰.

⁴⁰ No processo de mobilização e ampliação da organização coletiva, Vainer (2008) afirma que a própria condição de *atingido* está em disputa. A inserção de diferentes segmentos sociais nesta categoria foi uma conquista da mobilização destas populações. Nos primeiros embates, o poder público reconhecia como

De acordo com o que vimos no capítulo anterior, a organização dos atingidos se intensifica no Alto Uruguai porque esta região passa a ser visada pelo sistema Eletrobrás logo após a construção de Itaipu. Nesta ocasião, os atingidos por Itaipu apresentaram resistência ao intento do governo em construir a então maior hidrelétrica do mundo. Todavia, suas reivindicações foram ignoradas pelas autoridades públicas, o que resultou no deslocamento compulsório das populações que viviam na região da fronteira entre o Paraná e o Paraguai⁴¹.

Outro caso emblemático de derrota dos atingidos nas negociações com Estado e empresas foram os deslocamentos causados pela construção da hidrelétrica de Passo Real, no município de Salto do Jacuí (RS) no início dos anos 1970 (NAVARRO, 1996). Alertadas pelo desfecho do conflito em Itaipu e Passo Real, as populações do Alto Uruguai puderam se organizar de forma mais articulada e, assim, oferecer maior resistência ao governo e às empresas na medida em que conseguiram – em maior ou menor grau – fazer suas reivindicações serem ouvidas.

É neste contexto que, em dezembro de 1979, foi criada a Comissão de Barragens, que em 1980 passou a ser denominada *Comissão Regional de Atingidos por Barragens* (CRAB) tendo como principal objetivo opor-se à construção das usinas de Itá e Machadinho, prioridades dentro do Projeto Uruguai. A constituição da Comissão foi uma iniciativa de mobilização anterior à construção das barragens tendo em vista que no caso de Itaipu, por exemplo, a organização dos atingidos iniciou somente após o início das obras, com resultados catastróficos para os mesmos. A formação da CRAB contou com a ajuda de segmentos da Igreja Católica, principalmente de lideranças da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das Comissões Eclesiais de Base (CEBs) e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), de organizações sindicais e membros da faculdade de Erechim (Fapes).

A primeira grande mobilização organizada pela CRAB ocorreu em fevereiro de 1983, durante a 6ª Romaria da Terra no atual município de Carlos Gomes (RS). Este evento reuniu

atingido somente aqueles proprietários de terra que teriam suas áreas de domínio inundadas. A consideração de outros segmentos sociais como indígenas, quilombolas, posseiros e meeiros como *atingidos* é fruto da organização e mobilização destes segmentos.

⁴¹ De acordo com Germani (2003:53), cerca de 42.444 pessoas foram atingidas e obrigadas ao deslocamento compulsório pela construção da UHE Itaipu binacional, envolvendo colonos, guaranis e habitantes do meio urbano local.

cerca de 20 mil pessoas e teve como principal manifestação o lema “*Águas para a vida, não para a morte*”, que mais tarde seria adotado como principal bandeira dos atingidos organizados. No mesmo ano foi realizado o *I Encontro Interestadual de Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai* no município de Iraí (RS), reunindo atingidos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em 1984, foi realizado um abaixo-assinado intitulado “*Não às barragens*” que reuniu mais de um milhão de assinaturas entregues ao então Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários (BENINCÁ, 2011:83).

Em vista das experiências organizativas no Sul, Norte e Nordeste do país, em 1991 os atingidos fundam o *Movimento dos Atingidos por Barragens* (MAB), cristalizando nas estruturas de uma organização de movimento social nacional a tentativa de uma relativa unidade que se traduzisse em força de mobilização e poder de barganha frente ao poder público e às empresas do ramo energético. Em 1997, o MAB já possuía células organizadas em todas as regiões do país. A partir de então, as bandeiras políticas dos atingidos por barragens se complexificaram e se diversificaram, indo além das reivindicações pelo direito e acesso à terra ou a uma justa indenização, agregando lutas ligadas também ao ambientalismo, à reforma agrária, à reformulação do modelo energético brasileiro e – no limite – reivindicações anti-sistêmicas como a superação do capitalismo.

Figura 9: **Símbolo do MAB**⁴²



Fonte: www.mabnacional.org.br

Da CRAB para o MAB, a forma de organização do movimento (e seu raio de atuação) mudam substancialmente: as instâncias de decisão em nível nacional passam a ser o Congresso Nacional do MAB, instância maior, realizado de três em três anos; a Coordenação Nacional, que passa a ser eleita no Congresso Nacional e formada por representantes de cada região, com a função de encaminhar as decisões do Congresso; a Executiva Nacional, escolhida pela coordenação, com a tarefa de executar as decisões das instâncias superiores; a Organização de Base, que eram as organizações dos atingidos por hidrelétrica, bacia hidrográfica ou Unidade da Federação, mais recentemente. Os mandatos da Coordenação e da Executiva são de três anos, com direito à reeleição, podendo haver substituição de coordenadores por decisão das instâncias que os elegiam. De acordo com Foschiera (2009:297), com a mudança de escala as principais conquistas obtidas pelo movimento nas várias situações em que foi intermediário destacam-se:

⁴² No símbolo do MAB é possível perceber a confluência de diversos elementos. Primeiramente a sua semelhança com o símbolo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos aliados como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) – os exemplos encontram-se nos anexos desta pesquisa. Na parte central da figura temos a representação de um atingido sendo crucificado em uma torre transmissora de energia, o que demonstra em alguma medida a ligação do MAB com setores populares da igreja católica no Brasil, sobretudo da Teologia da Libertação. Aos pés do atingido estão uma enxada e uma foice, duas ferramentas de trabalho tradicionais dos pequenos agricultores. A água, por sua vez, representa a enchente causada pelos reservatórios das usinas, represada nas barragens que, neste caso, inunda o território nacional.

A não-construção de algumas das grandes barragens (UHE de Tijuco Alto no rio Ribeira do Iguape, UHE de Iraí no rio Uruguai e, momentaneamente, da UHE de Belo Monte no rio Xingu); mudança do local de obras, de forma a diminuir o número de pessoas a serem atingidas (UHE de Machadinho no rio Uruguai); garantias de indenização a filhos de proprietários e sem-terras (UHE de Itá no rio Uruguai); construção de benfeitorias comunitárias (UHE de Itaparica); verbas de manutenção para os primeiros meses de reassentamentos; assistência técnica sob coordenação do Movimento (UHE de Itá e Machadinho no rio Uruguai) etc. (MAB, Caderno Nº. 7 s/d).

Com a formalização do MAB, são intensificados os encontros nacionais, que têm por objetivo reunir atingidos por barragens de todas as reuniões do país para a realização de discussões, definição de diretrizes e realização de atos públicos de protesto. O primeiro encontro nacional foi o de 1991, que deu origem ao MAB. Em 1997, o MAB organizou um encontro internacional de atingidos por barragens na cidade de Curitiba. Dirceu Benincá (2011) define a trajetória da organização dos atingidos por barragens no Alto Uruguai em três ciclos: o primeiro, que vai do final dos anos 1970 até 1991, compreende todo o período das mobilizações iniciais e se encerra com a formalização do MAB enquanto organização de movimento social. O autor define este primeiro momento como uma *“fase de efervescência das lutas por direitos na qual a postura central era de oposição à construção de barragens e o posicionamento político adotado era de frear os projetos hidrelétricos”* (p.106). Nesta primeira fase, as reivindicações passaram da negociação de terra por terra pela exigência a indenizações justas, o que segundo Benincá *“constituiu em estratégia de conquista coletiva de direitos, em contraposição aos expedientes de negociações e indenizações individuais utilizadas pelas empresas”* (p.106). É nesta fase da organização dos atingidos que surge, como vimos, a frase de ordem do movimento *“Águas para a vida e não para a morte”* e que a questão ambiental passa a ser pouco a pouco incorporada pelo movimento.

Já para Foschiera (2009), a primeira fase do movimento compreenderia o período que vai de 1978 a 1986, se destacando pela influência dos setores progressistas da igreja católica ligados à Teologia da Libertação (CPT e Pastorais da Juventude) e da igreja de confissão luterana, as quais desenvolveram *“iniciativas na formação de lideranças e de organização das comunidades rurais. Buscava-se introduzir mudanças na visão conservadora das estruturas sociais arraigadas entre os agricultores”* (p.39). Os segmentos desta “igreja popular” passam então a *“redefinir, com maior clareza, os limites entre o político e o religioso, valorizando o potencial libertador do universo simbólico popular com uma ação pastoral mais perto dos valores e das necessidades populares, enfatizando a justiça social”*

(p.39). Neste sentido, o objetivo visava “a construção de uma ‘nova sociedade’, sustentada por uma democracia de base através da participação. Para tanto, fazia-se necessário quebrar a estrutura comunitária hierarquizada existente, baseada na centralidade de poder do líder da comunidade” (ibid).

A segunda fase da organização, segundo Benincá, compreende os anos de 1991 a 2002, período entre a formalização do MAB e a chegada do PT à presidência da república. Nesta fase o MAB amplia suas bases de atuação nacional e suas interlocuções com outros movimentos sociais e organizações de esquerda, inclusive em nível internacional. Os principais alvos políticos do MAB neste período foram os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, que se caracterizaram pela intensificação das privatizações do setor elétrico brasileiro⁴³. De acordo com Benincá, “a partir de 1991, o movimento começa a questionar com mais tenacidade a matriz energética em vigência no Brasil”, ainda que um dos objetivos principais do MAB fosse “seguir lutando no sentido de impedir a construção de novas barragens” (p.108). Elementos importantes para a transformação do MAB nesta fase foram a participação na Eco-92 realizada no Rio de Janeiro e o estabelecimento de articulações com a Comissão Mundial de Barragens⁴⁴. A principal marca da segunda fase é caracterizada pela mudança de escala alçada pelos atingidos com a formalização do MAB. A partir de então, os atingidos organizados mudaram suas reivindicações da justa indenização para a discussão da matriz energética brasileira, para a proposição de alternativas e pela incorporação sistemática de conceitos como ambientalismo e socialismo ao discurso oficial do movimento.

Já para Foschiera, a segunda fase do movimento é mais breve e compreende o período de 1986 a 1989. Esta seria marcada pelo enfraquecimento do grau de influência dos

⁴³ De acordo com Martins (2009:84), o capital privado ampliou a sua participação na capacidade instalada do setor elétrico de 2,7% para 22% entre os anos de 1995 e 2000. No mesmo período, as concessionárias privadas estenderam a sua parcela no segmento de distribuição de 2,4% para 63%.

⁴⁴ A Comissão Mundial de Barragens [CMB] é uma entidade ligada ao Banco Mundial fundada em 1997, fruto da articulação e pressão de movimentos sociais de atingidos por barragens de vários países. A entidade conta com a participação de ONGs, movimentos de atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB tem o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pela construção de barragens em nível mundial, bem como propor alternativas. A fundação da CMB foi uma conquista da pressão realizada pelos atingidos organizados logo após a realização do *1º encontro internacional dos povos atingidos por barragens* realizado na cidade de Curitiba [PR] em 1997, e que instituiu o dia 14 de março [data de fundação do MAB] como dia internacional de luta contra as barragens. Fonte: <http://www.mabnacional.org.br/content/4-onda-privatiza-es-e-organiza-internacional-dos-atingidos>.

setores religiosos, importância que é assumida pelas chamadas escolas sindicais⁴⁵ na organização dos atingidos. Este seria o período de redirecionamento dos rumos e estruturas organizativas dos movimentos rurais, destacando-se pelo surgimento e atuação de novas instituições capazes de assumir o papel político-educativo, em substituição às diretrizes básicas da Teologia da Libertação bastante críticas, porém, “despolitizadas”, sustenta o autor. Esta mudança de rumos ocorre como necessidade de alteração de situações nas quais *“as lideranças formadas e já atuantes conseguiram ganhar a direção de vários sindicatos, mas muitas vezes faltavam-lhes maiores conhecimentos para conduzir essas instituições”* (2009:40). A incipiente mudança de escala que se ensaiava fazia surgir, portanto, *“a necessidade de uma formação continuada e com objetivos mais estratégicos e as escolas sindicais, que tinham como público alvo lideranças que já participavam de movimentos (...)”* (MORAES, 1994; FOSCHIERA, 2009). Desta forma, os atingidos organizados vão paulatinamente transformando enquadramentos e sentidos de justiça baseados em princípios ético-morais influenciados pela religiosidade, para assumirem enquadramentos e discursos calcados na ideia da luta de classes e na consideração de elementos econômicos e políticos mais técnicos.

O terceiro momento, iniciado na década de 1990 com a fundação do MAB (em 1991) seria marcado, para Foschiera, pela *formação técnica* e caracteriza-se *“por se preocupar com as demandas imediatas e específicas dos movimentos, colocando ‘a organização em torno das questões do cotidiano no centro da construção de um projeto político’”* (MORAES, 1994:192; FOSCHIERA, 2009:40). As escolas sindicais acabariam sendo encampadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e *“passam a ter como público alvo os dirigentes sindicais municipais, no intuito de ampliar o horizonte de compreensão do mundo para além das escalas local e regional, chegando à global”* (ibid):

A percepção da existência de muitos tipos sociais nos municípios (assalariados, produtores de subsistência, produtores integrados de fumo e frango, etc.) deixa clara a alteração provocada pela penetração do capitalismo no campo. Abandona-se a concepção teórica sobre classes sociais baseadas na burguesia, pequena burguesia e assalariados e passa a trabalhar com uma diversidade social maior. Surge a necessidade de se trabalhar com questões econômicas do cotidiano e adotar políticas de alianças. A formação passa a ter um perfil de capacitação profissional, subsidiando seus participantes com informações técnicas (custos, gastos, margem

⁴⁵ As escolas sindicais são centros de formação política criados entre fins da década de 1980 e início da de 90 sustentados, sobretudo, pela CUT, sendo destinados à formação de lideranças populares e sindicais. O principal objetivo é promover a qualificação dos quadros militantes no que tange ao domínio de saberes e discursos técnicos, políticos e econômicos.

de lucro etc.) para que, no momento de negociar, consigam enfrentar o “outro lado” com clareza política e ideológica. O aspecto politizante fica relegado a um segundo plano e se aposta nos resultados econômicos (FOSCHIERA, 2009:40).

Já para Benincá, a terceira fase se inicia em 2003 com a eleição de Lula para presidente e se estende até os dias atuais. A principal característica deste período é a intensificação das relações com a esfera política estatal-institucional, algo que não acontecia com os governos anteriores que, no plano político, apresentavam posições fundamentalmente contrárias àquelas defendidas pelo MAB. A chegada do PT à presidência - parceiro histórico do MAB e outros movimentos surgidos no período da redemocratização - representou a abertura de espaços institucionais anteriormente fechados aos movimentos sociais. Isto implicou na mudança de postura de ambos os lados – Estado e Movimento – nos processos de negociação. Todavia, a chegada de Dilma Rousseff à presidência em 2010 e a intensificação dos incentivos à construção de novas hidrelétricas compreendidas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) marcam um crescimento das tensões na relação entre o Governo Federal e o MAB⁴⁶.

Para Benincá, assim como para Foschiera, a outra principal característica da terceira fase do MAB é a especialização de sua militância do ponto de vista político e técnico-científico. Ao atuar em esferas mais abrangentes, o MAB passa a realizar campanhas em nível nacional, tais como: redução da tarifa da energia elétrica; revisão dos contratos de concessão para produção e distribuição da energia cedidos pelos governos federal e estaduais a empresas privadas; e campanhas para o investimento pelos poderes públicos em fontes energéticas alternativas como a solar e a eólica (MAB, 2013).

Sob uma perspectiva que bebe nas mesmas fontes teóricas desta pesquisa, Franklin Rothman (1996) demonstra como os atingidos por barragens aproveitam uma série de *estruturas de oportunidades políticas* (EOP) para alavancarem sua organização coletiva. A análise das EOP possibilita correlacionar o arranjo conjuntural que pode ser favorável à ação dos movimentos sociais com sua capacidade de mobilizar recursos para desencadear ações de protesto, aproveitando as oportunidades que geralmente estão ligadas à vulnerabilidade de seus opositores. No caso dos atingidos por barragens, Rothman vê no enfraquecimento do regime militar a partir de fins da década de 1970 uma oportunidade-chave através da

⁴⁶ O governo federal prevê o investimento de cerca de R\$ 83 bi na construção de novas usinas hidrelétricas até 2017, sobretudo nas regiões sul e norte do país. Mais detalhes em: <http://www.brasil.gov.br/cop/panorama/o-que-o-brasil-esta-fazendo/matriz-energetica/print>>. Acesso em 20/02/2013.

qual os atingidos puderam se mobilizar. O declínio da hegemonia dos militares, o fortalecimento de aliados ligados a determinados segmentos da igreja católica e dos movimentos sociais e sindicais, além de toda a conjuntura favorável na qual a democracia e a participação popular eram temas centrais, foram fatores fundamentais para que não somente os atingidos, mas outros segmentos populares pudessem mobilizar-se e fazer da década de 1980 um período efervescente em termos de mobilização social (NAVARRO, 1996).

Aproveitando as janelas de oportunidades abertas pela conjuntura política e logrando fazer perdurar a mobilização dos atingidos ao longo do tempo, o MAB acabou se consolidando como o ator de maior preponderância em âmbito nacional na causa das populações atingidas por barragens. Entretanto, o MAB não representa a totalidade dos atingidos, já que existem diversas outras organizações espalhadas pelo país. Mesmo no Alto Uruguai, o MAB depara-se com organizações de atingidos que não se alinham em suas fileiras. Por ter sido fundado por um segmento da sociedade com características mais ou menos homogêneas - no caso pequenos agricultores descendentes de imigrantes europeus - o MAB não tem a mesma facilidade em dialogar com os atingidos indígenas⁴⁷, por exemplo, cuja formação social e lógica de organização é distinta dos parâmetros dos descendentes de imigrantes, em sua grande maioria cristãos. Se tais diferenças ficam evidentes no Sul do país, a complexidade das relações se intensifica ainda mais quando o MAB chega ao Norte e Nordeste do país, regiões onde a presença das populações atingidas indígenas e quilombolas é ainda maior. Entretanto, ainda que não haja uma homogeneidade em torno da mobilização das populações atingidas, o MAB seguramente constitui a maior organização de movimento social deste segmento, agregando em suas reivindicações elementos que tentam contemplar a multiplicidade de populações atingidas por barragens.

Fundado no Alto Uruguai e, posteriormente, difundindo sua atuação para as demais regiões do país e para o exterior, o MAB se estrutura partir de grupos de base, formados por

⁴⁷ O caso das populações indígenas tem uma particularidade fundamental que é a atuação da Funai. Praticamente todos os processos envolvendo povos indígenas no Brasil precisam passar pelo crivo da fundação. Durante o processo de viabilização da UHE Foz do Chapecó ocorreu um episódio que colocou indígenas e agricultores militantes do MAB em lados opostos. Nas negociações entre Estado e o consórcio construtor da barragem havia uma questão condicionante para viabilização do projeto que era o provimento de recursos para a realização de uma reserva para a população kaingangue local. Esta condição fez com que os kaingangues ficassem a favor da construção da barragem, enquanto o MAB posicionou-se contra.

grupos de cinco a dez famílias que se reúnem sistematicamente para debater, estudar e aprofundar estratégias de ação. A instância máxima do movimento é o Congresso Nacional, responsável pela articulação inter-regional e internacional. Encontros regionais e nacionais são realizados periodicamente a fim de reunir a militância para definição das diretrizes do movimento. As fontes de financiamento são diversas, estando em destaque “a contribuição dos próprios atingidos, colaboração de igrejas, entidades de cooperação internacional, prefeituras, parlamentares, projetos junto ao Governo Federal (para algumas áreas), assim como promoções feitas pelos próprios militantes, a exemplo de rifas para pagar passagens (...)” (BENINCÁ, 2011:104). Historicamente, os atingidos vinculados ao MAB adotam diversas formas de ação política como protestos, marchas, jornadas de lutas e moções de apoio, assim como realizam atividades de formação política, campanhas e busca de amparo jurídico para atingidos.

Imagem 1 - Atingidos arrancando marcos de levantamento topográfico da UHE Itá.



Fonte: POLI, 1999:157.

Desde o início das mobilizações a questão jurídica têm importância central entre as reivindicações dos atingidos por barragens. De acordo com Rocha (2014), “no Brasil a instalação de hidrelétricas implica o ‘deslocamento compulsório’ de um grande número de pessoas nas respectivas regiões, e mesmo com mais de um século de hidroeletricidade no Brasil ainda não existe uma legislação específica para o remanejamento populacional. A

cada nova hidrelétrica a ser instalada, é firmado um Termo de Acordo de Conduta (TAC) entre os agentes sociais envolvidos”. Benincá complementa:

De maneira geral, as empresas construtoras e o governo consideram atingidos apenas os que possuem terras nas áreas a serem alagadas, isto é, os proprietários com títulos em seu nome. É esta concepção que prevalece nas negociações. Assim, os povos indígenas, os quilombolas, os arrendatários, os posseiros, os meeiros, os ribeirinhos e outros que vivem nesses locais e não possuem documento de posse acabam destituídos de direitos. As empresas, por sua vez, procuram restringir o conceito de atingido para diminuir o custo com indenizações (2011:104).

Este modelo implica que atingidos e empreendedores do ramo energético estabeleçam acordos entre si sem mediação direta do Estado. Como a disparidade de condições estruturais da qual usufruem as duas categorias é abismal, sobretudo em decorrência da detenção de capital econômico e influência sobre a esfera estatal, não é difícil perceber que os empresários em questão têm possibilidades muito maiores de imporem suas condições no estabelecimento destes acordos. Sem amparo legal que lhes garanta direitos, os atingidos se mobilizam diante do risco e da realidade de sua condição.

Imagem 2: Passeata organizada pelo MAB em seu Encontro Nacional



Fonte: <http://terradedireitos.org.br/2013/09/06/4-mil-trancam-a-paulista-contra-a-privatizacao-das-hidreletricas-e-do-petroleo/>. Acesso em 22/09/2015

O advento do MAB coloca a luta dos atingidos por barragens em um outro patamar a partir da década de 1990. A capacidade de agregar conflitos locais e regionais em bandeiras políticas de caráter nacional proporcionou certa unidade de mobilização (pelo menos para os atingidos organizados em torno do MAB) que se traduz em maior pressão sobre o poder público e a iniciativa privada. Tanto no contexto das privatizações e da execução do Projeto Uruguai nos anos 1990, quanto no confronto atual em torno da construção da usina de Belo Monte (Altamira/PA), do projeto Garabi-Panambi (Garruchos/RS) e, até mesmo, contra o desastre socioambiental provocado pela mineradora Samarco em Mariana/MG em 2015, o MAB adota ações de protesto como ocupação do canteiro de obras das barragens, passeatas e bloqueio de vias. Todavia, conforme o movimento cresce, outras formas de ação também passam a ser incorporadas, principalmente no que diz respeito à proposição de um debate político-econômico acerca do problema social que afeta os atingidos.

A diversificação das formas de ação e a complexificação das pautas reivindicatórias acompanham tanto o crescimento do movimento, quanto a multiplicidade das redes de apoio que o MAB vai constituindo com outros movimentos sociais. Nascido em uma região muito próxima daquela onde o MST foi fundado, o MAB tem neste um parceiro histórico. A formação da *Via Campesina*⁴⁸, da qual ambos fazem parte, proporcionou a integração regional de diversos movimentos sociais do campo na América Latina, formando uma coalizão social de defesa de projetos políticos populares nos diversos países do continente. Da mesma forma, a *Consulta Popular*⁴⁹ foi formada no Brasil em 1997, estando o MAB e o MST entre seus fundadores. Tanto a Via Campesina quanto a Consulta Popular estão fortemente ligadas à defesa do socialismo como alternativa política e econômica para os países latino-americanos. Estas coalizões permitem aos movimentos sociais articularem conexões entre suas reivindicações específicas e um projeto político mais amplo que os

⁴⁸ A Via Campesina surge em abril de 1992 a partir de uma reunião de dirigentes camponeses de vários países em Manágua, na Nicarágua, quando da realização do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas. Deste encontro surge a organização internacional composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. A Via Campesina coordena e visa articular os processos de mobilização social de organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades originárias da Ásia, África, América e Europa em nível internacional. Fonte: <http://viacampesina.org/en/> (acesso em 25 de janeiro de 2016).

⁴⁹ Segundo informações de seu sítio oficial, a Consulta Popular é uma congregação de movimentos sociais brasileiros surgida em 1997 impulsionada, sobretudo, pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) que visava a formação de um bloco de esquerda com movimentos parceiros para organizar as organizações de massa em torno de um projeto popular nacional baseado na defesa do socialismo e na contraposição ao neoliberalismo. Fonte: <http://www.consultapopular.org.br/> (acesso em 26 de janeiro de 2016).

unifica e estende seus raios de atuação. Este é um exemplo fundamental da mudança de escala, a qual os atingidos lograram realizar com a constituição e ampliação de um movimento social que agregasse suas reivindicações.

O MAB tem sido objeto empírico de diversas pesquisas na área da sociologia, como Moraes (1996), Guedes (2006) e os citados aqui como Foschiera (2009) e Benincá (2011), para citar alguns exemplos. As formas de abordagem dos autores são bastante diversas, passando pela reconstrução da luta do movimento ao longo de sua trajetória, sua reação à pressão das empresas construtoras de hidrelétricas, seu grau de autonomia nas arenas de reivindicação frente ao poder público e os significados da luta do movimento. Estudos menos descritivos e mais analíticos como o de Rothman são um pouco mais raros, mas a maioria deles busca analisar o fortalecimento do MAB relacionado às condições conjunturais.

Todavia, os elementos vinculados ao crescimento e à difusão do movimento ainda são pouco explorados. Grande parte das pesquisas realizadas sobre a organização dos atingidos trata o fortalecimento de sua organização coletiva apenas como constatação, mas pouco exploram os mecanismos inerentes a este processo, ou seja, *como* os atingidos vão articulando e transformando práticas e discursos que elevam sua organização coletiva a outros patamares ao longo do tempo. A tendência a tratar os processos de mudança de escala dos movimentos sociais apenas como constatação resulta em estudos demasiadamente descritivos no que tange a história de seus objetos empíricos, mas que perdem a riqueza explicativa dos processos sociais. No âmbito desta pesquisa (veremos isto de maneira detalhada no capítulo 4) pretendemos avançar na exploração de fatores que explicam a mudança de escala e as implicações desta mudança na organização não só dos atingidos por barragens, mas a partir deste caso específico, explorar as potencialidades de ferramentas de pesquisa que possam servir para o estudo de movimentos sociais como um todo.

CAP3 – PASSAGEM DE IDA A CAMPO

*“De planos emergindo, mas não planejada,
movida por propósitos, mas sem finalidade.”*

Norbert Elias

A sociedade dos indivíduos

Primeiro ato: mergulho no manancial empírico

Já explanados nosso problema de pesquisa e referenciais teóricos e já realizada a contextualização histórica, faz-se necessário detalhar como a pesquisa foi realizada. Com o objetivo de entender e explicar a mudança de escala na mobilização dos atingidos por barragens, foi traçado um plano de pesquisa que consistia em mapear locais, bibliografias, documentos, materiais diversos e indivíduos cujos relatos servissem de base para que fosse possível compreender o cenário que ao longo das últimas quatro décadas possibilitou a sustentação, expansão e difusão da organização dos atingidos por barragens.

A primeira atividade de campo aconteceu em junho de 2012, em um seminário denominado *“Todos pela energia: privatização não é a solução”*, realizado pelo MAB e seus parceiros no auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta ocasião, o objetivo era a realização de uma experiência de campo exploratória que possibilitasse a aproximação com os atingidos, sobretudo militantes com alguma experiência e histórico de mobilização. Àquela época, nosso problema de pesquisa ainda não estava bem definido. Os objetivos oscilavam entre identificar mecanismos que possibilitavam a sustentação da mobilização ao longo do tempo e a reprodução das demandas em movimentos sociais. O alargamento de enquadramentos e a construção/difusão de gramáticas ainda não constavam como objetivos propriamente ditos. Além dos contatos e primeiras informações obtidas nesta atividade, seu maior legado foram as substanciais transformações que causaram nesta pesquisa. Explico:

O seminário em questão estava em sua quarta edição e era realizado em todas as capitais estaduais do país. Era organizado por diversas entidades nacionais e estaduais que tinham como pauta principal discutir a renovação das concessões públicas cedidas pelo Estado a empresas privadas de produção e distribuição de energia elétrica. Foi organizado

basicamente pelo MAB, Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, Federação Interestadual Sindicatos Engenheiros (Fisenge), Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Sindicato dos Eletricitários (Sinergia), Sindipetro (Sindicato Nacional dos Petroleiros) e Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Prestadoras de Serviço (Sinteg). Na Região Sul, tinha por objetivo discutir o papel das empresas públicas frente à renovação da concessão pública às empresas privadas e a possível intensificação das privatizações.

Figura 10: Logo da campanha *Todos pela Energia*



Fonte: www.todospelaenergia.com.br

O principal fator que provocou mudanças na pesquisa foi a percepção de que as diversas entidades sindicais e movimentos sociais que ali estavam discutiam uma pauta comum de forma unificada. Além do MAB, estavam presentes o MST, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e o Levante Popular da Juventude. Estava evidente que ali havia o compartilhamento de um *projeto* de sociedade, o que na prática demonstrava que ali se encontrava uma coalizão de organizações de movimentos sociais com pautas específicas, mas alinhadas diante de um objetivo político comum, como uma espécie de guarda-chuva que as abrigava.

Diante do problema de pesquisa que vinha até então trabalhando, as mudanças se deram no sentido de que, ao identificar o alinhamento de parte dos atingidos por barragens com outros movimentos através de pautas que transcendiam suas demandas específicas, percebi que aí poderia estar uma das chaves explicativas da transformação dos sentidos de sua organização e mobilização. Além da defesa dos atingidos e da reivindicação de direitos para o segmento, o grande objetivo do seminário era – a partir do caso específico do setor elétrico brasileiro – discutir e confrontar a atuação de empresas privadas, sobretudo

transnacionais, na privatização de um setor estratégico para o desenvolvimento país. De forma mais abrangente o objetivo dos organizadores era estabelecer uma crítica contundente ao capitalismo, através da qual os movimentos sociais e entidades sindicais em questão apresentavam um projeto alternativo baseado nos princípios do socialismo, da soberania nacional e do papel do Estado como provedor de serviços públicos controlados – em alguma medida – pela população ou a serviço desta.

Desta experiência prática de campo me dei conta que da organização dos atingidos lá nos anos 1970 - sobre a qual lia nos livros - até a articulação atual havia um longo caminho percorrido. Passei a levantar a hipótese de que a transformação do “*Águas para a vida e não para a morte*” para o “*Água e energia não são mercadoria*” provavelmente não correspondia a uma simples mudança de contexto, mas provavelmente também ao desenlace de tramas nas quais costuram-se elementos materiais e discursivos que precisavam ser investigados. Minha hipótese passou a ser a de que haviam conexões lógicas nesta transformação, mas não necessariamente premeditadas ou *teleológicas*, no sentido de que o resultado final não seria o único possível e nem que no início de sua história encontrava-se o embrião que levaria necessariamente ao resultado que teve, mas sim que, conforme a história era construída, as intencionalidades confrontavam-se com elementos imponderáveis, tal como Elias (1994; 2011)⁵⁰ nos apresenta sua noção de *configuração* e *processo*.

Para este autor, a história é feita de forma *interdependente* através de processos nos quais indivíduos e grupos a escrevem - em graus distintos - de acordo com suas capacidades de atuação e interferência nos rumos dela. Entretanto, mesmo o mais poderoso dos indivíduos – aquele que tem maior capacidade de influência sobre qual rumo transcorrerá a história – está imerso numa espécie de “campo de força” (como em um jogo) no qual o grau de influência de suas ações pode sofrer interferências das ações de outrem, as quais ele não pode prever/premeditar. Os elementos imponderáveis que resultam do somatório (e do choque) de tipos de ação baseadas em anseios, interesses e sentidos diversos, confere – segundo Elias – à história humana a peculiaridade de não ter um sentido prévio possível de ser captado, restringindo nossa capacidade analítica à identificação e explicação de certas tendências e não à formulação de leis sobre a história e o social.

⁵⁰ As primeiras edições são de 1939 e 1987.

Da contribuição de Elias pode-se descrever a história dos atingidos por barragens e suas transformações como resultado da ação de diversos indivíduos e grupos em um determinado sentido, mas influenciados – obviamente - pelos elementos contextuais do plano macrossocial e pelas negociações, embates, divergências e confluências no plano microssocial. As interferências de ação nos níveis micro, meso e macro podem ser os fatores que explicam, por exemplo, a mudança de característica entre a CRAB e o MAB, que passa por um processo de enfraquecimento interno do grau de influência dos setores religiosos (*o águas para a vida e não para a morte*), por exemplo, para a adoção de discursos mais “politizados” baseados em pautas mais semelhantes aos discursos partidários, acadêmicos e do sindicalismo do final década de 1980 (a passagem para o *água e energia não são mercadoria*)⁵¹. Da mesma forma, o grau de influência do MAB e suas estratégias a partir da década de 1990 são profundamente influenciados e transformados pelos efeitos gerados pela privatização o setor elétrico. A entrada e aumento do grau de influência do setor privado neste campo de força trouxe uma série de implicações que modificaram a forma de atuação do MAB e levaram a adoção de certas estratégias, como a qualificação de seus quadros militantes, para poderem enfrentar seus adversários no plano da discussão técnica e da proposição de um outro modelo energético (veremos isto de forma mais detalhada no capítulo 4).

Neste sentido, portanto, era preciso então investigar como um conjunto de intencionalidades iniciais ampliaram-se ou simplesmente transformaram-se em outras mais abrangentes e tentar explicar como se deu essa passagem. Esta primeira atividade de campo teve duração de dois turnos (manhã e tarde) e consistiu na realização de debates com a participação de representantes dos movimentos sociais e sindicatos organizadores, deputados estaduais alinhados a eles e representantes de empresas públicas do ramo energético como a CEEE. Ao final do dia ocorreu um ato público na praça em frente à Assembleia Legislativa. Um elemento interessante deste evento (e que viria a repetir-se em outras atividades) e que mereceu atenção foi o entrecruzamento entre a defesa de um projeto político-socio-econômico alinhado a elementos da representação cultural, sobretudo

⁵¹ Estabelecemos esta diferenciação sem deixar de levar em conta que não só no Alto Uruguai, como no Brasil como um todo, o campo da esquerda popular sempre foi caracterizado pela próxima relação entre setores progressistas do clero, lideranças populares, sindicais, acadêmicas e partidárias.

através da expressão de atos nos quais a dimensão emotiva é fortemente acionada. Este momento da manifestação política é chamado por parte dos movimentos sociais de *mística*.

A mística consiste em um ato – geralmente teatralizado – que tem por objetivo evidenciar e manifestar politicamente o posicionamento coletivo ante a um determinado problema social, de maneira a mobilizar elementos emotivos que provoquem a sensibilização do público frente ao problema em questão, tendo por objetivo demonstrar também os anseios da coletividade. Trata-se do momento da manifestação no qual os movimentos sociais tentam demonstrar, através da dramatização, os elementos de justiça (e justificação) da causa que defendem ou do porquê se manifestam. Nas místicas realizadas pelos movimentos sociais em questão são geralmente demonstrados elementos que caracterizam a cultura popular e seu caráter (ou potencialidade) de resistência frente aos problemas socioestruturais que os atingem, de forma a constituir através da dramatização um sentimento coletivo de solidariedade entre os *de baixo*, conforme a terminologia usualmente empregada nestes espaços. Entre seus participantes ou aqueles que já se identificam com a causa, tem o objetivo de reforçar a mobilização através da expressão dos sentidos emotivos da mesma.

Autores como Quirk (2006), Goodwin, Jasper e Polletta (2001) trazem para o estudo dos movimentos sociais a dimensão emotiva do engajamento como elemento central para a análise dos processos de mobilização social. No livro *Passionate Politics* (2001), Goodwin e os demais autores afirmam que toda a tradição de estudos sobre movimentos sociais até a atualidade relega a um segundo plano o papel das emoções nos processos de engajamento. Alertam que a importância da categorização weberiana dos tipos de ação social – sem negar suas contribuições – acabou por influenciar grande parte das correntes sociológicas posteriores a conceberem tipos de ação racional e emotiva como demasiada ou necessariamente separadas e até mesmo antagônicas. A proposição dos autores consiste em aproximar racionalidade e emotividade como elementos chaves nos processos de engajamento político, superando definitivamente paradigmas como o da Escolha Racional, Teoria dos Jogos ou da Mobilização de Recursos, que tendem a conceber sujeitos demasiadamente racionais e calculistas, em detrimento do papel que as emoções e dilemas morais podem cumprir nestes processos. De encontro a estes apontamentos, Cefai assinala a importância da compreensão dos sentidos das emoções e o papel que elas cumprem no desencadeamento e sustentação das ações coletivas:

No lugar de técnicas de gestão dos sentimentos alheios, as paixões e afetos reencontram sua dimensão do “estar passível a eventos” (...) ou de afeição por situações (...): emoção, mal-estar ou pânico, euforia, asco ou entusiasmo, que tocam a moral, as afetividades e as sensibilidades coletivas, *in situ*. O sentido do bem, do direito e da justiça, o sentido da honra, a paixão pela igualdade ou o ódio de classe são, antes de tudo, sentimentos morais. Toda mobilização coletiva é pontuada por experiências de indignação e revolta, solidariedade ou debandada, alegria ou decepção – a própria apatia não existe sem pathos. As emoções, mantendo-se fechadas em um círculo privado ou buscando um alcance coletivo e uma ressonância pública, são o que há de mais difícil em descrever: a soberba ridicularizada, a sede de vingança, a preocupação com a verdade, o desejo de liberdade, o orgulho nacional, o ódio racial... e, ainda mais simplesmente, as manifestações expressivas em dadas situações, com tudo que podem ter de imperceptível. A etnografia deve então ganhar uma qualidade literária, sem, no entanto, renunciar à disciplina da observação e da descrição (...) a ação coletiva não está toda no agir, mas também no sofrer e no compartilhar. (CEFAÏ, 2009:31).

A identificação dos elementos presentes na mística fez com que se percebesse o papel da passionalidade no reforço da coesão interna do movimento e na expressão externa de sua mobilização, na qual faziam-se presentes os enquadramentos e sentidos de [in]justiça mobilizados. Estes manifestam-se como uma espécie de “tradução”, representada na leitura de como um acontecimento específico – o desterro provocado pela construção de barragens – é resultado de ações de ordem sistêmica, no caso, do capitalismo. A participação nesta atividade de campo exploratória possibilitou o conhecimento do universo pesquisado para além das informações bibliográficas. Possibilitou o estabelecimento de contatos preciosos, mas, sobretudo, possibilitou que através da observação se percebesse novos elementos que ao fim e ao cabo modificaram substancialmente os rumos desta tese. A partir da percepção da importância dos elementos simbólicos na constituição e manutenção da mobilização social constatou-se que não seria possível compreender o processo de mudança de escala sem a conjugação das dimensões materiais e simbólicas que de maneira complementar a conformam.

Segundo ato: imersão nas revoltas águas do Alto Uruguai

Em julho de 2013 ocorre a primeira viagem de campo propriamente dita. Após o estabelecimento de alguns contatos prévios, fui até a cidade de Erechim – norte do Estado do Rio Grande do Sul – com o objetivo de realizar entrevistas e procurar registros a partir dos quais pudesse compreender em maior profundidade as questões colocadas na pesquisa, além de muito provavelmente descobrir uma série de outras questões que somente o

exercício de observação pode propiciar. Para além de seguir atores chaves (ou seus rastros), a viagem de campo tem por objetivo o esforço da máxima aproximação possível ao universo pesquisado no sentido de se tentar compreender como se constituem as teias de significado compartilhadas por aqueles sobre/com quem pretendemos falar.

O local de fala aqui jamais será o do “nativo”. Não pela resignação - muito menos por princípio – de que o papel da pesquisa científica seja tão somente o de falar pelo outro com pretensa propriedade desde o confortável gabinete - enquanto este não raro é silenciado na fala do especialista (aliás, *pode o subalterno falar?*)⁵², numa espécie de extrativismo acadêmico. Não se pretende aqui falar pelos atingidos. Fala-se aqui desde do lugar daquele que se interessa; que, a partir de um caso específico que procura compreender, elabora uma série de questionamentos sobre o mundo e cuja curiosidade só pode ser saciada na tentativa de explicar até o limite permitido pela aproximação, pelo necessário distanciamento e pela condição imutável de não-pertença *de fato* ao universo do interlocutor.

Existem coisas que somente a *experiência*, condição de ser (e fazer parte de) possibilitam a real legitimidade da fala. Mas a avaliação sociológica só é possível a partir da inerente tensão entre a imersão e a tentativa de distanciamento de falar sobre aquilo que ainda não conhecemos bem ou sobre tudo aquilo que nos é familiar e imaginamos conhecer em profundidade. Perante tais clássicos dilemas inerentes ao fazer científico, alerta-se que aqui estará no máximo o recorte, a colagem e o esboço de parte das falas dos nossos interlocutores (deslocadas no tempo e no espaço). Mas diante dos limites da (desta) pesquisa e do (deste) texto, é a forma possível de apresentarmos aquilo que aqui se compreende sobre a fala do outro, reconhecendo que a fala do mesmo nunca é ela mesma quando não é este quem a manifesta. O que aqui se apresenta como princípio é o honesto esforço de fazer de nosso esboço o mais próximo possível de sua versão original. Procurando imergir até a profundidade que o fôlego permitia, procurei em Erechim não somente o contato formal com meus interlocutores, mas também a tentativa de observar com os próprios olhos, tendo em vista aproximar minha compreensão daquele universo a mais próxima possível daquilo que para mim é um problema sociológico, mas para os atingidos é uma ameaça real.

⁵² Spivak, 2012.

Antes de viajar entrei em contato com dois interlocutores. A partir destes contatos o objetivo era expandir o leque de possíveis entrevistados. O primeiro deles é advogado do MAB e o segundo é professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - que tem um dos seus *campi* em Erechim – e que pesquisava temas relativos aos atingidos por barragens. Por indicação destes contatos iniciais (o primeiro deles figura entre os entrevistados “oficiais”), cheguei à secretaria regional do MAB, onde pude conversar com um rapaz atingido pela barragem de Itá, estudante de filosofia e militante ativo do movimento. A partir de então, a pesquisa de campo ganhou profundidade e as possibilidades de acesso a informações e relatos acerca da história e da atualidade da organização dos atingidos por barragens tomou novas proporções. A contribuição desta viagem esteve, em primeiro lugar, na multiplicidade de interlocutores com os quais pude conversar: atingidos, lideranças históricas do movimento, lideranças recentes, simpatizantes, pesquisadores e especialistas no caso. Foram realizadas também pesquisas em bibliotecas e acervos públicos regionais, como a Biblioteca Municipal de Erechim, as bibliotecas universitárias da UFFS e da URI e o acervo do Centro de Educação Popular (CEPO).

Através do interlocutor citado acima, pude visitar também um assentamento coletivo conquistado pelo MAB no interior do município de Erechim, onde conversei com um pequeno agricultor atingido pela barragem de Machadinho e que relatou o processo de mobilização coletiva, assim como os percalços do deslocamento forçado. Uma antiga liderança religiosa ligada à igreja católica também fez parte do rol de entrevistados. Ele acompanhou o processo de organização e mobilização desde o princípio, o que possibilitou o acesso à uma análise comparativa e processual de grande valia. Foram duas semanas de atividades de campo contando a estadia em Erechim e a ida à região do Contestado Catarinense, onde fui até as cidades de Campos Novos e Celso Ramos, pois havia recebido a proposta de produção de um artigo sobre as disputas sociais envolvendo os atingidos pela UHE Campos Novos, no Rio Canoas (Oliveira; Silva, 2014). A partir deste caso específico e de algumas entrevistas aí realizadas, pude entender mais sobre a dinâmica de mobilização não só dos atingidos, como também das estratégias utilizadas pelas empresas do ramo energético na negociação com os primeiros.

Imagem 3: Horta comunitária do assentamento de atingidos em Erechim



Fonte: arquivo do autor

Se a ida a Erechim foi frutífera em termos do acesso a informações históricas sobre o passado de mobilizações na região, a ida a Campos Novos trouxe novidades em torno do embate entre atingidos e seus opositores. A UHE Campos Novos entrou em operação em 2006, período em que após alguns revezes em Itá (2000) e Machadinho (2002), as empresas do ramo energético mudam sua estratégia de atuação. Se antes a negociação se dava diretamente entre as empresas e os representantes dos atingidos – geralmente de forma contenciosa –, a partir do caso Campos Novos, as empresas envolvidas na construção de barragens passam a fomentar financeiramente organizações de atingidos alinhadas aos seus interesses. Nestes casos, o objetivo da empresa é evitar o confronto político com organizações de movimentos sociais como o MAB e poder negociar individualmente com os atingidos, incentivando-os a aceitarem a compensação financeira via carta de crédito ao invés da negociação coletiva por reassentamentos. Como é o empreendedor quem tem a possibilidade de controlar o tempo de negociação e que, em última instância, tem a “chave do cofre”, para ter sua situação resolvida logo, os atingidos de Campos Novos aderiram em sua maioria à negociação individual com o empreendedor (OLIVEIRA; SILVA, 2014).

Imagem 4: Informativo do consórcio construtor da UHE Campos Novos em Celso Ramos



Fonte: arquivo do autor

Além desta viagem de campo de julho de 2013, mais duas incursões foram realizadas, ambas para o Oeste Catarinense, na região de Chapecó. A primeira ocorreu em dezembro de 2013 e teve por objetivo investigar sobre a organização dos atingidos nesta região, impactada de maneira expressiva pela construção de barragens assim como o Alto Uruguai. Nesta oportunidade pude conversar com especialistas e atingidos, sobretudo na ida para municípios como Águas do Chapecó e São Carlos (sede do MAB-Oeste) – atingidos pela UHE Foz do Chapecó – e para o município de Itapiranga, onde fui recebido por uma liderança histórica, em grande medida responsável pela organização dos atingidos da região desde a década de 1970. Além da realização de entrevistas, conversas informais e consultas em acervos públicos, a viagem contou com visitas à UHE Foz do Chapecó e ao local para onde está planejada a construção da UHE Itapiranga.

Imagem 5: Comportas da barragem da UHE Foz do Chapecó



Fonte: arquivo do autor

Imagem 6: Barragem da UHE Foz do Chapecó e a seca do Rio Uruguai



Fonte: arquivo do autor

A volta à região ocorre em fevereiro de 2015, desta vez com o objetivo de finalizar a pesquisa de campo. O foco desta última incursão foi o estudo do caso dos atingidos indígenas a fim de estabelecer uma comparação entre seu caso específico e o dos atingidos descendentes de imigrantes. Chapecó tem uma das maiores reservas indígenas da região, a já referida Aldeia Kondá, onde vivem Kaingangues. A incursão consistiu na visita à aldeia e na

entrevista de uma liderança local, assim como a ida ao escritório regional da Funai e à sede do Incra. A importância desta última viagem de campo esteve na possibilidade de conhecer com maior profundidade a questão indígena na região, assim como sua lógica de organização em contraposição a dos agricultores descendentes de imigrantes europeus, principalmente no que diz respeito à questão territorial, já que a construção da UHE Foz do Chapecó acabou por colocar indígenas e pequenos agricultores em lados opostos.

O impacto gerado pela construção da UHE Foz do Chapecó provocou o deslocamento tanto de pequenos agricultores como de indígenas. Um dos principais articuladores das negociações na região foi o MAB - que angariou boa parte dos agricultores -, sempre de forma bastante crítica e combativa em relação aos interesses do consórcio construtor da barragem. Do outro lado estavam os kaingangues, cuja representação passa diretamente pela Funai. Historicamente, na região indígenas e agricultores ligados ao MAB geralmente tendem a estar lado a lado em oposição ao consórcio construtor. Entretanto, no caso da UHE Foz do Chapecó havia uma peculiaridade: há muito tempo os kaingangues vagavam pela região, sem-terra e assolados pela marginalização. Reivindicavam o direito a uma terra própria, cuja negociação via Funai se arrastava há anos. Por sua vez, havia a exigência ao consórcio do cumprimento de todas as normas de impacto socioambiental. O inusitado desta situação foi que a iminência de construção da barragem resultou em uma oportunidade única para os kaingangues resolverem sua situação, já que o consórcio seria obrigado a negociar as consequências do impacto junto à Funai. Do outro lado, estavam os agricultores vinculados ao MAB, divididos entre aqueles que reivindicavam assentamentos coletivos e os que preferiram a indenização individual. O resultado foi que os kaingangues acabaram por se posicionar a favor da barragem (pela oportunidade de conseguirem a demarcação de suas terras) e os agricultores contra, devido à perda de propriedade e demais prejuízos.

Terceiro ato: comportas abertas - ondas de protesto inundam a cidade

As duas atividades que serão relatadas a seguir não estão na seqüência temporal imediata às relatadas acima, ocorreram entre elas, mas optamos por esta divisão a fim de separá-las enquanto sua natureza. As experiências etnográficas que seguem podem ser consideradas de fato como observações participante, pois nelas tive a oportunidade de acompanhar “de dentro” e participar de eventos de protestos organizados e executados pelos atingidos sob orientação do MAB.

A partir da primeira atividade de campo realizada no Alto Uruguai em julho de 2013, soube que em setembro daquele ano aconteceria o Encontro Nacional do MAB em São Paulo. Ainda em Erechim, havia conversado com pessoas da secretaria do movimento sobre a possibilidade de ir ao encontro, o que foi saudado, inclusive pelo caráter público da atividade. Desde então, passei a organizar como seria minha ida ao Encontro. Ao fim, saiu um ônibus de Porto Alegre levando, sobretudo, militantes de movimentos sociais aliados ao MAB, principalmente do Levante Popular da Juventude, do MST e outros movimentos vinculados à Via Campesina. O ônibus que saiu de Porto Alegre passou por Passo Fundo e Erechim, onde atingiu a lotação máxima com atingidos, militantes do MAB e de outros movimentos sociais. Após quase um dia de viagem chegamos a cidade de Cotia, região metropolitana de São Paulo, onde a atividade aconteceria em um parque municipal.

O Encontro teve duração de quatro dias e foi estruturado em conferências e painéis pela manhã, plenárias pela tarde e atividades culturais pela noite. O parque foi transformado em um grande acampamento dividido por regiões e Estados, onde os grupos correspondentes de atingidos deveriam se reunir e, junto com suas lideranças, levar pautas para a deliberação coletiva em assembleias. Estando junto com o pessoal da Região Sul, pude então me dar conta da complexidade em que consiste a organização de uma organização de movimento social em si, sobretudo em um país de dimensões continentais como o Brasil. Diferenças regionais entre as demandas dos atingidos e também entre as diretrizes das células regionais e a direção nacional do movimento ficaram um tanto quanto evidentes.

A grandiosidade do Encontro (que dispôs de poucos recursos para tanto) foi um dos fatores que mais chamaram atenção: participaram cerca de 3000 atingidos de todas as regiões do país, além de conferencistas, militantes e simpatizantes de outros países como

Argentina, Venezuela e Espanha. Foi neste momento que a noção de *coalizão* de movimentos sociais ficou mais evidente (em proporções bem maiores que a da primeira experiência de campo). No Encontro Nacional estavam praticamente todas as organizações de movimentos que constituem a Consulta Popular e a Via Campesina, de modo que a noção de *projeto popular* ficou bastante evidente: trata-se de uma série de movimentos sociais alinhados, que ao que pese suas demandas específicas, defendem um projeto político, econômico e social baseado no socialismo latino-americano, sobretudo de inspiração cubana e venezuelana. Tanto nos discursos quanto nas bandeiras e faixas que adornavam os espaços de reunião haviam referências a líderes da esquerda latino-americana como Ernesto *Che* Guevara e Hugo Chávez, por exemplo.

Imagem 7: Plenária central do Encontro Nacional do MAB



Fonte: arquivo pessoal do autor

A ideia de que o capitalismo é o inimigo comum fica bastante evidente, já que o entendimento é o de que os problemas sociais que afetam a multiplicidade de indivíduos ali reunidos em movimentos sociais têm como fonte comum os problemas gerados pelas relações sociais dentro do capitalismo. As conferências e painéis realizados consistiam basicamente em análises conjunturais, geralmente globais, que localizavam os problemas sociais, em especial o dos atingidos, dentro de um processo de globalização do capitalismo. O estabelecimento destas conexões visava a compreensão e a busca de alternativas que passavam diretamente pela organização e mobilização dos atingidos. Nas plenárias, os

atingidos se reuniam em um primeiro momento com suas lideranças locais e no espaço de assembleia deliberavam juntos sobre as diretrizes e estratégias que deveriam ser tomadas pelo movimento em âmbito nacional.

Nos intervalos das atividades havia apresentações musicais cujos temas versavam sobre a cultura popular, o estilo de vida dos atingidos e demais camadas mais pobres da população. Percebia-se que a mobilização de elementos culturais e identitários consiste em dos fatores mais importantes a partir do qual se criam vínculos simbólicos, se constroem sentidos coletivos e se expressa interna e externamente os objetivos da organização/mobilização. Estes fatores ficavam ainda mais evidentes nas atividades culturais, realizadas pela noite, que consistiam em momentos de maior descontração voltados para a socialização mais informal.

Outro fator importante são as amarras estabelecidas entre a questão rural e urbana. O fato do Encontro haver ocorrido em São Paulo não foi por acaso: migrou-se para o principal centro urbano do país para se evidenciar a relação de que *todos somos atingidos pelo modelo energético vigente*, o seja, a ideia consistia em demonstrar que problemas estruturais provocados pelo capitalismo afetavam os atingidos tanto no meio rural, como as populações urbanas que pagam uma das mais altas tarifas de energia elétrica do mundo⁵³, explicada pelo movimento pelo fato do setor elétrico estar nas mãos de empresas transnacionais que transformam a energia elétrica em mera mercadoria. Levar o Encontro para um grande centro urbano implicava também em visibilidade e maior capacidade de *difusão* das reivindicações da organização.

Isto ficou claro nas atividades de protesto: foram organizadas duas marchas que consistiram na ocupação de vias públicas para manifestação. A primeira se deu em frente à sede de uma grande empresa transnacional de origem francesa, constituinte freqüente dos consórcios empreendedores das barragens e envolvida também em um esquema de superfaturamento das obras do metrô da cidade de São Paulo. O ato de protesto implicou no bloqueio de parte da Marginal Tietê, uma das vias mais movimentadas da capital paulista. O segundo protesto foi o de encerramento do Encontro, que consistiu em uma marcha que

⁵³ Segundo ranking internacional que mede o custo da energia divulgado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Brasil tem a sexta tarifa de energia mais cara do mundo, que é de 402,26 reais por MW-h. O valor é 46% superior à média internacional, de 275,74 por MW-h. Fonte: <http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/brasil-piora-em-ranking-e-passa-a-ser-o-6-com-a-energia-mais-cara-do-mundo/>. Acesso em 29/2/2016.

bloqueou um dos sentidos da Avenida Paulista, principal centro financeiro do país. A passeata contou com cerca de 2500 pessoas, em sua grande maioria atingidos. Centrais sindicais e categorias como a dos petroleiros, proporcionaram carros de som através dos quais palavras de ordem eram proferidas. Os atos de protesto tinham o claro objetivo de manifestar publicamente um determinado problema social; neste caso, obviamente, era a manifestação da causa dos atingidos em vinculação à população urbana com o objetivo de evidenciar que *a questão energética é um problema de todos*.

A segunda atividade ocorreu em agosto de 2014, na cidade de Florianópolis. De proporções bem menores, mas sob os mesmos moldes do Encontro Nacional do MAB, tratava-se de uma atividade regional envolvendo atingidos dos três Estados da Região Sul (o mesmo ocorreu nas demais regiões do país). A atividade em questão denominava-se Seminário Sul de Energia Elétrica, organizado pela *Plataforma Operária e Camponesa para a Energia*, composta pelo MAB e seus parceiros tradicionais.

Figura 12: Logo da campanha da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia



Fonte: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/plataforma-da-energia-constr-i-propostas-para-pol-tica-energetica-nacional>

O seminário teve duração de três dias e também contou com painéis e conferências. O principal objetivo foi discutir regionalmente a questão energética e em crítica ao modelo capitalista atual, propor um modelo energético protagonizado pela atuação de empresas públicas controladas pelo Estado e pela população. Boa parte das lideranças regionais dos atingidos por barragens estavam presentes, o que resultou em uma boa oportunidade para realização de entrevistas. Ao final do terceiro dia houve um ato de protesto no centro de Florianópolis do qual pude participar da marcha e da entrega de panfletos aos transeuntes.

Os elementos contidos no ato eram praticamente os mesmo do Encontro Nacional. Por sua vez, a panfletagem realizada teve por objetivo difundir e explicar de maneira didática o caso dos atingidos e a relação com a questão energética, conectando da mesma maneira a forma como o atual modelo energético atinge tanto as populações da beira do rio quanto a população urbana.

CAP4 – TURBINAS, LINHAS DE TRANSMISSÃO E OUTRAS FERRAMENTAS SOCIOLOGICAS

“Antes se via só a montanha, mas atrás dela havia um universo”⁵⁴

Neste capítulo apresentaremos a análise das informações coletadas na pesquisa de campo. O objetivo será a identificação dos mecanismos que explicam como ocorre a *mudança de escala* a partir de suas duas dimensões: a *expansão organizativa* e a *amplificação simbólica*. Para tanto, levamos em consideração as transformações pelas quais a mobilização e organização dos atingidos por barragens passou ao longo destes quase 40 anos relatadas nos capítulos anteriores. No esquema abaixo temos a representação dos principais mecanismos causais da mudança de escala, os quais esmiuçaremos a seguir:

Esquema 2: Mecanismos da Mudança de Escala



⁵⁴ Trecho de entrevista em alusão ao fato dos atingidos se aprofundarem no estudo da questão energética brasileira e passarem a agregar novas pautas ao movimento.

Os mecanismos causais da mudança de escala

De acordo com as informações obtidas na pesquisa de campo, elencamos os seguintes mecanismos causais do processo de expansão organizativa e de amplificação simbólica:

Definição dos mecanismos causais da Mudança de Escala

EXPANSÃO ORGANIZATIVA

- INSTITUCIONALIZAÇÃO

Capacidade dos atingidos reproduzirem e ampliarem sua organização em termos materiais, sobretudo com a formação e crescimento do MAB.

- AUMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS QUADROS MILITANTES

Aumento do número de atingidos organizados e qualificação teórico-técnica dos quadros militantes.

- CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Capacidade dos atingidos angariar recursos para subsidiar a mobilização e a manutenção da estrutura organizativa.

- AMPLIAÇÃO DAS REDES DE APOIO (COALIZÃO)

Estabelecimento de relações de apoio com outros movimentos sociais, partidos políticos, centrais sindicais e outros parceiros políticos.

- EXPORTAÇÃO MILITANTE

Capacidade de espriar o movimento para além da região originária através do intercâmbio de lideranças.

- MEDIAÇÃO

Estabelecimento de relações com indivíduos e grupos aliados capazes de colocar o movimento em contato com fontes de apoio e recursos.

AMPLIFICAÇÃO SIMBÓLICA

- ENQUADRAMENTO

Capacidade dos atingidos atribuírem sentido ao problema social que os afeta e explicá-lo a partir de categorias pré-existentes possíveis de serem adaptadas e transformadas pelos mesmo.

- JUSTIFICAÇÃO

Capacidade dos atingidos relacionarem seu problema específico a questões morais estruturantes, estabelecendo uma ponte entre processos micro, meso e macro-sociais, sobretudo através da mobilização de sentidos de [in]justiça.

- PERFORMANCE

Diz respeito à articulação entre um processo de compreensão do problema social com as dimensões emocionais e afetivas inerentes à própria condição social frente ao problema em questão. Aqui está a capacidade de construir um senso de [in]justiça através da sensibilização dos atingidos em relação a si mesmos e a outros atores oponentes ou simpatizantes.

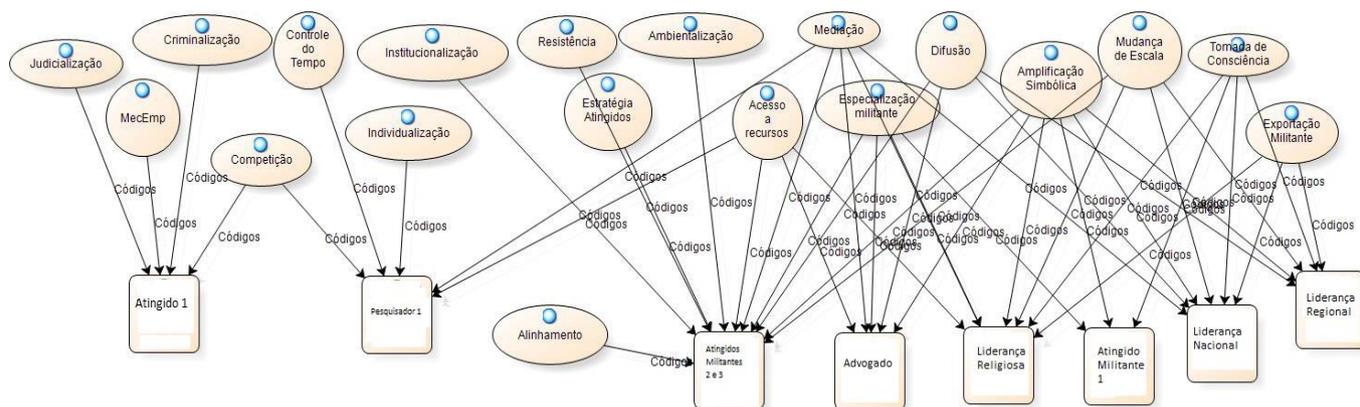
- DIFUSÃO

Capacidade de difundir suas causas e reivindicações para outros segmentos da sociedade.

Os mecanismos presentes no processo de mudança de escala foram identificados através das entrevistas realizadas e da pesquisa bibliográfica e documental. As informações obtidas foram analisadas e categorizadas com suporte do programa de análise qualitativa *NVivo 10*: o conteúdo das entrevistas, de vídeos e imagens são inseridos no programa e este possibilita a elaboração de mapas

conceituais estabelecendo relação entre as fontes e as categorias criadas. No esquema abaixo constam os principais mecanismos causais (e estratégia de ação) citados nas entrevistas, dos quais infere-se relação direta com o processo de expansão organizativa e amplificação simbólica.

Esquema 3: Mecanismos causais e estratégias citadas nas entrevistas⁵⁵



Elaborado pelo autor via NVivo 10

Abaixo temos a relação dos principais entrevistados para a pesquisa, através dos quais obtemos as principais informações aqui trabalhadas:

⁵⁵ O esquema consiste na sistematização da série de mecanismos causais citados em algumas entrevistas realizadas (aquelas nas quais houve maior ocorrência de citações). No caso de possível dificuldade de leitura devido à quantidade de informação contida, apresenta-se aqui uma legenda: judicialização, estratégias do empreendedor, criminalização, competição, controle do tempo, individualização, institucionalização, alinhamento, resistência, estratégias dos atingidos, ambientalização, acesso a recursos, mediação, exportação militante, difusão, amplificação simbólica, mudança de escala, tomada de consciência e exportação militante.

Tabela 6: **Relação dos principais entrevistados**

Advogado	Advogado do movimento atuante na região do Alto Uruguai. Não é diretamente atingido, mas trilhou vida acadêmica a partir de pesquisa sobre os atingidos na região e atua como parceiro do MAB.
Atingido 1	Estudante universitário atingido pela UHE Itá. É militante do MAB onde é bastante atuante.
Atingido 2	Atingido pela UHE Foz do Chapecó e figura atuante no MAB do Oeste Catarinense.
Atingido 3	Atingido pela UHE Foz do Chapecó e militante do MAB
Atingido 4	Atingido pela UHE Campos Novos e uma das principais figuras da mobilização dos atingidos na região do Contestado Catarinense.
Liderança 1	Liderança histórica dos atingidos na região do Extremo Oeste Catarinense (município de Itapiranga).
Liderança 2	Uma das principais lideranças do MAB na região do Alto Uruguai. Não é diretamente atingido, mas chegou ao movimento a partir da militância iniciada quando estava na academia.
Liderança 3	Liderança histórica nacional do MAB oriundo do Alto Uruguai e hoje atuante na Secretaria Nacional em São Paulo.
Padre	Liderança religiosa do Alto Uruguai que participou da mobilização dos atingidos desde o princípio.
Pesquisador	Professor universitário com trajetória acadêmica calcada na pesquisa do confronto envolvendo barragens no Alto Uruguai.
Lid.Kaingangue	Liderança Kaingangue da aldeia Condá.
FUNAI	Representante da Funai no município de Chapecó.

A seguir apresentamos definições detalhadas dos mecanismos da mudança de escala a partir das informações obtidas nas entrevistas, das observações de campo e da pesquisa documental.

Mecanismos da Expansão Organizativa

Institucionalização⁵⁶

Uma vez que os movimentos sociais se consolidam em estruturas mais ou menos sólidas, transformações na forma de organização geralmente ocorrem. As ações passam a exigir estratégias que deem conta da coesão de um número maior de militantes, tornando mais complexo o processo de tomada de decisão, a definição de diretrizes coletivas e aumentando a possibilidade de conformação de disputas entre

⁵⁶ Ainda que a relação de organizações de movimentos sociais com o campo político-institucional seja um dos sentidos da institucionalização, o termo é empregado aqui como construção, consolidação e formalização da estrutura organizativa dos atingidos por barragens.

grupos internos. A organização mais ou menos coordenada de um quadro crescente e plural de militantes requer, muitas vezes, que lideranças centralizem a tomada de decisões. Em consonância a isto, a complexificação dos grupos internos de militantes e a expansão (inclusive geográfica) de um movimento tende a criar distanciamento entre aqueles militantes mais ativos reconhecidos como lideranças e aqueles que não ocupam estas posições e, conseqüentemente, ficam afastados das principais esferas de tomada de decisão.

A complexificação em termos de estrutura geralmente causa transformações não somente nas diferenciações internas entre militantes e na forma de organização coletiva, mas também em relação aos propósitos do movimento. Sobre o crescimento dos movimentos sociais, determinada bibliografia das ciências sociais se preocupa em responder a questões relacionadas aos processos de retroalimentação da organização, que uma vez constituída “não pode acabar”. Esta hipótese pode apoiar-se tanto na tese de Michels (1982)⁵⁷ e sua *lei de ferro das oligarquias*, quanto em trabalhos dedicados ao estudo da institucionalização de movimentos sociais, como por exemplo: Piven, Cloward (1979), Klandermans (1984) e Fox (1989).

Abordagens como estas tangenciam a hipótese de que, uma vez institucionalizados em uma organização própria (com sede, estrutura, bandeira, símbolos, filiados, líderes e dirigentes), os movimentos sociais tendem a reproduzir-se enquanto “um fim em si mesmos”, para além de suas demandas iniciais específicas. Em outras palavras, o movimento tomaria forma de instituição ganhando “vida própria”, expressa numa organização coletiva maior que os indivíduos e grupos que o compõem.

Um refinamento de tal perspectiva provavelmente vá além da ideia de que as instituições são estruturas reificadas e “independentes” das ações individuais. Para além deste raciocínio, podemos identificar na constituição de organizações sociais a cristalização de relações de interdependência entre indivíduos e grupos nos moldes ilustrados por Norbert Elias (1994)⁵⁸. Diferentemente de uma abordagem reificadora, uma análise das *interdependências* não esvazia a capacidade transformadora de

⁵⁷ A primeira edição é de 1911.

⁵⁸ Edição original de 1987.

indivíduos relativamente isolados ou de grupos organizados. Estes podem transformar as estruturas quando contam com recursos e condições conjunturais favoráveis para tal, mas o fato de estarem imersos em relações sociais de interdependência (em qualquer instância) pode não somente limitar o alcance de suas intenções, como provocar reações inesperadas que lhes fogem ao controle.

Se pensarmos os movimentos sociais (e qualquer outra organização social ou instituição) como redes de interdependência mais ou menos identificadas em limites não tão rígidos, ao invés de os concebermos como “seres/coisas independentes”, podemos complexificar a análise aqui proposta. Quando o movimento se institucionaliza, é possível que exista uma tendência à perduração no tempo em nome da manutenção da estrutura. Entretanto, isto não significa que a organização tenha ganhado “vida própria”, mas sim que ao crescer e se tornar mais complexa em relação a si mesma, ao número de militantes e à ampliação de suas demandas e reivindicações, as redes de interdependência compostas por seus integrantes também se complexificam.

Isto significa dizer que uma possível tendência à reprodução do movimento - ao passo em que sua organização cresce e se cristaliza em estruturas mais sólidas - tem a ver com o grau de complexidade das relações de disputa e alianças internas que se formam. A partir desse crescimento quantitativo e qualitativo, indivíduos e subgrupos têm cada vez menos poderes de transformarem o movimento como um todo a partir dos seus interesses e ações mais ou menos isoladas. Por outro lado, na medida em que este poder se fragmenta nas redes internas de interdependência, a manutenção do movimento fica cada vez mais dependente do grau de coesão e do equilíbrio de suas disputas internas, correndo o risco de se desintegrar quando suas redes internas não encontram compatibilidade.

A tese central de alguns autores que são referência nos estudos sobre reprodução estrutural de organizações sociais, dentre eles Piven e Cloward (1979), advoga que ao se cristalizar em estruturas cujo fim seria somente a própria retroalimentação da organização, os movimentos se desvirtuariam de seus propósitos iniciais. Em contraposição a esta ideia, existe a hipótese de que a estruturação que acompanha o crescimento de um movimento social não está relacionada necessariamente à “perda ou desvirtuamento de uma identidade pura e original”, mas

sim a uma tendência inerente à transformação do movimento ao longo do tempo, na qual sua expansão quantitativa está diretamente ligada à sua ressignificação qualitativa.

Neste sentido, a mudança de escala dos movimentos geralmente apresenta transformações substanciais na sua forma de organização estrutural decorrente da complexificação de suas relações internas e das relações que passa a constituir com outras organizações coletivas. A expansão geográfica e a decorrente atuação em outros níveis locais e supralocais proporcionada pela mudança de escala e pela difusão dos ideários do movimento requer transformações na maneira de agir de seus militantes e na forma como desencadeiam sua ação coletiva. Se antes o desafio era manter a coesão de um número menor de militantes mais ou menos inexperientes, a mudança de escala exige que a reprodução das ações coletivas desencadeadas pelo movimento dependa cada vez mais das alianças que estabelece com outras organizações e da maneira com que é capaz de difundir seus ideários para esferas de discussão mais abrangentes.

Podemos localizar no tempo a institucionalização da organização dos atingidos por barragens logo quando da formação da CRAB, entre os anos de 1978 e 79. A institucionalização do movimento só é possível a partir da formalização do mesmo por parte dos atingidos e da sua devida consolidação, na qual cumpriram papel preponderante seus apoiadores e outros mediadores. A partir do relato abaixo transcrito de uma das entrevistas, podemos perceber esta importância:

“Se tu fores fazer uma análise do MAB, vai perceber que ele vem de dois polos: da igreja e do MST. O MAB já nasce com uma influência muito grande tanto da igreja, quanto do MST. Aliás, se fores voltar, vai perceber que o MST também nasce da igreja (...). No início dos anos 80 a igreja tem um papel muito forte, principalmente pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), que vão trabalhar e dar origem ao MST. Então aqui a igreja e o MST, mais a igreja, é que vão gerar o MAB (...). Um dos confrontos que o MAB teve para ter sua própria personalidade, foi com a própria igreja. Ou seja, pariu, mas depois o filho acaba dizendo ‘agora eu que ando com minhas próprias pernas’. Mas no Brasil, quando tu fores fazer uma análise do Brasil, vais encontrar no Nordeste, no Norte, mesmo em Minas, a igreja como um dos principais interlocutores do MAB, participando com ele, agindo com ele e gestando o MAB e que vão dar cara a ele (...) e quando eu digo igreja, digo a católica e a luterana (...) que vão inclusive gerar o MAB financeiramente, (...) toda a estrutura regional que também vão acabar influenciando a construção do MAB nacional, porque a igreja tem uma organização em nível nacional e internacional (...) tanto que até hoje se tu tentares entender a estrutura do MAB e olhar para a igreja tu vais perceber uma estrutura muito parecida (...), a forma de pensamento e tudo isso (...), vais notar o MAB e o MST como primo-irmãos.” **Trecho de entrevista com advogado do movimento.**

O trecho acima também assinala o caráter multidimensional do processo de mudança de escala; ou seja, não é possível compreender a operação de um mecanismo isoladamente. A institucionalização, por exemplo, só é possível quando há recursos materiais e simbólicos disponíveis para tal. A mobilização dos atingidos por barragens é, obviamente, protagonizada pelos mesmos, mas perceberemos através dos relatos que sua sustentação e ampliação só foi possível quando outras entidades, como as igrejas católica e luterana, e outros movimentos, como o sindical e o dos sem-terra – já organizados na região – percebem nos atingidos por barragens um aliado e resolvem apostar neles oferecendo o devido suporte para a sua organização inicial.

Por outro lado, a interferência da mudança de escala – como vimos – não se dá somente pela influência de atores externos. As dinâmicas de conflitos e negociações internas são determinantes no fato de um movimento social lograr mudar de escala ou não. No âmbito interno, as disputas e discussões criam tensões representadas, por exemplo, pela definição dos rumos do movimento. Foschiera (2009) relata que a partir da década dos 2000 cria-se dentro do MAB um debate entre a intensificação da luta contra as barragens no local onde elas ocorrem ou o direcionamento dos esforços para a criação de vínculos com a sociedade civil dos grandes centros urbanos, alargando a noção de atingido a fim de se expandir o raio de atuação também para o meio urbano. Esta segunda estratégia é defendida pelos dirigentes articuladores da atuação do movimento em âmbito nacional e, ao fim, acabaram por vencer a disputa. Para alguns militantes, a mudança de foco nos objetivos do movimento o enfraquece no seu verdadeiro campo de atuação: a “barranca do rio”. Já os defensores das novas diretrizes sustentam que sem aliança com a população urbana e sem o alargamento da noção de atingido conquistas estruturais e transformações no modelo energético seriam praticamente impossíveis. Veremos mais adiante como esta mudança de rumo implica na transformação discursiva (amplificação simbólica) do movimento a partir de então.

Sem embargo, a partir do momento em que o MAB se fortalece e torna-se um ator de importância regional e, posteriormente, nacional, passa a desempenhar o papel que os movimentos sociais geralmente logram ao mudar de escala: o de influenciar, em maior ou menor grau, a política institucional. Segundo Foschiera (2009), já no final da década de 1980 o MAB e demais movimentos sociais do Alto

Uruguai conseguem fazer de suas lideranças populares possíveis lideranças dentro da política institucional, sobretudo com a eleição de vereadores, prefeitos e figuras com capacidade de influência em chapas políticas no âmbito local. A relação destes movimentos sociais com o Partido dos Trabalhadores é um dos fatores explicativos disto, já que o próprio PT surge como organização partidária cuja finalidade era estabelecer o vínculo entre os movimentos sociais e a esfera institucional. Esta articulação começa nos níveis regionais, mas com a mudança de escala do MAB e a chegada do PT à presidência da república, em 2003, as possibilidades de influência ganham novos patamares, mas que acabaram não se realizando devido aos rumos tomados pelos governos petistas e também pelo poder de seus opositores, as grandes empresas do setor eletro-energético:

A vitória de Lula representava a possibilidade de se ter acesso à informação e a grupos de discussão que, até então, vinham sendo negados ao MAB. Sabia-se que estava-se formando um “governo de disputa”, ou seja, que muitas das decisões de projetos seriam definidas “na queda de braços” entre os grupos (...). Mas, ao tentar discutir mudanças no modelo energético, o MAB encontrou muita resistência. Neste tema, as discussões não avançavam; porém ocorriam reuniões com facilidade, já que o governo estava aberto a negociações. Aos poucos foi se definindo, de forma clara, o compromisso do governo Lula com os interesses do empresariado do setor elétrico e que a via institucional/governamental não era o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos do Movimento (FOSCHIERA, 2009:302-3).

O mesmo se deu também em relação à eleição de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. Historicamente, o MAB tinha boa relação com a então ex-secretária de Minas e Energia do governo petista de Olívio Dutra (1999-2002) no Estado do Rio Grande do Sul. Ainda que nesta época tenham sido inauguradas as obras de Itá e Machadinho, a relação da então secretária com movimentos sociais como o MAB era considerada boa. Neste sentido, grande parte dos atingidos por barragens apoiaram sua candidatura em 2010. Mas, quando perceberam que o rumo de sua política energética seria o da intensificação dos investimentos no setor elétrico – representados pela instalação do PAC -, o MAB passou a adotar uma postura de resistência ao governo Dilma – já na presidência -, marcado pelo início da construção da usina de Belo Monte, por exemplo.

Todavia, se em âmbito nacional a influência do MAB na política institucional é marcada por vezes, por outro lado é necessário destacar que a possibilidade de se

estabelecer diálogo e negociação no âmbito da esfera institucional só se torna possível com a consolidação do movimento manifesta através do mecanismo da institucionalização. Neste sentido, veremos a seguir como a institucionalização do movimento está diretamente ligada com o papel de seus mediadores e a captação de recursos necessários para a manutenção e expansão da organização.

Mediação:

Como a própria origem etimológica do conceito sugere, a mediação está fundamentalmente ligada ao papel que os indivíduos e grupos mediadores realizam no sentido de intermediarem um determinado processo, servindo como ponte ou suporte para que um determinado indivíduo ou grupo mediado galgue posições estruturais dentro de um contexto. É interessante pensar o papel da mediação relacionada à definição do conceito de *capital social* desenvolvido por Bourdieu (1985), por quem é definido como um “*agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo.*” Em linhas gerais, para Bourdieu o capital social representa a rede de relações interpessoais (ou interorganizacionais) através das quais os indivíduos e grupos obtêm ganhos materiais e/ou simbólicos. A importância do capital social na teoria bourdieusiana é chave no sentido de ser um dos fatores capazes de explicar a movimentação de indivíduos dentro da estrutura social.

O foco neste momento – inclusive devido ao nosso recorte de pesquisa – não é exaurir a conformação das redes interpessoais dos indivíduos que cumpriram papel de centralidade na mudança de escala da antiga CRAB e atual MAB (tampouco haveria espaço para isso), mas sim demonstrar que o conceito de mediação, atuando com um dos mecanismos capazes de explicar a mudança de escala, desempenha uma função crucial neste processo. E mesmo que o capital social seja fundamentalmente de domínio individual, tanto ele como a mediação podem ser compreendidos também como elementos constituintes das dinâmicas inter-organizacionais, visto que estas são, obviamente, compostas por indivíduos. O objetivo aqui, tampouco, é tentar reduzir o papel das organizações à atuação dos indivíduos, mas sim atentar ao caráter de complementariedade entre ambas dimensões. Para os limites desta pesquisa, é

suficiente entendermos que a capacidade dos atingidos por barragens e suas lideranças de estabelecerem relações com indivíduos e grupos-chaves será um dos fatores centrais que explicará as origens do processo de mudança de escala do MAB:

Entre as ações mais expressivas desses mediadores, algumas merecem destaque: Quanto à *Igreja Católica*, a atuação ocorreu através do recrutamento de participantes para o movimento social através de setores da Igreja como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Ministério Eucarístico, a utilização de estações de rádio como em Concórdia, Marcelino Ramos e Aratiba, até a disponibilidade de pessoal para organização do movimento através dos chamados 'liberados'. A IECLB (Igreja de Confissão Luterana) serviu de canal de ligação entre os atingidos da bacia do Rio Uruguai com outros locais como Itaipu e Sobradinho, intermediou um apoio financeiro da organização evangélica alemã *Brot Fur die Welt* (Pão Para o Mundo), além de também 'liberar' pessoal para a organização do movimento social. A FAPES (Faculdade de Erechim), além da pesquisa dos impactos socioeconômicos, importantes para a fundamentação da mobilização e organização em torno do problema, angariou recursos de duas ONGs: da francesa CCFD (Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento) e da alemã MISEREOR (Obra Episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a Cooperação ao Desenvolvimento). Além destes, é importante a atuação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), que através de uma perspectiva de 'sindicalismo combativo' estabeleciam uma ligação mais efetiva entre essas instituições e os trabalhadores rurais, além de disponibilizar as estruturas físicas dos sindicatos para a organização do movimento social (ROTHMAN, 1996 *apud* ROCHA, 2013:103).

O excerto acima salienta a relação existente entre institucionalização do MAB e o papel que seus mediadores desempenharam neste processo, sobretudo no que diz respeito à canalização dos recursos materiais, humanos e simbólicos necessários. De forma complementar, o trecho extraído do texto de Maria José Reis demonstra a transversalidade da mediação:

As mudanças que marcaram a passagem do MAB, da maior presença da mediação da igreja progressista para a do sindicalismo, não ocorreram simultaneamente e nem no mesmo ritmo em toda a região do Alto Uruguai. É necessário destacar que, de certo modo, *foram os mesmos agentes* que participaram das instituições vinculadas à igreja progressista que, em sua grande maioria, constituíram o público privilegiado das escolas sindicais. Por outro lado, foram eles mesmos que criaram as Comissões de Barragens, organizaram as oposições sindicais, iniciaram o Movimento dos Sem-Terra e o Movimento das Mulheres Agricultoras e neles atuaram, por vezes simultaneamente, tornando-se ainda representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), membros e até candidatos do Partido dos Trabalhadores. Atuaram, portanto, ao longo de suas histórias particulares em vários desses movimentos e instituições carregando consigo as marcas e as transformações de sua formação e de diferentes experiências vivenciadas por onde passaram atuando politicamente. A diversidade de mediações que marcou a trajetória do MAB e autoidentificada pela própria CRAB, ao se auto definir como uma 'comissão' que reunia pessoas ligadas a diferentes instituições e setores (sindicatos, igrejas, universidades), constituindo, uma 'síntese de mediações'. Sua função era a de ser 'um ponto de apoio e de serviço' aos pequenos produtores rurais e demais atingidos " (REIS, 2008:38).

A passagem extraída do texto de Reis exemplifica de forma bastante elucidativa como a mediação ocorreu no caso dos atingidos da bacia do rio Uruguai. O trecho é fundamental em um aspecto: demonstrar a complexidade das relações que configuram o processo de mediação. Pode-se notar o trânsito de determinados indivíduos por distintas organizações. Isto reafirma a relação entre mediação e capital social, no sentido de que as relações estabelecidas entre movimentos sociais, entidades e demais organizações de natureza distintas cristaliza-se nas relações interpessoais conformadas entre seus membros e no trânsito de outros indivíduos entre movimentos sociais, sindicatos, entidades religiosas e partidos políticos. A estruturação de um campo específico de movimentos sociais do qual o MAB fará parte é o que demonstra primeiramente como o movimento se estrutura e, posteriormente, constitui junto com estes mediadores uma rede de coalizão política, muitas vezes cristalizada na atuação de indivíduos que transitam por vários espaços. Outro aspecto importante é a influência que os mediadores podem exercer na constituição da identidade do movimento:

“Eu diria que a igreja vai trabalhar mais a questão da opção pelo pobre, né, (...) quem vai trabalhar mais a questão classista é o MST que daí a partir que eles começam a conversar (com o MAB), passam a discutir mais a questão de classe e isso depois dá o choque com a igreja porque ela vai até a opção pelos pobres, ela não vai tanto para a questão de classe, quem vai mais nesse sentido é o MST, mas a igreja é quem dá o caráter nacional. Aí que vai mais pela questão da matriz energética não é nem a igreja e nem o MST, daí são as universidades. Ou seja, é esse leque que vai dar essa composição (...). E tu vais vendo, qual a característica do MAB? São vários atores diversos de lugares diferentes, base, dirigentes, militantes. ” **Trecho de entrevista com o advogado do movimento.**

A citação de entrevista acima caracteriza bem esta questão. A própria característica do movimento formado que culminou na constituição do MAB está diretamente ligada com o papel que seus mediadores cumpriram na consolidação do movimento. O trecho citado na página 63 (extraído da mesma entrevista) destaca exatamente o desafio do MAB de *caminhar com as próprias pernas* (sic) e constituir uma identidade própria, mas que evidentemente é fruto da influência e do legado que seus mediadores deixaram sobre a característica do movimento e suas posições político-ideológicas. Portanto, pode-se concluir que o mecanismo da mediação cumpre

um papel crucial no processo de mudança de escala, seja no âmbito simbólico, como no material, de acordo com o que veremos a seguir.

Captação de Recursos

Um dos principais papéis da mediação é possibilitar o acesso a recursos. Perceberemos aqui que sem o apoio de parceiros e colaboradores é praticamente inviável a um movimento social popular sustentar-se no tempo e expandir seu raio de atuação no espaço. Mesmo após sua consolidação, o MAB – assim como qualquer outro movimento social – necessita angariar recursos para prover suas atividades, atos, campanhas e manifestações. A principal fonte de manutenção do movimento é a contribuição dos próprios militantes. Entretanto, freqüentemente este acaba sendo um meio insuficiente para o financiamento de campanhas e projetos de grande porte.

Além do apoio direto dos mediadores e colaboradores, uma das maneiras possíveis de se angariar recursos para a realização de projetos no Brasil contemporâneo é a concorrência por editais lançados pelas instâncias governamentais, através dos quais movimentos sociais, ONGs e outras organizações da sociedade civil conseguem financiamento para suas atividades. Estudos recentes demonstram que, ao contrário do que boa parte da literatura comumente advoga (ou espera), no Brasil a relação entre os movimentos sociais e o campo institucional é bastante intensa (MARQUES, 1999; BANASZAK, 2005; KUNRATH, OLIVEIRA, 2011;). Esta característica é geralmente expressa na trajetória de indivíduos que transitam pela esfera das organizações da sociedade civil e do Estado, representando neste os interesses dos movimentos sociais e estabelecendo vínculos entre os dois campos de atuação.

A concorrência por editais de projetos financiados pelo Estado não está diretamente ligada às relações mediadas por agentes que desempenham este trânsito, mas também é uma das formas a partir das quais dos movimentos sociais conseguem financiamento para suas ações. Exemplo disto é o projeto executado pelo MAB em reassentamentos de atingidos por barragens que visa o aprendizado e domínio de tecnologias de produção baseadas na agricultura familiar, com o objetivo de promover a autossuficiência – ainda que relativa – dos atingidos em termos de produção

alimentar. O projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) tem o objetivo de cumprir este papel, tal como exemplificado na imagem abaixo:

Imagem 8: Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

A família beneficiada pelo PAIS ainda recebe:

- o Acompanhamento técnico especializado;
- o Cursos de capacitação em agroecologia e economia solidária.

PARA SABER MAIS:

O que é o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos?
É um programa do governo federal operado pela Conab. A forma mais comum de acesso ao PAA são os Compras Simultâneas. Nessa modalidade, um grupo de famílias agricultoras, organizadas através de uma cooperativa ou associação, entregam para uma entidade carente da cidade. A Conab paga as famílias que produzem e a entidade recebe o alimento gratuitamente. Essa entidade pode ser um lar de idosos, grupos de pastores da igreja, restaurantes comunitários ou outros. A intenção do governo é que o alimento chegue às pessoas que não possuem segurança alimentar e por isso é uma ação de combate à fome.

O veneno está na mesa:

- O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em média cada brasileiro consome 5,2 l de veneno por ano.
- A ANVISA comprovou que a maioria dos alimentos que está na mesa dos brasileiros é contaminado de agrotóxicos em um patamar muito acima do permitido (veja tabela abaixo).

Amostras de alimentos com resíduos de agrotóxicos

Os resíduos de agrotóxicos em alimentos são compostos por produtos químicos que se acumulam nos alimentos. Para garantir a segurança dos alimentos, é necessário monitorar os níveis de resíduos de agrotóxicos em alimentos.

Nossa proposta de desenvolvimento:

- 1.1 Integrar: diversificação produtiva, agroecologia, preservação ambiental, adoção de tecnologias alternativas, políticas públicas, cooperação e organização popular.

Nossas experiências que precisam ser maximizadas:

- 1.1 Estão em fase de implementação 600 hortas PAIS;
- 1.2 Estão em fase de implementação 910 sistemas em caráter experimental;
- 1.3 Foram implementados 40 Aquecedores solares de baixo custo em caráter experimental;
- 1.4 Produção leiteira: venda coletiva do leite;
- 1.5 Fomento de alimentos ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Merenda Escolar;

Pelo que devemos lutar e nos manter organizados:

- 1.1 Políticas públicas específicas para a pequena propriedade;
- 1.2 A agricultura camponesa precisa de investimento do ESTADO através de políticas públicas que potencializem a transição agroecológica com medidas de respeito a matas e mananciais;
- 1.3 Investimento estatal para a produção de Ciência e Tecnologia voltadas à realidade dos pequenos agricultores, assentados e camponeses deste país;
- 1.4 Leis que certifiquem a comercialização aos produtos livres de agrotóxicos.

Promoção da soberania alimentar em regiões atingidas por barragens através da Tecnologia Social

PAIS
PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Acordo BNDES / FBB nº 09.02.07.08.1 - Projeto 11.998

FUNDAÇÃO BANCO BRASIL | BNDES

Fonte: MAB (arquivo do autor)

A execução da PAIS é uma das formas pela qual o MAB consegue oferecer uma alternativa de produção econômica aos atingidos reassentados, baseada nos princípios políticos e econômicos que regem o movimento. É interessante notar que o projeto está alocado em um programa do governo federal chamado Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visa a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. De acordo com o sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome “o objetivo é que os alimentos sejam distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar devido à insegurança alimentar e nutricional e também a entidades de assistência social,

restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros”⁵⁹,. Os alimentos adquiridos pelo PAA também podem compor estoques públicos estratégicos de alimentos. Para a execução do projeto, o MAB concorreu ao edital como licitante, valendo-se dos benefícios oferecidos pela política pública para atender demandas dos atingidos, que pela condição que já conhecemos, se encaixam dentre as populações em situação de risco cobertas pelo PAA. A participação do MAB enquanto mediador em outras políticas públicas também foi mencionada em uma das entrevistas realizadas:

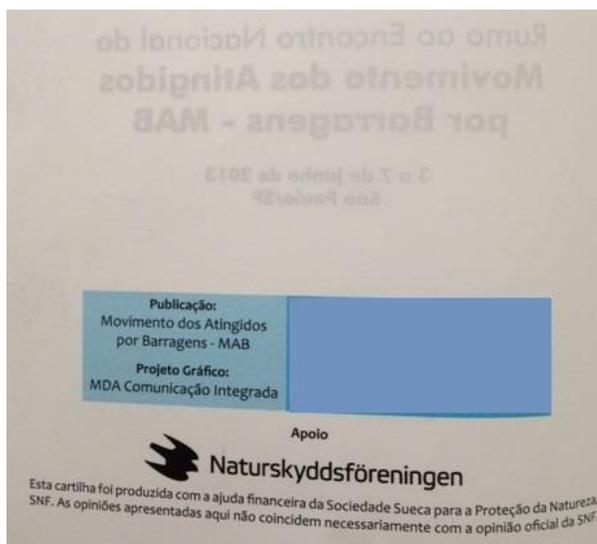
“Tem uma ação do governo que é o repasse de cestas básicas para os atingidos, que tem ajudado muito aqui. O governo federal patrocina via CONAB⁶⁰ e distribui para os pescadores e ribeirinhos que o MAB organiza e tal. Tem em todas as regiões do Brasil e é o que o MAB entende como passivo social né, o Estado acaba tendo que arcar com o custo causado pelas empresas, o capital fica com a riqueza e depois o Estado tem que indenizar com programa social...” **Entrevista com atingido militante.**

A participação em projetos fomentados pelo Estado é uma das formas possíveis pelas quais os movimentos sociais captam recursos. Outra alternativa comumente empregada é o estabelecimento de parcerias com ONGs, fundações, fundos de amparo e instituições nacionais e internacionais, como demonstrado nos seguintes exemplos das imagens extraídas de cartilhas produzidas pelo movimento com a colaboração de entidades internacionais:

⁵⁹ Informações obtidas no endereço eletrônico: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>. Acesso em 5/1/2016.

⁶⁰ Companhia Nacional de Abastecimento.

Imagens 9 e 10: Apoio à confecção de materiais



Fonte: MAB (arquivo do autor)

A busca por parceiros e apoiadores resulta em uma constante na vida dos movimentos sociais, já que geralmente se tratam de organizações sociais formadas por parcelas da população que não contam com muitos recursos e se encontram em situação de risco (a exceção são os movimentos sociais organizados pelas elites econômicas e/ou políticas). Portanto, na maior parte dos casos, a colaboração financeira dos militantes tão somente mostra-se insuficiente quando o movimento social por eles constituído alcança níveis de ação mais abrangentes. A mudança de

escala só se torna viável quando há recursos materiais para tanto, principalmente através da constituição de redes de apoio mútuo.

Alinhamento/formação de redes de apoio e coalizão

A constituição de redes e parcerias com outros movimentos sociais é bastante eficaz na captação recursos, mas é também importante, sobretudo, na conformação de coalizões que fortalecem os movimentos sociais enquanto atores políticos. Se isoladamente o confronto com opositores geralmente é desfavorável aos movimentos sociais, a formação de alianças políticas com outros movimentos - de reivindicações distintas, mas pertencentes ao mesmo campo político-ideológico – tem como objetivo fortalecer os mesmos, sobretudo quando adotam princípios políticos mais abrangentes que superam suas reivindicações mais específicas. Franklin Ramírez Gallegos (2016) sustenta que a capacidade de os movimentos sociais transformarem seus problemas “específicos” em problemas “públicos” possibilita que ganhem força para pressionar o Estado tendo em vista o atendimento de suas demandas. A consolidação de um bloco político envolvendo a conjunção de movimentos sociais e seus representantes dentro do Estado tende a acelerar este processo. Desta forma, a consolidação de uma coalizão política permite aos movimentos sociais se fortalecerem no sentido de confrontar e, até mesmo, ocupar a esfera pela qual nas sociedades modernas as transformações políticas tendem a ocorrer: o Estado.

A trajetória do MAB, neste sentido, assim como a de uma série de outros movimentos sociais contemporâneos seus é marcada por esta característica. Muitos deles compartilham, inclusive, das mesmas origens que é o da influência dos setores médio-populares brasileiros das décadas de 1970 e 80, mediados por setores progressistas das igrejas católica e luterana, pelo movimento sindical que emergia quando o regime civil-militar dava sinais de enfraquecimento, pelos novos partidos políticos do campo da esquerda que (re)surgiam diante da crescente debilidade de sustentação no poder dos militares, pela influência de parte da comunidade acadêmica engajada, entre outros agentes.

A formação de uma coalizão política desta natureza teve impacto não somente na capacidade material de organização de movimentos sociais como MAB, MST e MPA,

como principalmente na construção de uma identidade coletiva que caracteriza este campo de maneira peculiar: a defesa da união dos movimentos do campo e da cidade; a construção de uma identidade nacional brasileira baseada na imagem popular dos indivíduos impactados pelos efeitos da desigualdade político-econômica gerada pelo capitalismo; a imagem de um *povo de Deus* - influência do campo político religioso, principalmente da Teologia da Libertação -, que sofre e luta em que busca um mundo melhor baseado na solidariedade, na superação das desigualdades sociais e do capitalismo.

A construção desta identidade coletiva influenciou diretamente a constituição e transformação identitária dos movimentos sociais e outras entidades que compõem esta coalizão, provocando modificações, inclusive, nas suas reivindicações. As citações abaixo, o trecho de entrevista e a imagem que a seguem demonstram isso:

Na condição de movimento nacional, o MAB ampliou suas articulações políticas e, respectivamente, vai transformando sua pauta de lutas numa pauta mais abrangente, inclusive de interesses e demandas de outros segmentos da população, igualmente em situações de carência. O movimento passa, assim, a compreender e estimular três frentes principais de ação: 1 – a continuidade ao ativismo de base (...); 2 – as articulações políticas nacionais e internacionais (...) através da participação num número crescente de fóruns como o Fórum Nacional da Reforma Agrária; em redes inter-organizacionais como a InterRedes e a Via Campesina; em articulações mais amplas como a Consulta Popular (...); 3 – as mobilizações ou protestos em praça pública, para criar visibilidade na mídia e na esfera pública e pressionar os organismos estatais (...). Portanto, as necessidades das bases do MAB são elementos constitutivos e integrados a um projeto de nação mais amplo, construído de acordo com a proposta política de um Projeto Popular e na articulação com um Movimento Popular Brasileiro, representado pela Consulta Popular, pela Coordenação dos Movimentos Sociais e, mais recentemente, pela Assembleia Nacional Popular, e em aliança com redes latino-americanas e mundiais de movimentos sociais, cujo caso mais emblemático é a Via Campesina (SCHERER-WARREN; REIS, 2007:11-3).

Posteriormente, por volta da segunda metade da década de 1980, o sindicalismo, muito fruto da influência da Igreja Progressista, passou a ter importância significativa na organização dos atingidos, pois os mesmos também eram, na sua grande maioria, pequenos produtores rurais e integrantes de sindicatos dos trabalhadores rurais. Por intermédio dos sindicatos rurais, os atingidos se aproximaram dos trabalhadores urbanos e também da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os primeiros cursos de formação dos quais os atingidos participavam não eram elaborados para debater, exclusivamente, a questão das barragens, mas envolviam, também, uma discussão mais ampla da sociedade, buscando formar lideranças que atuariam em diversos frentes de organização social. Assim, participavam dos cursos pessoas que colaboraram na organização dos atingidos por barragens, dos sem-terra, dos que se voltaram para a organização dos sindicatos combativos etc., sendo que, algumas vezes, uma pessoa poderia se fazer presente em mais de uma frente (FOSCHIERA, 2009:31).

“Então o MAB passa a buscar outros parceiros também que deem conta disso que o MAB está se propondo, então hoje, por exemplo, criamos uma articulação, além da Via (Campesina) que está mais voltada para o campo, além da Consulta Popular que tenta ser um instrumento mais político, a gente está criando um grupo político com os eletricitários, os petroleiros, que também sejam parceiros para discutirmos um novo modelo energético, então a gente passa a ter essa articulação pra fora do MAB.”
Entrevista com dirigente do movimento.

Imagem 11: Parte do campo político-social do qual o MAB é integrante



Fonte: cartilha do MAB

Neste sentido, temos na conformação de um campo de movimentos sociais um importante mecanismo causal que explica a expansão organizativa e as transformações simbólicas pelas quais os movimentos, entidades, organizações e partidos políticos que o compõem passam ao longo do processo. No caso do MAB, fica claro como as distintas parcerias formadas ao longo do tempo influenciaram diretamente a transformação discursiva do movimento e inclusive suas demandas. A formação de uma coalizão pode ser eficaz no fortalecimento mútuo através do

compartilhamento de material humano, de recursos materiais, na construção de uma identidade coletiva e na formação de um ator político coletivo que possibilita aos seus integrantes pleitear reivindicações mais abrangentes às que tinham originalmente, assim como maior poderio para pressionar, confrontar e até mesmo ocupar a esfera política estatal.

Qualificação dos quadros militantes

Um outro mecanismo importante diretamente relacionado à formação de coalizões políticas é a qualificação dos quadros militantes. À medida que o movimento muda de escala e passa a mobilizar discursos mais complexos e abrangentes é exigido de seus militantes, sobretudo de suas lideranças, a capacidade de manejo de discursos e conhecimentos que deem conta da atuação em novas arenas de disputa. No caso dos atingidos por barragens isto acontece quando o movimento passa a discutir seus problemas como um fenômeno diretamente ligado à atuação dos agentes que exploram recursos energéticos no âmbito da economia capitalista. Para discutir com propriedade estes aspectos, militantes dirigentes e militantes de base são levados a estudarem, compreenderem e explicarem o próprio sistema capitalista e suas implicações.

Quando passam a propor um novo modelo energético distinto ao modelo que opera sob os ditames do capitalismo, são levados a discutir tecnicamente o papel da produção energética nas sociedades modernas, instigando-os a dominarem áreas do conhecimento técnico-científico que os permitam debater com propriedade aquilo que os afeta e aquilo que propõem como alternativa nas arenas de poder, fundamentalmente legitimadas e obedientes à linguagem dos saberes acadêmicos. Como os atingidos por barragens são em sua grande maioria formados por parcela da população alijadas dos centros de poder e suas linguagens, quando sua mobilização passa a mudar de escala são então desafiados a dominarem os saberes socialmente reconhecidos (centralmente, o técnico-científico) para poderem confrontar seus opositores com menor desvantagem.

A mobilidade proporcionada pela capacidade de manejo de saberes diversificados é possibilitada, em grande medida, pelo papel dos mediadores que

compõem ou simplesmente se alinham à coalizão de movimentos sociais. No caso dos atingidos por barragens, este caminho foi traçado a partir da colaboração de agentes acadêmicos apoiadores da causa do movimento e por outros mediadores que já transitavam pelo campo acadêmico e desta forma abrem as portas da academia à parcela dos atingidos por barragens:

Ao longo da década, podemos distinguir três momentos na intervenção dos mediadores. O primeiro é marcado pela presença dos 'setores progressistas' da Igreja Católica que, ao perderem a hegemonia, abrem espaço para a atuação das escolas sindicais, as quais vão dar a tônica do segundo momento. O terceiro se caracteriza pela chamada 'formação técnica' que, a cargo de assessores especializados, enfatiza as necessidades imediatas (MORAES, 1996:82).

Neste sentido o setor de educação do MAB passou a ser mais valorizado, fomentando e buscando condições objetivas para que militantes pudessem participar de cursos técnicos ou de nível superior nas escolas mantidas pela Via Campesina e, também, participar de convênios com faculdades e universidades públicas e privadas, nas quais, ou de forma individual, ou na formação de turmas especiais, seus militantes pudessem se qualificar. Cursos de formação de militantes de maior duração (15 dias a 30 dias), com várias etapas, também passaram a ser realizados junto a universidades ou contratando consultorias particulares (FOSCHIERA, 2009:51).

“Se a gente assume o papel de propor um novo modelo, a gente tem que ter capacidade de fazer isso, tanto em fazer a crítica ao modelo, quanto também propor. Uma das coisas que o MAB tem feito muito é estudar, conhecer outras experiências, tentar ver o que poderia fazer de diferente. Poderia citar um exemplo, nós temos um curso de energia com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde além de militantes do MAB, a gente convida militantes de todas as outras organizações e movimentos sociais brasileiros, aqueles mais próximos, e de alguns países que a gente tem proximidade (...). É um curso de quatro etapas onde a gente procura estudar e aprofundar sobre o atual modelo energético, a conhecer experiências novas de outros países e articular também (...). Olha só como modifica a própria questão do movimento, porque éramos um movimento mais voltado para a barranca do rio e formado basicamente por agricultores, então o desafio foi muito grande, então nós tivemos que superar essa dificuldade. Pra tu ter uma idéia fizemos uma pesquisa dentro do movimento e num primeiro momento grande parte dos atingidos por barragens não sabiam nem ler, nem escrever. Então o próprio movimento fez todo um esforço de entrar com turmas de alfabetização, de leitura, tivemos que pegar muita juventude da barranca do rio e colocar nos cursos, tanto nas escolas, mas nós temos hoje gente em Cuba estudando, tanto medicina e engenharia hidráulica, fizemos outros cursos com outros movimentos, sobre a realidade brasileira e etc. Foi um esforço muito grande.” Entrevista com dirigente do movimento.

“Eu diria que na verdade parte da direção do MAB são intelectuais orgânicos formados nas universidades ali entre 80 e 90 (décadas) (...). São os professores mais de esquerda, que estão nas universidades federais, principalmente Rio e São Paulo, que acabam vendo o MAB como uma alternativa interessante e acabam apostando forte nele, na universidade de Santa Catarina também, eles acabam se dando como espaço de militância ao MAB (...). As universidades elas passam a ter um papel muito importante. Elas passam a integrar esse espaço (...) a UFRJ e o IPPUR, assessorou e apostou no MAB e esse curso acontece lá no Rio (...) participa um grupo da USP também e acabaram dando

um enfoque mais teórico para o MAB. Até porque ele não tem uma identidade fechada, até porque parte dos líderes do MAB não são atingidos. Eles têm uma linha mais gramsciana, são intelectuais orgânicos. O interessante é que eles também vêm da igreja católica (...) e que então vão estudar a teoria marxista, leninista, gramsciana e vão acabar se influenciando e por isso vão se ligar com muita facilidade às universidades federais. A do Rio de Janeiro, mas não só ela, também a da Bahia (...) e que por esse perfil vai se tornar mais aberto e que daí vai gerar toda uma forma de pensamento sobre a matriz energética, que é uma discussão muito mais intelectual, mas que foi trabalhada no IPPUR. ” Trecho de entrevista com o advogado do movimento.

Como podemos perceber a partir das citações e dos trechos de entrevista, o domínio do saber acadêmico não serve somente à discussão de questões técnicas, mas também à própria formação político-teórica das lideranças do movimento. A mudança de escala e a amplificação simbólica foram possibilitadas também a partir da capacidade de parte dos atingidos – pelo menos de suas lideranças - de discutir teoria política e relacioná-la às condições dos atingidos por barragens, discutindo em seguida as implicações e consequências técnicas de se defender o atual modelo energético ou a alternativa proposta pelo MAB.

Por outro lado, o termo qualificação também está marcado por um caráter valorativo. Isto ajuda a entender os conflitos que a constituição do saber técnico-científico como elemento de hierarquização dos ativistas gera nas organizações de movimentos sociais. Isto é importante para perceber que a mudança de escala e a inserção em espaços de discussão da política pública tendem a demandar uma adequação às "regras do jogo" e, assim, a reproduzir sua lógica. A desqualificação de outros saberes que não o técnico-científico é uma expressão disto. Se por um lado a qualificação de alguns militantes é um dos fatores que permite ao movimento inserir-se em arenas de disputas mais abrangentes, por outro lado, pode ser um fator gerador de hierarquização interna e de promoção do distanciamento entre as lideranças e as "bases". Conflitos neste sentido foram percebidos durante a pesquisa de campo no encontro nacional do MAB. Em uma das plenárias, foi possível perceber a dissonância em termos de proposta estratégica para movimento. De um lado, os membros da direção nacional defendiam a continuidade da estratégia de apostar na expansão do MAB para o meio urbano, reforçando enquadramentos que aproximam estruturalmente os atingidos na "barranca do rio" dos trabalhadores urbanos que pagam altas tarifas pela energia elétrica. Do outro lado, parte das "bases" e suas lideranças locais defendiam a ideia de que o movimento deveria concentrar seus

esforços na luta contra a construção de barragens e que apostar em outras formas de enquadramento desviaria o movimento do seu propósito, das suas identidades originais e da sua razão de ser.

O último trecho de entrevista citado acima nos demonstra também o quanto a influência dos mediadores e o aprofundamento das lideranças dos atingidos no estudo de questões teóricas também reforçam a identidade coletiva desta coalizão de movimentos sociais filiada a determinadas correntes do pensamento marxista. No limite, podemos perceber que a qualificação acadêmica de parte dos atingidos e suas lideranças também é capaz de explicar a relação entre a reivindicação de pautas específicas e a defesa de questões mais abrangentes que ressignificam o próprio movimento.

Nesse sentido e com o impulso da Eco-92 – da qual alguns dirigentes do MAB participaram – o movimento implantou um curso de educação ambiental na região de abrangência da bacia do rio Uruguai. O mesmo foi iniciado em 1992 e se manteve até 1998, envolvendo cerca de 1400 professores do Ensino Fundamental e Médio e mais de 300 agricultores, autoridades e lideranças locais. Inicialmente, realizou-se nos municípios de Mariano Moro, Aratiba, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos (RS) e depois também em alguns municípios do Estado de Santa Catarina. Tinha como objetivos: *a qualificação dos professores para o debate em torno das questões socioambientais, auxiliando-os no seu papel de atores culturais e, ainda, oferecendo subsídios conceituais e metodológicos, articulando-os numa abordagem multidisciplinar do tema, a partir da discussão das questões globais e específicas da região, tais como os efeitos provocados pela construção de barragens para a produção de energia elétrica, a problemática ambiental agrícola, dentre outras* (BENINCÁ, 2011: 218-9).

Da mesma forma, podemos perceber a partir da citação acima que a qualificação dos quadros militantes também possibilita aos mesmos estabelecerem relações que mais tarde modificarão as próprias pautas do movimento, implicando no desencadeamento da amplificação simbólica, conforme veremos mais adiante. Por outro lado, a paulatina modificação das características de suas lideranças vai transformando as próprias características do movimento que então, vai “substituindo” lideranças “formadas” na prática da luta das barrancas dos rios por líderes que além desta experiência passam a agregar também os saberes acadêmicos. Como assinala Foschiera, esta transição causou algumas tensões dentro do movimento:

A reestruturação do MAB fez com que lideranças históricas perdessem espaço no interior do Movimento e que, cada vez mais, surjam novas lideranças, principalmente formadas em cursos técnicos ou de nível superior, seja por convênios com instituições públicas ou privadas de ensino, seja pelas instituições coordenadas por movimentos sociais. A formação de novos quadros, dentro da nova base teórica e política do MAB, é uma das prioridades do Movimento, na atualidade, pois serão estes que estenderão o novo discurso do MAB em seu interior e para novas áreas que o Movimento venha a se expandir (FOSCHIERA, 2009:326).

De acordo com o que vimos na sessão na qual discutimos o mecanismo da institucionalização, a mudança de escala dificilmente ocorre sem a manifestação de algumas tensões internas que caracterizam “o preço a ser pago pela mudança de escala”. O aumento do número de militantes e a expansão territorial naturalmente complexificam o *modus operandi* do movimento, na medida em que a própria organização interna se torna mais difícil ou mais trabalhosa. As negociações e as definições de diretrizes tendem a fazer com que as negociações internas envolvam uma quantidade maior de questões. Mas se a “burocratização” torna mais difícil a organização e oferece seus riscos, por outro lado ela permite ao movimento que mudou de escala a capacidade de atuação em outras esferas, inclusive a político-institucional. Algo que a qualificação militante também possibilita:

Os cursos de formação qualificavam lideranças que organizavam os demais atingidos para fazer frente à forma como estavam sendo planejadas e realizadas as construções de barragens. (...) Esta disputa se direcionou para a ocupação de cargos eleitorais, tanto em escala local (prefeitos e vereadores), estadual (governador e deputados estaduais) e nacional (presidente, senadores e deputados federais). Apesar de os grupos políticos, apoiados por uma significativa parcela de atingidos, conseguirem mobilizar uma grande quantidade de pessoas em atos públicos, nas urnas os resultados não eram os esperados, embora, geralmente conseguissem eleger algumas lideranças que os representavam. As ações das lideranças dos diferentes movimentos que agregavam atingidos por barragens no Brasil procuravam garantir que os mesmos fossem aceitos como representantes dos demais atingidos, tanto em escala local como nacional, o que significava serem aceitos pela comunidade onde moravam e serem reconhecidos pelo Estado como interlocutores dos atingidos (FOSCHIERA, 2009:32).

No entendimento de como determinados mecanismos contribuem para a mudança de escala, podemos perceber que a qualificação militante estabelece uma relação importante entre a expansão territorial e a amplificação simbólica, pois ao causar uma transformação discursiva (que se traduz na prática) possibilita a determinadas lideranças dos atingidos manejarem discursos que os autoriza a

enfrentar seus opositores em outras arenas, assim como transitar por outros espaços como campo político institucional.

Exportação militante

A qualificação de parte dos segmentos atingidos por barragens está relacionada a um outro mecanismo da mudança de escala: a expansão territorial, dada sobretudo através da “exportação militante”. Vimos que o processo de institucionalização do movimento, juntamente à capacidade de captar recursos são mecanismos que implicam na expansão territorial do movimento, já que proporcionam condições materiais para tal. Todavia, um movimento social não logra expandir seu raio de atuação somente com recursos materiais. A capacidade de articulação política e social que sustentam a mobilização é um dos pontos nevrálgicos deste processo.

Anteriormente apresentamos o MAB como um movimento originado no Sul do Brasil, região habitada por uma população com características bastante específicas. Como sabemos, o Brasil é um país bastante extenso territorialmente e diverso culturalmente, o que em certa medida pode oferecer obstáculos consideráveis à idéia de uma integração que não leve em conta a diversidade de especificidades. Discutimos nas seções anteriores algumas diferenças substanciais entre a forma como se mobilizam populações indígenas e como se organizam camponeses descendentes de imigrantes europeus. A expansão territorial do MAB do Sul em direção ao Norte do Brasil se deu basicamente através da “exportação” do *know how* de seus quadros militantes formados no Sul e Sudeste para outras regiões do país. Em alguns casos, a estruturação do movimento nos moldes sulistas foi bem-sucedida na difusão das lógicas organizativas à outras regiões; em outros casos, esbarrou nas já consolidadas formas de organização de outros grupos populacionais, sobretudo indígenas do Norte do país, que não compartilham dos mesmos princípios e objetivos. Outrossim, após a formalização do MAB em 1991, a estratégia de expandir o movimento com o objetivo de unificar a luta das distintas populações atingidas por barragens segue sendo uma estratégia central do movimento:

Ao passo em que o movimento evoluía, sua estrutura buscava adequar-se de maneira a abranger toda a bacia hidrográfica. Nesse momento é que o movimento social passa de uma estrutura de “serviço”, com atuações pontuais a partir dos mediadores, para uma organização em forma de “movimento”, sistematizando as ações e formando novos ativistas e lideranças (MORAES, 1996a; REIS, 2007).

Mas a retórica da solidariedade era insuficiente para construir um movimento nacional. Era necessário deslocar recursos, militantes e esforços para as tarefas que este movimento exige, ainda mais num país com as dimensões do Brasil. Estava ainda viva, por outro lado, a rejeição a formas burocráticas de controle centralizado, e o receio dos movimentos locais/regionais de que a criação de um movimento nacional viesse limitar sua autonomia. Esta discussão, de alguma maneira, já estivera presente na primeira reunião nacional, em 1989, como se pode perceber nos anais, que destacava “a necessidade de serem respeitadas as diferentes realidades” (VAINER, 2004:16).

As lideranças locais geralmente são encaminhadas para os cursos de formação mencionados acima e a partir de sua experiência prática somada à formação técnico-teórica, recebem a missão de organizar os atingidos por barragens onde a mobilização social é ainda incipiente:

“Isso nos aconteceu muito aqui no Sul, nossos melhores quadros foram pra outros Estados. Guris da região aqui estão agora em Belo Monte, no Nordeste, Minas, São Paulo, em Rondônia, tivemos meninos na Bolívia (...). A própria sede era aqui e agora é em São Paulo.” Trecho de entrevista com atingido militante.

“Se tu fores viajar para o Norte, para o Nordeste, vai perceber bem essa conjuntura. Aqui nem tanto. Aqui nesse momento histórico, aqui, o MAB tem pouca atuação porque aqui (Alto Uruguai) hoje em dia, aqui tem mais são os assentamentos, então ele acaba pegando outras lutas, até para sobreviver, que é um nome que por si só já tem respeito (...) e acaba puxando uma série de outras lutas, sendo um polo aglutinador, ou seja, muito em cima da mística em nome do MAB (...). A luta mesmo tem se dado agora em outros lugares (...).” Trecho de entrevista com advogado do movimento.

Portanto, a expansão territorial – diretamente relacionado à mudança de escala – dá-se, sobretudo, através do mecanismo da exportação militante, que consiste em levar lideranças e quadros militantes experientes à outras regiões, tentando cumprir o papel que o MAB se propõe de unificar a mobilização dos atingidos por barragens em território nacional. Entretanto, é preciso destacar que a exportação militante não é a única forma de expansão da organização do MAB. A aposta na formação de lideranças locais se dá concomitantemente a este processo, sendo inclusive um dos efeitos deste intercâmbio.

Mecanismos da Amplificação Simbólica

Enquadramento e justificação

Vimos na introdução que o processo de enquadramento consiste na seleção de alguns aspectos da realidade percebida e traduzida a um determinado contexto de acordo com as percepções compartilhadas pelos indivíduos e pelos interesses em jogo entre eles. Como já destacado por Benford e Snow (2000), o *framing process* consiste em uma espécie de batalha interpretativa acerca de uma determinada questão ou problema social. Enquadrar a realidade implica, desta forma, na tradução e na construção de uma versão baseada em aspectos da realidade geralmente selecionados sob influência dos sentimentos e impressões que os efeitos de determinado fenómeno social provocam nos indivíduos, pela sua capacidade de explicação e pela influência da sua posição estrutural (de onde se vê e fala). Ainda que o enquadramento seja a construção de uma versão, sua sustentação é proporcional à sua correspondência com os aspectos factuais da realidade, pelo grau de veracidade e valor compartilhado social e contextualmente. Ou seja, uma determinada interpretação da realidade tende a ter mais adeptos na medida em que ela for convincente em termos de mobilização de aspectos factuais (acontecimentos que são parâmetro comum de análise) e pela sua capacidade de “dialogar” na linguagem que melhor corresponde aos sentimentos, impressões, objetivos e valores compartilhados em um determinado contexto.

Por mais que os impactos socioambientais gerados pela construção de barragens sejam impactos por si só (no sentido de que são reais por serem factuais), eles só serão considerados um problema *de fato* se assim forem entendidos socialmente e se lhes forem dadas a devida importância e relevância para tal. A construção de barragens é, desde sempre, um problema que afeta diretamente as populações atingidas. Entretanto, só entra na pauta política na medida em que os atingidos por barragens se mobilizam e enquadram este acontecimento como um problema social, apresentando à sociedade uma versão oposta à de que a construção de barragens simboliza integralmente o desenvolvimento, que a hidroeletricidade corresponde à produção de energia limpa ou de que o deslocamento compulsório de

populações seja um preço necessário a ser pago para se atingir o progresso. Franklin Ramírez complementa:

Para volver operativa dicha imbricación se torna necesario, en primer término, postular que los conflictos con capacidad para irradiar problemas no solo tienen un atributo de publicidad -volver visibles actores y demandas sociales que de otro modo permanecerían en el ámbito privado- y un carácter colectivo -construir identidades y marcos comunes de acción que dotan de cierta estabilidad a una demanda-, sino que además entrañan específicos efectos y cualidades políticas ligados, al menos, a dos cuestiones: a) convocar la atención de otros actores o públicos (grupos, a priori, ajenos a las reivindicaciones de los movilizadores); y b) reacomodar el campo de la lucha política por la vía de la interpelación al sistema político y de la intervención estatal (gubernativa) para tramitar el conflicto (RAMÍREZ GALLEGOS, 2016:5)

Este posicionamento é apresentado, obviamente, em decorrência da posição estrutural que os atingidos ocupam diante da construção de uma barragem. Os efeitos materiais e simbólicos produzidos pelo acontecimento os leva a confrontar os enquadramentos vigentes e, para tanto, é preciso que mobilizem justificativas para o seu posicionamento que os permita conquistar o apoio de outros segmentos sociais no confronto com seus opositores. Como também vimos anteriormente, Boltanski (1991) chama *justificação* o processo pelo qual indivíduos mobilizam *sensos de justiça* a partir de determinadas *gramáticas* através das quais apresentam suas questões recorrendo a *ordens de grandeza* que as relacionam a processos mais ou menos generalizadores, pelos quais visam a legitimação de seus posicionamentos de acordo com preceitos morais valorizados dentro de um contexto.

Em outras palavras, a legitimidade de um posicionamento acerca da realidade é conquistada na medida em que os indivíduos conseguem conectar seus problemas particulares a ordens de grandeza capazes de aproximar moralmente seus dilemas aos de outros indivíduos através de uma linguagem que os aproxime e os permita compartilhar compreensões, entendimentos, sensações e princípios ético-morais acerca da realidade. No caso dos atingidos, isto se dá na demonstração, comprovação e também na construção de um problema social representado pela construção de barragens, que, ao contrário do que a maior parte da população possa pensar, é também um acontecimento que provoca mazelas. A batalha dos atingidos contra seus opositores se dá, então, também na disputa sobre o que vale a pena afinal: desenvolvimento a qualquer custo ou construção de um novo modelo que não fira o

modo de vida dos atingidos? Para tanto, eles necessitam serem ouvidos pelo restante da sociedade de maneira a transformar o seu problema específico em um dilema moral também para aqueles grupos sociais que não compartilham da sua posição estrutural em relação ao acontecimento:

*“Então (após a Eletrosul ser privatizada) as empresas passam a descumprir o acordo e a disputa fica muito mais acirrada, várias conquistas passam a ser perdidas (...), então o movimento passa a ter a percepção de que nós tínhamos que buscar apoio da sociedade, não que antes a gente não tinha essa sensação, o entendimento que a gente tinha é que a população toda, ainda hoje né, ela vê a energia elétrica como desenvolvimento, então ela acaba entendendo que pra ter energia precisa barragem, então ela acaba não sendo contra a barragem, mas também não é favorável que os atingidos sejam expulsos sem que tenham seus direitos garantidos (...). **Então nós começamos um trabalho de tentar dizer para a população brasileira que ela é tão atingida por esse modelo energético quanto aquele que é removido de suas terras (...).** Um dos fatores é que o brasileiro paga hoje a quarta ou quinta tarifa de energia mais cara do mundo (...) eles (os empreendedores) se gabam que a barragem é a forma mais eficiente de produzir energia elétrica e na verdade é, mas o que eles não explicam (...)é como ela é produzida de uma forma tão barata e vendida de uma forma tão cara (...). **Então, nós dialogamos com a sociedade para que eles não sintam só pena dos atingidos, mas que se sintam atingidos também (...).** A gente precisa organizar os atingidos, mas ganhar a sociedade também. Porque conforme vai passando o tempo, por mais que a gente garantisse os direitos, a questão é de modelo mesmo, se continuar nas mãos do capital as coisas não vão mudar, então fomos amadurecendo e modificando o debate que para mudar o modelo energético, tem que mudar o modelo de sociedade” **Entrevista com liderança do movimento.***

*“Esse é o ponto que o MAB está amadurecendo em nível nacional, é a questão da Plataforma Energética. Nós entendemos que se nós ficarmos só nesse mundinho aqui, nesse debate só sobre direitos, contra e a favor, nós vamos ser massacrados. Então, esse é um pouco o debate que nós temos feito, mas que pra isso tem que formar lideranças, quadros e tal, de forma que o MAB tem o curso de energia pra aprofundar isso. Temos que qualificar a intervenção da mensagem do MAB para a sociedade. Esse é o grande desafio que nós estamos vivenciando, que é como a gente tem um nível de qualificação técnica junto à sociedade em relação ao que é o debate do MAB para a sociedade em torno da energia. A energia para quê, para quem e a energia como riqueza [...]. Temos feito este debate nas comunidades, nas rádios, nas escolas, nas intervenções públicas, nas atividades e esse é o grande desafio que temos, ir além da base atingida.” **Entrevista com atingidos militantes.***

Os trechos de entrevista acima exemplificam como se dá esta construção. Na medida em que os atingidos vão percebendo que o seu problema específico está conectado a processos políticos e econômicos mais abrangentes e ao passo em que sua mobilização vai ganhando força e volume, faz-se necessário que dialoguem com outros setores da sociedade para manter e ampliar sua capacidade de ação, sobretudo quando o movimento muda de escala e passa a confrontar opositores maiores, assim

como a incorporar ao discurso questões sociais mais abrangentes e objetivos mais complexos. Isto demanda apoio político que legitime a ação do movimento e lhe dê respaldo social como um agente representativo dos anseios sociais acerca da questão energética, por exemplo. Já mencionamos também o fato de que a mudança de escala pressupõe transformações discursivas que aqui denominamos *amplificação simbólica*. Primeiramente porque o crescimento de um movimento geralmente o permite difundir suas reivindicações em um raio de atuação mais abrangente e, em segundo lugar, porque este crescimento estrutural geralmente é acompanhado pela resignificação das demandas, que tendem a caracterizar-se pelo alcance de um grau de generalidade maior. Citamos abaixo trechos de entrevistas realizadas por Dirceu Benincá em sua pesquisa, pois elas exemplificam de maneira bastante precisa o processo que visamos explicar:

“À medida que evitamos a construção de uma barragem, nós estamos fazendo um grande ato ecológico. Tem alguns ambientalistas que discutem como preservar o ambiente depois que o lago está pronto. Então, colocam lá uma placa dizendo ‘preserve o meio ambiente’. Isso é uma palhaçada, porque preservar o meio ambiente seria exatamente evitar a construção da barragem e a destruição do que vivia ali. Creio que o MAB, na medida em que vai crescendo e aprofundando o debate com a sociedade, ele pode se tornar um grande movimento da consciência ambiental. Pode ajudar a mudar a consciência de consumo. Ao falar da redução do consumo de energia está preservando o meio ambiente (BENINCÁ, 2011:217).

“Quando nós resistimos não deixando construir uma represa, estamos derrotando o imperialismo. De certa forma, nós seguimos por causa dele e vamos ajudar a enterrá-lo (...). No início achávamos que a melhor coisa para os atingidos era lutar por boas indenizações. Nem sempre nós conseguíamos. Depois, nós lutávamos por terra, perdida logo no início (...). Aí, começamos a perceber que a questão é de sistema, de modelo. O inimigo central é o capitalismo, em sua forma imperialista (...). Os focos da nossa luta têm que ser as transacionais, os bancos (BENINCÁ, 2011:270).

O grau de generalidade que vai sendo paulatinamente incorporado ao discurso do MAB está diretamente relacionado à capacidade de enquadrar a realidade e de referir-se a ordens de grandeza que dialogam com um universo cada vez maior de reivindicações e, conseqüentemente, de interesses compartilhados com outros grupos sociais que não são diretamente atingidos pelas barragens, mas que podem comungar dos mesmos princípios ético-morais defendidos pelo MAB. Exploraremos de maneira mais detalhada este ponto mais adiante, mas o alargamento do enquadramento da realidade reside justamente na capacidade de entender, conectar e *tomar consciência*

sobre aspectos da realidade que exercem causalidade sobre os impactos gerados pela construção de barragens, mas que também correspondem à capacidade de *construção* discursiva que molda esta mesma realidade. A costura de discursos que tramam um enquadramento também tem a capacidade de [re]criar a realidade, pois instigam formas de comportamento baseadas em certas gramáticas a partir das quais - em suas atitudes e ações - os indivíduos vão produzindo efeitos reais no mundo. É desta forma, então, que o MAB vai agregando à luta dos atingidos por barragens pautas mais abrangentes como o ambientalismo, socialismo e até o feminismo.

Figura 13: Conjunção entre os símbolos do MAB e do feminismo



Fonte: www.mabnacional.org.br (acesso em 15/1/2016)

É interessante notar esta relação entre conexão e construção da realidade a partir do símbolo representado acima. Na década de 1980 uma representação simbólica como esta poderia não fazer tanto sentido diante do que se considerava mais relevante à época em termos de pauta reivindicatória e também em relação aos próprios limites do raio de atuação do MAB. Com o passar do tempo e conforme as transformações discursivas de enquadramento que a sociedade vai [re]criando, as próprias demandas do movimento vão se modificando. Os exemplos de principal destaques são justamente a causa ambientalista, que passa a ser incorporada na agenda política internacional de forma cada vez mais presente a partir das décadas de 1980 e 90 – o impacto da Eco 92 realizada do Rio de Janeiro tem representatividade preponderante no Brasil neste sentido – e o caso do feminismo, que a partir dos anos 2000 - muito sob influência do papel que as novas tecnologias de informação ligadas à

Internet tem desempenhado-, passa a ocupar um lugar de destaque dentro do debate político, sobretudo no âmbito dos movimentos sociais ligados à esquerda. Cefaï exemplifica como se dá tradução/amplificação/universalização de gramáticas no campo dos movimentos sociais:

Certo número de ativistas trabalha na constituição de uma linguagem comum, na enunciação de repertórios de identidade coletiva e na confecção de modos de engajamento público. A tarefa das primeiras feministas foi, assim, descobrir pontos comuns à situação das mulheres, conferir a disputas privadas um alcance público e converter mal-estares pessoais em causas coletivas. As ativistas que vêm em seguida não inventam abruptamente os papéis que desempenham, mas habitam universos de sentidos que lhes são legados, reorganizando-os em favor dos novos desafios que se apresentam (CEFAÏ, 2009:27).

O alargamento do enquadramento das reivindicações dos atingidos por barragens primeiramente se dá em direção às questões político-econômicas de classe e à compreensão de que o problema que os atinge está diretamente ligado aos efeitos do capitalismo. Posteriormente, passa à incorporação de questões ambientais e à noção de que os impactos gerados não ferem somente os direitos humanos, mas também à natureza (e, conseqüentemente, os seres humanos, pois também são parte da natureza). Mais recentemente, e agora o alargamento/incorporação de outras pautas reivindicatórias, como a conexão da questão dos atingidos à luta pela garantia de direitos às mulheres, na qual o papel das *mulheres atingidas* passa a ser cada vez mais enfatizado dentro do movimento.

O protagonismo reivindicado pelas mulheres atingidas teve como exemplo uma campanha recente denominada “*Arpilleras: bordando a resistência*”, que consistiu na realização de uma exposição que reuniu 37 peças de bordado construídas por mulheres de seis países da América Latina e Europa “com o objetivo de problematizar e transgredir o papel feminino na sociedade” (MAB, 2015). De acordo com o sítio do movimento, as obras foram elaboradas por meio de uma técnica de bordado, conhecida como *arpillera*, popularizada no Chile durante o período da ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990): “na ocasião, mulheres das periferias de Santiago se utilizavam das roupas de parentes desaparecidos para denunciar as violações de direitos humanos cometidas pelo governo do general” (MAB, 2015). No Brasil, o MAB resgatou esta técnica em oficinas realizadas, desde 2013, com mais de 900 mulheres

atingidas por projetos hidrelétricos nas cinco regiões do Brasil, de acordo com o sítio do movimento⁶¹.

Imagem 12: Exemplo de bordado *arpillera*



Fonte: <http://www.mabnacional.org.br/publicacao/exposi-arpilleras-bordando-resistencia-cat-logo>

É interessante notar, a partir da imagem acima, como as palavras de ordem do movimento são adaptadas à causa feminista, representando o papel das mulheres atingidas como agentes que lutam por direitos enquanto atingidas e, sobretudo, enquanto mulheres. Estas conexões demonstram tanto a capacidade de alargamento do enquadramento da luta, como a intenção de recorrer a ordens de grandeza mais abrangentes que possam dialogar com outros estratos da sociedade. Isto se dá pela mobilização de discursos a partir dos quais seja possível comunicar-se com a sociedade através de temas que transcendem e complementam as reivindicações mais específicas dos/as atingidos/as por barragens. As transformações e alargamentos do enquadramento interpretativo no plano discursivo - refletidos na prática - são as expressões mais evidentes da amplificação simbólica, mecanismo intimamente ligado à expansão organizativa, que por sua vez demonstra a capacidade do movimento de agir em diversas frentes de atuação, mobilizando discursos diversos.

⁶¹ Informações obtidas através do endereço: <http://www.mabnacional.org.br/publicacao/exposi-arpilleras-bordando-resistencia-cat-logo>. Acesso em 15/1/2016.

A amplificação simbólica é expressa, muitas vezes, pela tentativa de *universalização* da causa através da qual um movimento social tenta demonstrar que o problema social que o atinge não é exclusividade apenas de uma parcela da população, mas como o próprio termo sugere, é um problema de toda a sociedade. Na imagem a seguir temos um exemplo de como o MAB estabelece esta relação entre um problema específico dos atingidos e algo que atingiria a sociedade como um todo. Note-se que isto se dá tanto pela identificação de agentes responsáveis por desencadear um problema (tomada de consciência) quanto pela elaboração argumentativa que tenta estabelecer relações entre o que afeta os atingidos e afetaria a população como um todo (construção/enquadramento):

Imagem 13: Universalização da pauta

PROPOSTAS DA CAMPANHA!

- Cadastramento e aplicação do desconto da Tarifa Social para as 18 milhões de famílias que têm direito.
- 100kwh/mês gratuitos para todas as famílias de baixa renda (isso já funciona no Paraná).
- Igualdade de preço entre o valor pago pelas grandes empresas e pelas famílias. Queremos igualdade, por exemplo, com o que paga a Alcoa (R\$ 0,045 Kw/h) e a Vale (0,033 Kw/h).
- Acabar com a "farra" dos aumentos de preço da energia.
- Todas as pessoas devem ter luz em suas casas, sem precisar pagar para que a luz chegue.
- O fim do subsídio para as grandes empresas.

Como participar:

- Organizar as pessoas do seu bairro e da sua comunidade para que as informações sobre o preço e a Tarifa Social cheguem ao maior número possível de famílias.
- Organizar entregas coletivas nas concessionárias de energia das auto-declarações que garantem a Tarifa Social.
- Promover, no seu município, reuniões com representantes da justiça para exigir o cumprimento da lei.
- Organizar as famílias para não deixar "cortar" a luz da população.
- Participar dos atos para baixar o preço da energia elétrica.

O preço da luz é um roubo

A vítima é você!

A produção da energia elétrica através da hidroeletricidade (barragens) é considerada uma das mais baratas. Apesar disso, **o brasileiro paga a 5ª maior tarifa do mundo**, duas vezes mais cara que os norte-americanos. Além disso, as famílias pagam até 12 vezes mais pela energia elétrica do que as grandes empresas. **O povo paga caro para eles terem a luz subsidiada e a preço de custo.**

Durante o plebiscito popular pela reestatização da mineradora Vale, mais de 3 milhões de brasileiros disseram não a essa exploração no preço da luz. **Diga não você também!**

Para onde vai todo esse dinheiro?

É muito dinheiro que as empresas arrecadam nas contas de luz. A maior parte dos lucros vai para fora do Brasil, pois a maioria dessas empresas são multinacionais (Tractebel, AES, RGE, Alcoa, Bradesco, CPFL...).

Mesmo as empresas ditas estatais (públicas) têm como maiores "sócios" grandes grupos privados. No caso da CEMIG (MG), 49% das ações pertencem a grupos privados. Na CELESC-SC, 45% do capital é privado.

A parte que o governo arrecada com os impostos também vai para fora do Brasil: para pagar os juros da dívida ou, como vimos, em forma de subsídios para estas mesmas empresas.

Campanha contra os altos preços da energia elétrica

Fonte: MAB (arquivo do autor)

A adesão de outros segmentos da sociedade é um dos combustíveis dos movimentos sociais na conquista de apoio e legitimidade, algo que os fortalece e os permite avançar na mudança de escala e que os aumenta as possibilidades de alcance de seus objetivos. A amplificação simbólica, como vimos, cumpre um papel preponderante neste sentido, pois é desta forma que os movimentos conseguem primeiramente traduzir um problema ao enquadrá-lo em uma gramática pela qual

mobilizam sentidos de justiça capazes de mobilizarem não somente sua base, como segmentos que possam vir a apoiá-lo. Isto se dá pela capacidade de universalização da causa em um processo que abarca tanto a especialização do discurso quanto a habilidade de mobilizar elementos afetivos que afete parcelas da sociedade através do compartilhamento de um determinado sentido de [in]justiça.

Imagem 14: Transformação, especialização e alargamento discursivo



Fonte: www.mabnacional.org.br

Na imagem acima temos um exemplo de como se transformam as palavras de ordem do MAB ao longo do tempo. Estas mudanças ocorrem conjuntamente à operação de alguns mecanismos da expansão organizativa como o da especialização militante, tal como vimos na sessão anterior. Podemos perceber, através das palavras de ordem, como estas vão ao longo do tempo agregando elementos para além da simples expressão de um sentido de justiça. Paulatinamente vão agregando elementos técnicos que exemplificam a amplificação simbólica, tal como podemos perceber na diferença existente entre as primeiras palavras de ordem do movimento expressas pelo “Águas para a vida e não para a morte!”, utilizada majoritariamente entre as décadas de 1980 e 90, na qual está inscrita a influência da gramática dos setores

religiosos que deram suporte à CRAB/MAB no princípio de sua organização. Por volta da virada do século surge o *“Água e energia não são mercadoria”*, que evidencia o caminho percorrido por um MAB mais independente das CEBs e pastorais e mais próximo de um bloco de esquerda formado com outros movimentos sociais, entidades sindicais e partidos políticos. Aqui podemos perceber de forma mais evidente uma crítica ao capitalismo e à privatização do setor elétrico. O terceiro bloco de palavras de ordem aparece com força na segunda década dos anos 2000, sendo amplamente difundido no Encontro Nacional do movimento realizado em 2013: *“Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular”*. Aqui as noções de um projeto popular baseado no modelo socialista aparecem com mais evidência e demonstram o domínio de determinados discursos políticos e econômicos que demonstram as transformações pelas quais passou o movimento expressas na amplificação simbólica; ou seja, a complexificação de discursos e repertórios utilizados através da ligação de sentidos de justiça com elementos técnicos e a defesa de um projeto político e econômico mais abrangente.

Na imagem abaixo também podemos notar esta transformação entre um discurso baseado em uma gramática vinculada à religiosidade para um discurso que paulatinamente passa a agregar elementos de criticidade mais voltada ao político e ao econômico. Ainda que o *“Águas para a vida e não para a morte”* esteja diretamente vinculado à primeira fase do movimento, estas palavras de ordem seguem sendo utilizadas. O interessante a ser notado é a anterior centralidade dada a um elemento identitário pautado pela religiosidade que pouco a pouco vai sendo substituído pelo domínio de outras gramáticas. Tratam-se de duas cruzes, uma colocada em 1985 e a outra em 2004 na região a ser atingida pela possível UHE de Itapiranga:

Imagem 15: Transformação discursiva (1985-2004)



Fonte: Foschiera (2009:190)

É importante destacar que as transformações discursivas se traduzem na prática, nos repertórios e no *modus operandi* do movimento, daí a íntima relação entre as dimensões material e simbólica, cuja diferenciação ou separação serve mais para fins analíticos do que de sua manifestação empírica, na qual as “fronteiras” entre o material e o simbólico praticamente inexistem ou manifestam-se de forma muito mais sutil. No período no qual as gramáticas religiosas eram preponderantes, “*alguns signos de linguagem como ‘caminhada, povo oprimido e libertação’, do símbolo da cruz, de cantos e rituais como missas, procissões e romarias, marcaram as ações dos atingidos, demonstrando a influência da igreja sobre os mesmos*” (Foschiera, 2009:31). Com o tempo, estas manifestações não desaparecem completamente: os repertórios de atos públicos seguem apresentando elementos da caminhada, elementos identitários do povo oprimido – sobretudo nas atividades de performance, como veremos adiante -, entretanto, elas ganham uma “roupagem” de caráter mais classista na medida em que o MAB vai se transformando simbolicamente ao agregar ou intensificar suas relações com segmentos da esquerda partidária, sindical e de outros movimentos sociais. Vão agregando (e transformando) ao discurso de caráter mais religioso elementos políticos e econômicos de cunho técnico e “acadêmico”. Nas duas citações abaixo temos um exemplo da modificação de postura do movimento com estas transformações:

Os debates se estruturavam sobre a exploração e o domínio do capital sobre a sociedade e a necessidade de organização dos pobres para combatê-lo. Entendia-se que “[...] as barragens, filhas do ‘mal maior’, o capitalismo, deveriam ser exorcizadas (MORAES 1996, p.145).

A partir destas constatações, lideranças do MAB passaram a fazer uma leitura marxista, com destaque ao marxismo-leninista, pela qual organizaram um pensamento que se fundamenta na compreensão da realidade vivenciada associada a uma nova dinâmica de ação, buscando se inserir nas discussões mundiais sobre a possibilidade de “um outro mundo” e na organização de um projeto popular para o Brasil (FOSCHIERA, 2009:47).

Neste sentido, a amplificação simbólica se dá no movimento descrito anteriormente entre o conhecimento do acontecimento, fenômeno ou problema social e a construção do mesmo baseada na experiência dos atores. Conforme estes levam sua mobilização à mudança de escala, podem difundir e amplificar suas demandas relacionando-as a pautas diversas pelas quais complexificam as reivindicações iniciais. Isto se dá pela “tradução” das gramáticas por eles mobilizadas, logo, servindo de ponte entre seu caso específico e questões mais abrangentes, servindo como base para a “universalização”. Para Cefai (2009:28) isto se realiza em um trabalho de cooperação e de competição em que, correlativamente à defesa de seus interesses e à reivindicação de seus direitos, atores deliberam racionalmente e razoavelmente, configuram explicações e interpretações, mas também exprimem e simbolizam emoções, projetam imaginários e utopias.

Performance

Um mecanismo capaz de expressar de maneira bastante eficiente as gramáticas mobilizadas pelo movimento é a performance. Característica marcante dos movimentos sociais, a ação performática tem por objetivo expressar sentidos de justiça e ordens de grandeza através do reforço de determinadas características que visam enfatizar elementos da identidade coletiva pela qual os movimentos sociais procuram definir-se publicamente. A identidade coletiva é, então, comumente expressada através de atos públicos que geralmente visam tocar a subjetividade daqueles a quem pretende-se comunicar. No caso dos atingidos por barragens, alguns elementos

simbólicos da identidade coletiva já foram citados acima, como a mobilização de representações sociais acerca do que definiria o povo (atingido) e seu sofrimento.

Isto se dá através do reforço da imagem de que os atingidos são trabalhadores e trabalhadoras das classes populares, já assolados pelas consequências das desigualdades socioeconômicas e que são, adicionalmente, afetados pela construção de barragens, dificultando ainda mais condições de vida que já não eram fáceis. Neste sentido, as ações performáticas visam comunicar à sociedade uma série de características vinculadas à imagem de um tipo ideal de atingido como representação do povo que se mobiliza contra as injustiças, luta por seus direitos e por um futuro melhor para todos. Para tanto, o papel da performance é o de expressar elementos morais e, desta forma, provocar simbolicamente o público-alvo a compreender as razões pelas quais a mobilização acontece, por que ela é justa, necessária e merecida de ser apoiada.

Na pesquisa de campo realizada (relatada no terceiro capítulo) pôde-se observar o papel, inclusive ritualístico, que as atividades de performance - denominadas pelos movimentos sociais de *mística* - cumprem como elemento de coesão do grupo e comunicação externa. Tratam-se de atividades geralmente dramatizadas, através das quais os atingidos expressam sentidos e valores que reforçam a identidade coletiva internamente e procuram sensibilizar àqueles aos quais desejam apoio ou simpatia. De maneira geral, as atividades de protesto no espaço público alinham discurso político e performance como forma de conquista de legitimidade.

Rafael Bellan Souza em uma pesquisa sobre o papel da mística no MST sustenta que “a convicção na luta recebe o combustível dos valores e das contribuições ideológicas formatadas no rito (...) onde o fator emotivo encontra-se na perspectiva estética, que re-encanta o mundo por meio da criação de projetos e alternativas ao modelo vigente, em um formato diferente da ciência” (2012:73). É em ações de performance como a mística que se percebe a presença e importância destacada por Goodwin, Jasper, Polletta (2001) e Cefaï (2009) dos elementos emotivos como importantes mecanismos de reforço e renovação das mobilizações.

A experiência de ser impactado negativamente por um acontecimento pode despertar uma série de sentimentos coletivos, dentre eles a revolta e indignação que

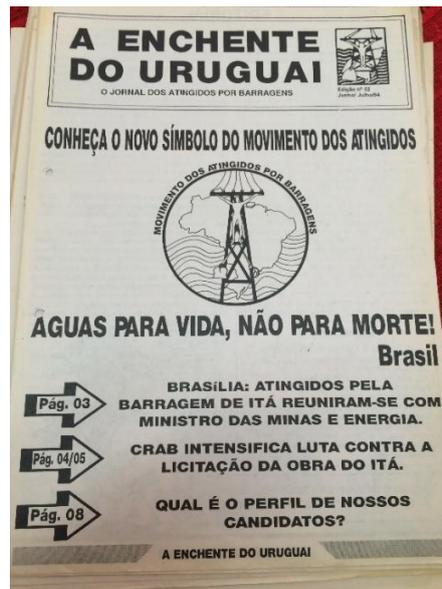
tendem a ser combustíveis importantes para manterem os indivíduos ativos em atividades de militância. A identificação coletiva dada pelo compartilhamento de sentidos de [in]justiça, assim como o compartilhamento de um projeto futuro baseado na resolução do problema e na defesa de transformações sociais mais profundas são elementos fundamentais pelos quais pode-se entender como os movimentos sociais ao mesmo tempo mantêm-se coesos, expõem publicamente seus posicionamentos e ao mesmo tempo produzem enquadramentos da realidade. A performance cumpre este papel de maneira distinta, mas não menos importante que a articulação técnica de princípios, preceitos e ideias.

Difusão

De acordo com o que vimos na introdução, McAdam, Tarrow e Tilly (2001) apresentam a difusão – juntamente com a mediação - como um dos principais mecanismos que possibilitam a mudança de escala. Para os autores, a difusão desempenha o papel tanto do espraiamento das ideias defendidas pelos movimentos sociais, quanto da manutenção da coesão interna, na medida em que a definição de um conjunto de ideias a serem propagadas pela militância também reforça elementos da identidade coletiva do grupo.

Ao longa de sua história, o MAB adotou distintos meios de comunicação como forma de difundir o movimento entre os atingidos por barragens em seus locais de mobilização e também para o restante da sociedade. Nas décadas de 1980 e 90, além dos atos públicos, as principais formas de comunicação utilizadas pelo MAB eram a publicação de jornais, panfletos informativos e a realização de programas em espaços cedidos nas rádios locais, que, em localidades mais isoladas, continuam sendo o principal veículo de informação sobre a situação das barragens, de prognósticos sobre possíveis impactos para populações potencialmente atingidas e também como forma de difusão dos posicionamentos do movimento. A partir dos anos 2000, sobretudo, passa a ganhar espaço a difusão através das mídias virtuais alocadas na Internet, tais como sítio oficial e redes sociais.

Imagem 16: Jornal produzido nas décadas de 80 e 90



Fonte: acervo do autor

Imagem 17: Material informativo



Fonte: arquivo do autor

Imagem 18: Capa do sítio oficial do movimento



Fonte: www.mabnacional.org.br

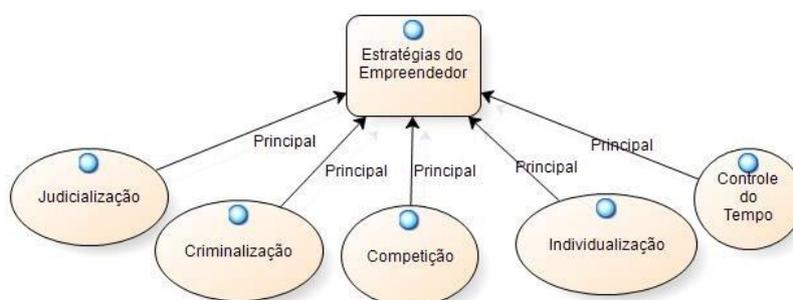
Uma das conseqüências da mudança de escala é a profissionalização dos movimentos sociais no tratamento de sua imagem pública e no domínio de ferramentas que possibilitam a sua difusão. No caso do MAB, há parcela de sua militância formada academicamente em jornalismo e outros cursos que possibilitam o domínio qualificado destas ferramentas. São os militantes responsáveis pela comunicação do movimento que geralmente produzem materiais multimídia como vídeos e documentários divulgados em seu sítio oficial e nas redes sociais.

Com o advento e popularização do uso da Internet, as ferramentas virtuais passam a ganhar cada vez mais espaço como meio de comunicação através do qual os movimentos sociais difundem seus ideários. Em muitos casos, já é a principal ferramenta de divulgação somando-se aos meios mais tradicionais que continuam sendo utilizados como jornais, cartilhas e do rádio. Se todas estas ferramentas possibilitam a potencialização da capacidade de difusão dos movimentos sociais, entretanto, elas não substituem – e nem é esse o seu propósito – a importância da realização de atos públicos, intervenções, encontros, reuniões e congressos.

Estratégias dos empreendedores

Entendendo que os enquadramentos acerca de um determinado problema social são elementos de disputa entre organizações de movimentos sociais e seus opositores, cabe aqui nos determos um pouco sobre as estratégias dos empreendedores do ramo energético para compreendermos de que forma o conflito se constitui e quais fatores estão em jogo, já que a definição e transformação de enquadramentos é relacional. Diante dos mecanismos descritos acima, cristalizados nas ações dos atingidos por barragens, analisaremos agora algumas das estratégias de ação empregadas pelos empreendedores do ramo energético em seu embate com os atingidos. As informações foram obtidas através das entrevistas realizadas e da análise de alguns documentos, sobretudo informativos e de propaganda a partir dos quais objetivou-se captar que sentidos e valores que estavam sendo transmitidos sobre os efeitos da construção de barragens. As principais estratégias citadas foram as seguintes:

Esquema 4: Estratégias de ação dos empreendedores



Processamento via NVivo 10

A **judicialização** é uma estratégia empregada pelos empreendedores, sobretudo quando recorrem à Justiça e a consequência geralmente resulta na **criminalização** dos movimentos sociais. Para esta pesquisa não conseguimos entrevistar nenhum representante das empresas do ramo energético (principalmente pela indisponibilidade dos mesmos). Entretanto, foi entrevistado um especialista no tema dos impactos ocasionados pela construção de barragens e foram consultados material bibliográfico e de divulgação publicado sobre e pelas empresas. Boa parte

deste material foi encontrado nas bibliotecas públicas municipais de cidades da região onde foram construídas barragens (Erechim, Campos Novos e Chapecó), em bibliotecas universitárias (de Erechim, Chapecó e Florianópolis) e quando da visita à biblioteca da Eletrosul, localizada em Florianópolis. De acordo com Rocha (2010), a criminalização dos atos organizados pelos atingidos por barragens é uma constante desde que os mesmos começaram a se mobilizar. Isto ocorre geralmente quando os atingidos recorrem a ações de resistência mais drásticas diante da impossibilidade de negociação com os empreendedores, que consistem na ocupação do canteiro de obras, fechamento de vias de acesso e ocupação da propriedade da empresa-alvo do ato. Para conter a manifestação, geralmente as empresas recorrem ao auxílio das forças policiais e do Poder Judiciário:

Essa estratégia procura enquadrar as ações do movimento social como “crimes” entre os quais se destacam: “Dano”, “Ebulho possessório”, “Furto simples e qualificado”, “Sequestro e Cárcere Privado”, “Formação de Quadrilha”, “Incitação ao crime” e “Apologia ao crime”, tudo previsto no Código Penal Brasileiro (ROCHA, 2010).

Assim como aconteceu nas outras hidrelétricas, nesse caso, foi firmado um Termo de Acordo entre o consórcio e uma associação que representava os atingidos. Nos casos em que determinadas famílias atingidas não concordem com os valores ofertados pelas suas propriedades, estas têm o direito de mover Ações Cíveis Individuais contra o consórcio para que os valores sejam revistos. Na maioria dos casos, o que acontece é que o consórcio lança mão do *depósito judicial*, segundo o qual, o mesmo deposita a quantia que entende ser o valor justo para a indenização e o processo segue seu trâmite normal. O que acontece então é o confronto entre um grupo de empresas privadas e estatais, com um amplo corpo jurídico e recursos financeiros para manter a disputa judicial por longo tempo, contra uma família que na maioria dos casos na bacia do Uruguai, detém uma pequena área de terra que é a sua única fonte de sustento – quando não são agregados ou arrendatários. Isso significa que essas famílias têm pressa pela solução da questão pois disso depende o seu sustento. Conhecedores da realidade desses processos, as empresas lançam mão de estratégias de postergação da questão que ao final força as famílias a aceitarem um acordo com o consórcio por não terem recursos nem tempo para estender a disputa no campo judicial (TEDESCO; ROCHA, 2013).

As citações acima demonstram a característica tomada pelo confronto desde a década de 1990: a judicialização das disputas, ou seja, a tentativa de mobilizar o Poder Judiciário na resolução do impasse estabelecido. Entretanto, veremos que a desigualdade estrutural (sobretudo de poder econômico e político) que separa atingidos e empreendedores, traduz-se em uma assimetria que geralmente faz o resultado do embate pender para os interesses dos segundos. Esta assimetria de poder e influência também se manifesta nos espaços legitimados de deliberação mediados

pelo Estado. Em outro artigo, Rocha (2012b) problematiza a eficácia das audiências públicas, dos conselhos e comitês municipais e da produção de relatórios de impacto neste contexto. Conclui que grande parte dos espaços onde deveria haver debate e deliberação acabam operando como mera formalidade para legitimar decisões tomadas de antemão. O que evidenciaria o fato destes espaços operarem muitas vezes sob a lógica do “fato consumado”, explicitando a realização de alianças prévias estabelecidas entre empreendedores, comerciantes locais e parcela dos representantes políticos interessados nos benefícios econômicos proporcionados pelo empreendimento. O resultado seria a forte tendência do atendimento dos interesses dos empreendedores na resolução dos conflitos.

A ausência de um marco legal que proteja os atingidos resulta em outro fator que acaba beneficiando o empreendedor (que não raro é o próprio Estado, isto é, as empresas estatais do ramo energético). A ausência de uma legislação que regule estas relações e que coloque o Poder Judiciário como um mediador amparado por uma jurisdição definida fomenta que os impasses sejam negociados diretamente entre empreendedores e atingidos. Como na grande maioria das vezes ambos apresentam interesses opostos, a assimetria estrutural surge mais uma vez como um fator fundamental que tende a conferir vantagens ao empreendedor:

“As empresas continuam estabelecendo quem é e quem não é o atingido, continuam dizendo qual é e qual não é o direito desse atingido, continuam empurrando para os atingidos a carta de crédito, a indenização em dinheiro, para que com isso possam se livrar das famílias, dar o dinheiro e depois elas vão se espalhar por aí. ” **Trecho de entrevista com dirigente do movimento.**

Diante deste cenário, resta aos atingidos pressionarem empreendedores e Poder Público com a realização de atos de protesto e resistência que podem, em alguma medida, melhorar as condições de negociação. Em entrevista com o especialista no estudo dos impactos gerados pelas barragens no Alto Uruguai, foi mencionado que quando das negociações realizadas em torno da UHE de Itá, no final da década de 1990, os atingidos organizados pelo MAB tiveram ampla vantagem na conquista de reassentamentos coletivos e indenizações. Entretanto, com o passar do tempo os empreendedores começaram a modificar suas estratégias de ação e a adotar práticas que apresentaram novas dificuldades ao protagonismo do MAB sobre os

atingidos. No final da década dos 2000, por exemplo, foi citado na mesma entrevista que cerca de 80 a 90% dos atingidos pela UHE Foz do Chapecó negociaram com entidades diretamente ligadas aos empreendedores, aplicando uma derrota implacável ao MAB na região. Diante da tendência à judicialização dos conflitos, a mesma também acaba por ser acionada pelos atingidos. Entretanto, a assimetria acima descrita implica em um maior número de vezes para estes, ainda que a mobilização dos atingidos possa surtir efeito como mecanismo de pressão na garantia de direitos. O fato do MAB dispor de um advogado a serviço do movimento, como é o caso do nosso entrevistado, demonstra a importância desta estratégia para ambos os lados.

Neste caso, a estratégia de ação empregada pelos empreendedores passou a ser a da **competição** e a da **individualização**. Após a derrota em Itá, os empreendedores perceberam que a negociação com os atingidos via MAB não era mais necessária: bastaria que fomentassem a organização de outras entidades da sociedade civil – alinhadas aos interesses dos empreendedores – para competir com o MAB. Já que na ausência de um marco legal ao fim e ao cabo é o empreendedor quem tem maiores possibilidades de dar a palavra final, passaram a facilitar negociações com os atingidos via entidades aliadas. Neste caso, as indenizações correspondentes à modalidade de preferência do empreendedor – que geralmente são as cartas de crédito individual - eram concedidas com maior facilidade em detrimento dos reassentamentos rurais coletivos reivindicados pelo MAB⁶².

⁶² De acordo com Locatelli e Rocha (2013) as principais modalidades de remanejamento populacional em decorrência da instalação de hidrelétricas são a indenização em dinheiro, o reassentamento familiar, os reassentamentos rurais coletivos (RRC), os pequenos reassentamentos (submodalidade dos RRC), a concessão de carta de crédito (autoreassentamento) e os reassentamentos em áreas de remanescentes (RAR). Os empreendedores tendem a privilegiar a concessão de cartas de crédito pelo menor custo em relação às demais modalidades e pela agilidade do mesmo. O MAB, por sua vez, manifesta maior interesse pelos RRC, pois estes se adaptam melhor a um modelo de agricultura familiar e incentivariam, de alguma maneira, a reforma agrária e o enfrentamento aos latifúndios.

Imagem 19: Material de propaganda da UHE Campos Novos



Arquivo do autor

Esta nova estratégia passou a ser utilizada primeiramente em Barra Grande e Campos Novos, por volta da metade da década dos 2000 e, posteriormente, em Águas do Chapecó, através de uma entidade chamada Amista (Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó) através da qual os empreendedores tiveram ampla vantagem nas negociações com os atingidos. Sob o risco de não conseguirem nenhum tipo de amparo, muitos atingidos passaram a negociar diretamente com os empreendedores – via associações - sob as condições de preferência destes:

“As empresas começam a disputar a base, porque eles vêem que essa luta por direitos faz eles gastarem mais, então eles começaram um processo de criminalização e disputar a organicidade do MAB, então eles começaram a tática em Barra Grande, que é a formação dos Comitês Municipais de Negociação, que são os grupos pró-barragens formados por prefeitos, comerciantes e etc. e esses grupos se organizaram em Machadinho também. Em Barra Grande o MAB teve força política e conseguiu dar uma trancada neles e tal, mas aí em Campos Novos foi um desastre. Se vocês estudarem o caso lá, eles formaram os comitês [...] e essa questão dos acordos, que historicamente sempre foi o MAB que fechou, lá foi o comitê deles que fechou. Isso foi feito por um ex-funcionário da Eletrosul, que criou esse modelo contra o MAB. Eles estudaram como enfrentar o MAB [...] e financiam estes comitês pra disputar os atingidos com o MAB e como nesses comitês o MAB é apenas um voto e eles financiam várias organizações, o MAB sempre seria voto vencido na votação dos acordos. Antes a empresa não dava suporte, ficava mais na propaganda de progresso e desenvolvimento junto aos prefeitos e comerciantes, mas em Campos Novos as empresas começam a dar suporte. Então elas criam espaços estruturais em torno disso e dá condição política para serem representantes dos atingidos. Essa foi uma novidade: uma estratégia para disputar a hegemonia, essa é a lógica.” **Entrevista com atingidos militantes.**

A partir da conquista de hegemonia nas negociações, os empreendedores lançam mão de outra estratégia de ação: o **controle do tempo**. Desta forma, conseguem ditar o ritmo das negociações e fazer com que suas exigências se sobressaiam na definição das condições:

“O MAB tem uma preferência pelos assentamentos rurais coletivos, que implica na reforma agrária, na manutenção do modo de vida e etc., mas é o empreendedor quem tem a chave do cofre. Então ele demora para dar o assentamento e começa com as cartas de crédito, que saem no outro dia. Pega na hora o dinheiro. E com a carta de crédito tu tens mais liberdade, podes ir pra onde quiser. Não que o MAB também não apresente carta de crédito, mas não é essa a preferência. Então, o empreendedor sabe disso, conhece o modus operandi no MAB. Então, quando o empreendedor percebe que há mobilização pelo assentamento, ele fala diretamente aos atingidos: ‘vai demorar pra sair o assentamento, mas se tu quiseres a carta de crédito, é pra amanhã, tu vais ficar nesta incerteza?’. Então este é um cenário no qual o MAB tem sua legitimidade frente aos atingidos confrontada, pois como a estratégia das empresas é individualizar a negociação, quando conseguem isto enfraquece o coletivo.” **Entrevista com pesquisador do tema.**

O controle do tempo, assim como as demais estratégias de ação, está intimamente ligado ao que podemos chamar de **controle do espaço**. A concentração de recursos, sobretudo capital, possibilita aos investidores do ramo energético um diferencial de poder que os possibilita a gestão do espaço de acordo com seus interesses. A migração involuntária de atingidos e os impactos gerados sobre o meio ambiente, portanto, são a consumação do exercício desta capacidade de controle do espaço. As características deste novo cenário são desdobramentos da privatização do setor elétrico iniciado na década de 1990. O ingresso do capital privado representou a entrada de novos atores que complexificam as relações entre empreendedores e atingidos. Se por um lado as relações entre capital, trabalho e interesse público se flexibilizaram, por outro, a regulamentação legal que deveria amparar tais relações não acompanhou este processo. A ausência de um marco legal que trate especificamente da situação dos atingidos possibilitou que a assimetria de poder entre os dois polos conflitantes se intensificasse ainda mais, o que resultou no surgimento de novos desafios e dificuldades à mobilização dos atingidos por barragens.

Filtrando conceitos a partir do tratamento empírico

Vimos anteriormente que a expansão organizativa e a amplificação simbólica são duas partes de um mesmo processo. Boa parte do esforço empregado até aqui tratou de evidenciar como a transformação de elementos estruturais está ligada às transformações conceituais e discursivas pela qual o movimento passa ao longo de sua trajetória. Uma possível hipótese para esta relação é a de que a ampliação do raio de ação do movimento – proporcionada pela expansão organizativa – desafia os atingidos a enfrentarem inimigos maiores, o que amplia o horizonte de seus objetivos. Por outro lado e na mesma direção, todo o trabalho empregado pelos atingidos em fazer crescer sua organização se dá na medida em que percebem a relação dos seus problemas específicos com processos sociais mais abrangentes que os causam. E da mesma forma que vivenciam o avanço dos investimentos do setor elétrico no local onde vivem, percebem que o mesmo processo ocorre em outras regiões do mesmo Estado, país e do mundo.

A percepção de que o raio de influência da mobilização pode ser ampliado, pois o mesmo problema se apresenta em lugares diversos, somada à capacidade de angariar recursos materiais e humanos para tal e à capacidade de conexão dos problemas específicos a processos englobantes seriam, nesta perspectiva, o principal nexo explicativo do processo de mudança de escala, que uma vez acionado, apresenta uma série de outras condições de sustentação como a manutenção/fortalecimento de uma identidade coletiva que fomente a mobilização social em torno da causa defendida. A conexão entre expansão organizativa e amplificação simbólica pode ser exemplificada nos trechos de entrevista selecionados abaixo:

“Nesse processo de amadurecimento o MAB foi entendendo que o problema não é A ou B, o problema é o modelo energético. Pra quem ele serve? Qual a utilidade, a função dele? Tentando entender ele é que o MAB foi estudá-lo e percebeu que o problema é o sistema vigente, o capital. Então o MAB passou a pautar coisas que vão além da questão do atingido direto, então entendemos que para garantir o direito do atingido temos que mudar o sistema (...). E nisso o MAB tem tentado discutir com vários setores da sociedade (...). Isso vemos com um amadurecimento da organização. Antes se pautava muito a questão do direito do atingido; não que se tenha deixado isso de lado na ação do movimento, mas antes se via a montanha, mas atrás da montanha tem um universo”
Entrevista com atingido militante.

“A avaliação é a seguinte: mesmo que seja uma energia alternativa, se não estiver sob o controle popular, não é uma alternativa. O MAB está numa construção que mesmo no socialismo, no comunismo, ou no Projeto Popular, nós vamos fazer hidrelétrica. O problema dessa energia é a serviço de quem ela vai estar. Por exemplo, na Venezuela estão fazendo hidrelétrica. A questão é como se vai amenizar os impactos sociais, ambientais, econômicos [...]. O MAB é contra o modelo, a indústria da energia e pra isso a sociedade tem que mudar, mudar as relações de produção. Acho que o MAB está amadurecendo nessa direção. Uma vez era contra a barragem e deu, agora o que a gente tem entendido é que ela tem que ser pública, que tem ter o direito do atingido assegurado e tal. Mas isso ainda estamos numa construção, temos debatido isso.”

Entrevista com atingido militante.

Há uma questão levantada aqui – e que ocupa um lugar de centralidade nesta pesquisa - que merece ser melhor explorada: a relação entre “tomada de consciência” e construção de um problema social. Pudemos perceber a partir do caso estudado que a situação provocada aos atingidos por barragens na bacia do Rio Uruguai está, de fato, ligada a processos mais abrangentes que envolvem a ação de agentes econômicos transnacionais, a prática da ideologia do desenvolvimento e do progresso, a relações de mercado possibilitadas pela vigência do capitalismo e pelo papel desempenhado pelas políticas de Estado na execução destes projetos. Por outro lado, vimos que para ser encarado como um problema social de fato é preciso que a situação dos atingidos por barragens seja entendida com um problema maior que a necessidade ou anseio por desenvolvimento (da forma como é praticado). Havendo então pelo menos duas versões socialmente sustentadas sobre um mesmo fenômeno, é esperado que ambos disputem perante a sociedade seu estatuto de veracidade diante daquilo que esta mesma sociedade julga [in]justo, [des]necessário, [i]moral ou [in]desejado.

É sobre a significação de acontecimentos reais como o desterro provocado pela construção de barragens, em sua dimensão intransitiva, que os enquadramentos interpretativos mobilizados e [re]criados pelos indivíduos em grupo também [re]inventam a realidade em sua dimensão transitiva. De acordo com o que vimos na introdução, para os realistas críticos a realidade é composta por estas duas dimensões: pelos efeitos concretos (factuais) provocados pelos fenômenos e pelo grau de importância e veracidade que damos a eles na medida em que estes nos provocam determinadas sensações dentro do universo das nossas linguagens culturais.

As distintas gramáticas e enquadramentos criados e mobilizados representam, portanto, distintas visões de mundo dentro de uma mesma cultura ou entre universos

culturais distintos, que ao se confrontarem expressam a complexidade da realidade que apresenta elementos comuns de entendimento, mas que podem desdobrar-se em distintas formas de interpretação – também reais – constituídas a partir das percepções, interesses e sobre os efeitos dos elementos intransitivos provocados nos indivíduos. Vimos anteriormente também que nem toda interpretação é necessariamente real e que seu grau de veracidade é proporcional à sua capacidade de mobilizar elementos factuais valorizados dentro de um universo cultural.

No conflito em torno da construção de barragens, o que fazem os atingidos alinhados ao MAB, por um lado, é mobilizar os elementos intransitivos que comprovam que o processo que os atinge está relacionado e é causado por mecanismos inerentes ao funcionamento do capitalismo e da operação da lógica do desenvolvimento. Isto se dá a partir da experiência/vivência de ser um atingido e pelo estudo, pesquisa, investigação e aprofundamento do conhecimento sobre as causas do problema em questão, que poderíamos chamar aqui de “tomada de consciência” acerca dos mecanismos causais da realidade.

Por outro lado, ao se organizarem, mobilizam elementos transitivos desta realidade a partir da construção de enquadramentos interpretativos sobre o impacto das barragens que visam confrontar a lógica do capitalismo, do desenvolvimentismo e a ideologia do progresso através da mobilização de gramáticas que visam ressignificar as noções de justiça, apresentando o modelo energético atual como problemático e não como promotor do “bem comum”. O objetivo é, portanto, a partir dos seus enquadramentos, apresentar o modelo defendido pelo movimento como ideal para a defesa dos direitos dos atingidos e da sociedade como um todo, enquanto seus opositores empenham-se em reforçar a defesa do modelo atual baseado na defesa do livre mercado. A defesa de uma postura realista crítica e a mobilização de uma determinada literatura sociológica dedica à explicação causal dos fenômenos sociais, nos parece, possibilitou explicar – ainda que não de maneira exaustiva – como se dá a mudança de escala e a difusão dos elementos simbólicos de um movimento social inserido em uma sociedade moderna, sendo nosso exemplo de caso o movimento das populações atingidas por barragens. A seguir, nas considerações finais, discutiremos alguns limites desta abordagem e outras possibilidades de compreensão de como são possíveis os movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa consistiu no esforço em traçar uma explicação causal do processo de mudança de escala das organizações de movimento social, tendo como exemplo empírico o caso dos atingidos por barragens na bacia do rio Uruguai. A principal motivação foi a exploração dos mecanismos causais que explicam o crescimento e difusão de uma mobilização social e os mecanismos pelos quais os indivíduos reunidos em um movimento social enquadram a realidade, tecem sentidos de justiça e relacionam suas demandas específicas a questões sociais mais abrangentes. A contribuição a que se propõe esta tese é a de propor a realização de pesquisas que se atenham menos à constatação e descrição de processos sociais e mais à tentativa de explicação de como e porque estes se desencadeiam.

Portanto, o realismo crítico nos parece um terreno fértil no sentido de possibilitar ao fazer científico cumprir seu papel de descoberta/explicação de determinados processos os quais os demais atores (por estarem envolvidos na resolução de suas questões práticas cotidianas) não têm tempo ou ferramentas para fazê-lo. Da mesma forma, ao fazer parte do universo construtivista, o realismo crítico permite ao cientista dar-se conta que seu próprio fazer é uma construção e que mesmo que as contribuições da ciência sejam evidentes, os dados não falam por si só e que ao se tratar de uma atividade humana, logo está imbuída de relações de poder. Entretanto, a honestidade em relação ao tratamento das informações não diminui a importância da ciência enquanto produtora de conhecimento e contribuinte para o avanço do mesmo. A tentativa de conciliação ao invés do reforço da dicotomia “ciência X senso comum” (Sousa Santos, 2007) é uma saída política e uma resposta plausível a esta possível crítica. Esta proposta pressupõe que o conhecimento produzido pelo “senso comum” é a base e ponto de partida para o aprofundamento proposto pela ciência. Por sua vez, o objetivo da ciência deve ser o de se tornar senso comum através da democratização do conhecimento e do alinhamento com o “senso comum” como formas distintas de produção de saberes tão somente.

Uma crítica possível às opções epistemológicas aqui adotadas aponta para o risco de se fazer uma sociologia que esvazia os sujeitos de reflexividade - na medida

em que se propõe a desvelar elementos da realidade supostamente “invisíveis” aos atores. Este não é um predicado que corresponde necessariamente às possibilidades de se fazer pesquisa a partir do realismo crítico ou a qualquer sociologia crítica que tenha o cuidado de não incorrer neste erro. Existe uma diferença entre “esvaziar” os sujeitos de reflexividade e fazer da pesquisa sociológica um esforço de conhecimento levando-se em conta que os atores, em boa parte das situações, não têm o tempo e as ferramentas do pesquisador para responder a questões nas quais eles estão envolvidos cotidianamente. Note-se que isto não significa que o pesquisador seja mais “reflexivo” que aqueles a quem/com quem pesquisa, mas que o fato de poder se dedicar por mais tempo e com mais recursos à procura de respostas para uma determinada questão, lhe dá algumas vantagens nesta tarefa.

Em adição, a pesquisa em ciências sociais não pode ser realizada somente desde o gabinete ou do laboratório: para compreender e rastrear os sentidos construídos pelos atores é necessário ir a campo para tentar entender as reflexividades que ali se manifestam, o que pressupõe deslocar-se ao epicentro do acontecimento a ser investigado, isto significa, de algum modo, envolver-se neles. Existem dimensões do acontecimento que chegam ao cientista – por dominar certas ferramentas de pesquisa – que não chegam aos sujeitos sobre os quais se pesquisa; e há dimensões que só chegam aos sujeitos por vivenciarem uma experiência direta com o acontecimento, cujas categorias explicativas e sentidos articulados só chegam ao pesquisador mediante tradução – e que não podem ser simplesmente substituídos por conceitos acadêmicos.

O debate que propomos a partir da bibliografia mobilizada nesta pesquisa coloca-se em contraposição a abordagens que esvaziam os sujeitos de agência e capacidade crítica. De acordo com os apontamentos de Sherry Ortner (2007), praticamente todas as correntes clássicas das ciências sociais e as que posteriormente foram diretamente influenciadas por elas caracterizam-se pelo que a autora denomina *paradigmas da coerção*. Estes, segundo Ortner, posicionam forçosamente os sujeitos em situações de determinação estrutural (econômica, política, cultural, lingüística, etc.) subestimando sua capacidade de criar ou transformar a realidade coletivamente. E o que a própria história demonstra são pessoas transformando a sociedade e não a sociedade transformando a si mesma a partir de estruturas reificadas.

Colocar-se em contraposição aos paradigmas da coerção significa questionar a posição política que diversos cientistas sociais ocupam quando fazem do seu ofício um lugar de excelência de *desvelamento do real*. Não que as ciências sociais não possam assumir este papel em nenhum momento e nem que o façam sem utilidade. É preciso novamente considerar que as pessoas não são completamente reflexivas o tempo inteiro (nem mesmo os cientistas) e que somente um exercício teórico, empírico, metodológico e de imersão (aplicada não somente nos parâmetros régios das ciências sociais, mas também como experiência e vivência) pode acrescentar descobertas sobre as coisas que fazemos cotidianamente.

A pesquisa social, como sabemos, é um exercício de aprimoramento, debate, descoberta e acréscimo de informações àquilo que inicialmente sabemos sobre os fenômenos sociais. O resultado dela, nada mais é que uma construção sobre a realidade a partir de uma série de elementos selecionados para produzir uma determinada explicação diante da impossibilidade óbvia de se explicar “o todo” a partir de todas as suas dimensões. O grande problema identificado na maneira clássica ou tradicional de se fazer ciência social é justamente a ocupação de um lugar privilegiado que assume o papel de produção de verdades mais verdadeiras que outras e que, conseqüentemente, tende a subestimar o que seus “objetos empíricos” têm a dizer sobre si mesmo, esvaziando-os de agência quando engessa suas ações em grandes modelos explicativos essencialmente coercitivos e aplicados *à priori* em relação às categorias nativas.

O que realizamos aqui, a partir das teorias, métodos, conceitos e mecanismos mobilizados foi ir à campo e a partir dos relatos e documentos produzidos por nossos interlocutores, reconstituir a história de sua mobilização e de sua organização a fim de propor um modelo explicativo que possa servir como contribuição à sociologia dos movimentos sociais e das ações coletivas, sem que isto se interponha à reflexividade ou aos conceitos “nativos”. A própria criticidade implícita ao realismo - que é crítico - nos parece justamente um avanço importante diante de alguns pressupostos do realismo clássico que tendem a atribuir à dimensão transitiva da realidade um caráter de “distorção” (ideologia) de uma realidade material na qual estaria contida uma “verdade pura”. Parece-nos que os pressupostos do realismo crítico advogam a impossibilidade de se fazer ciência sem levar-se em conta os sentidos,

enquadramentos e perspectivas produzidos pelos atores ao qual a interpretação científica deve somar-se e não pretender substituir.

Neste sentido, procuramos evidenciar que a mudança de escala se dá pela organização e institucionalização da mobilização, pela captação de recursos para sustentação da organização, pela formação de redes de apoio e coalizão, pela ampliação e especialização dos quadros militantes, pela expansão territorial, pela capacidade de enquadrar a realidade a partir da articulação de justificações e sentidos de justiça que possibilitam tornar a reivindicação legítima, inteligível e capaz de conquistar ou sensibilizar a sociedade a partir da mobilização de questões morais. Portanto, a pesquisa teve por objetivo contribuir para o avanço do conhecimento acerca de como as mobilizações sociais podem crescer e se complexificar.

Avaliando o processo de mudança de escala do MAB, podemos concluir que este possibilitou aos atingidos por barragens ampliar consideravelmente seu grau de atuação e influência tendo em vista a resolução dos problemas que os fazem atingidos. Conforme vimos ao longo do trabalho, estes problemas estão muito longe de serem resolvidos, entretanto, a consolidação de um ator coletivo possibilitou aos atingidos uma forma expressiva de empoderamento para, pelo menos, resistir aos impactos com maior potência. Todavia, a mudança de escala não se consuma sem provocar tensões na organização coletiva. Isto significa que há um preço a ser pago pela mudança de escala e este se manifesta na complexificação das relações internas e externas do movimento.

Sobre a institucionalização pudemos perceber que da mesma forma que fortalece a ação coletiva, diversifica o número de papéis e funções necessárias para a manutenção do movimento o que, geralmente – e com o MAB não foi diferente –, pode intensificar tensões internas como as diferenças entre lideranças e militantes de base. Neste mesmo sentido, a especialização militante possibilita ao movimento ingressar em novas arenas e disputá-las com maior propriedade, da mesma maneira em que contribui para o aumento das diferenças internas, visto que alguns militantes passam a levar as discussões para um determinado nível, enquanto as exigências do embate local no qual “as bases” estão envolvidas podem demandar interesses mais “pragmáticos”. Isto ficou evidente quando do Encontro Nacional, debates foram realizados sobre os rumos do movimento e pôde-se detectar a manifestação de duas

posições que se confrontavam: a de seguir alargando os marcos de discussão teórico-conceitual do movimento junto à sociedade e o de concentrar esforços no pragmatismo do confronto às barragens. Da mesma forma, como discutimos acima, a exportação militante consiste em um dos principais mecanismos de expansão do movimento, da mesma forma em que o trânsito de lideranças especializadas pode gerar conflitos com lideranças locais mais tradicionais ou com grupos sociais que não compartilham integralmente dos princípios do movimento, como no caso das populações indígenas, por exemplo. Isto é, a mudança de escala possibilita ao movimento atuar com maior força, mas exige da coletividade um esforço muito maior de manutenção da mesma.

Fazendo uma leitura e uma avaliação desta complexidade a partir de nossas referências teóricas, podemos perceber que a mudança de escala também implica numa complexificação das causalidades. A ampliação das diferenças internas provocadas pela expansão e diversificação dos quadros militantes provoca uma transformação nos níveis de causalidade a partir dos quais “bases” e lideranças atuam. A manifestação de diferenças internas, como a relatada acima, é um exemplo disto. Enquanto as lideranças e militantes especializados trabalham em nível macroestrutural, ou seja, discutem o movimento de forma abrangente, isto exige deles que também trabalhem com um nível de causalidade macro, isto é, de que os impactos gerados sobre os atingidos provêm de articulações do capitalismo internacional e que, portanto, é preciso que o movimento discuta, debata e alargue seus enquadramentos e justificações também em nível macro tendo por objetivo mobilizar a sociedade como um todo. Por outro lado, as articulações de base podem estar mais restritas ao plano micro-social e que, por isso, dedicar muito esforço em elaborações teóricas poderia desviar o movimento de seu principal objetivo: a luta contra as barragens. O nível de causalidade micro poderia conferir à atuação das bases um pragmatismo de natureza distinta à práxis das lideranças, configurando uma nova complexidade da mudança de escala: o desafio posto à mobilização coletiva pelo encontro com níveis diversificados de causalidade. Resgatando Thompson, a experiência de cada militante (e grupos deles) com o movimento e com sua atuação no mesmo é balizadora de seu posicionamento.

Por outro lado, a ênfase que demos à amplificação simbólica teve por objetivo evidenciar a conjunção de elementos emocionais e estratégicos que nos possibilitam questionar a clássica dicotomia entre emotividade e racionalidade no campo das ciências (sociais). A análise dos elementos emotivos envolvidos no processo de engajamento pode ser chave na compreensão de como militantes de movimentos sociais – a partir de suas experiências - ligam suas demandas específicas a grandes transformações sociais.

O que as pesquisas citadas neste trabalho demonstram é que o papel do caráter emotivo na construção dos sentidos da condição militante é uma dimensão importante nos processos de escolha e motivação para que as pessoas se mobilizem e permaneçam engajadas em lutas que dão sentido a suas vidas. Inventariar os elementos emotivos presentes no desencadeamento da mobilização é importante também para entendermos como os agentes relacionam a carga emotiva de sua experiência envolvida no processo de engajamento com a elaboração de sentidos de justiça. Explorar tais elementos é útil para entendermos como os indivíduos transformam uma multiplicidade de indignações individuais acerca de um problema social (a construção de barragens, por exemplo) em mobilização coletiva que relaciona uma série de sentidos de [in]justiças com lutas concretas por transformações estruturais.

Benford (1997) admite que nos estudos sobre enquadramentos interpretativos a dimensão emotiva é pouco explorada. Segundo o autor, estes elementos podem ser chave na captação de sentidos e mecanismos que explicam a deflagração de ações coletivas contestatórias. Esta tarefa exigiria que se equilibrasse a balança entre emotividade e racionalidade, evidenciando a importância do caráter emotivo nos processos de engajamento como um passo importante na construção de análises mais complexas e precisas sobre os movimentos sociais, não só calcadas no caráter estratégico das mesmas. Entretanto, é preciso cautela para não se cair estritamente para o lado oposto: dar margem a abordagens que tratam os sujeitos como obedientes a dimensões supostamente inconscientes dos desejos, como se o suposto desvelamento de determinadas estruturas mentais pudesse explicar as ações dos sujeitos sob o controverso argumento de que estes “não sabem bem o que fazem e por que o fazem” e simplesmente reproduzem estruturas. A apresentação da

amplificação simbólica e da expansão organizativa como parte de um mesmo processo teve por objetivo equilibrar esta balança.

Assim sendo, esperamos contribuir com a possibilidade de um modelo explicativo que se some no âmbito da sociologia dos movimentos sociais a respeito de como as mobilizações sociais podem, primeiramente, sustentar-se e, logo, ampliar-se e difundir-se. Isto, apresentando um tipo de abordagem que rompa com algumas dicotomias como “material X simbólico” e “racional X emotivo”. O caso escolhido para ser analisado nos parece frutífero, a partir do qual pudemos discutir uma série de questões teóricas e empíricas, tais como as que aqui apresentamos, mas que não estão, obviamente, esgotadas. Esperamos, desta forma, que o esforço empregado aqui contribua para o avanço e prosseguimento deste debate.

Referências Bibliográficas

- ABBIK, Jon. **Dam controversies: contested governance and developmental discourse on the Ethiopian Omo River dam.** *Social Anthropology*, v. 20, n. 2, p. 125-144, 2012.
- AGGER, Bem. **The Problem with Social Problems: from social constructionism to critical theory.** In: HOLSTEIN, James & MILLER, Gale. *Reconsidering social constructionism: debates in social problems theory.* Transaction Publishers: New Brunswick, New Jersey, 1993.
- ARAÚJO, João Lizardo; LOSEKANN, L. **Primeira atualização da indústria elétrica brasileira.** GE/IE, relatório de pesquisa, 2001.
- ARAÚJO DUTRA, Luiz Henrique. **Emergência e realismo perspectivista.** *Scientile Studia*, São Paulo, v.11, nº3, p.637-65, 2013.
- ARCE, Alberto.; LONG, Norman. **Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective.** In: _____. (Ed.). *Anthropology, development and modernities: exploring discourses, counter-tendencies and violence.* London; New York: Routledge, 2000.
- ARCHER, Margaret. **Realist social theory: the morphogenetic approach.** Cambridge: University Press, 1995.
- _____. **Critical realism: essential readings.** Londres: Routledge, 1998.
- BANASZAK, Lee Ann (2005). **Inside and outside the state: movement insider status, tactics and public policy achievements.** In: MEYER; DAVID; JENNESS; INGRAM (eds.). *Routing the opposition: social movements, public policy, and democracy.* Minneapolis: University of Minnesota Press., p.149-176.
- BENFORD, Robert. **An insider's critique of the social movement framing perspective.** *Sociological inquiry*, v.67, p. 409-430, 1997.
- _____; SNOW, David. **A framing process and social movements: an overview and assessment.** *Annual Review of Sociology*, n.26, p.611-639, 2000.
- BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania – a luta dos atingidos por barragens.** São Paulo: Cortez, 2011.
- BHASKHAR, Roy. **Scientific realism and human emancipation.** Londres: Verso, 1986.
- _____. **Reclaiming reality: a critical introduction to contemporary philosophy.** Londres: Verso, 1989.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*, Gallimard, 1991.

_____; CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1ª ed. 1999].

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. *Em Tese*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.68-80, jan.-jul, 2005.

CANALI, Gilberto V. *A definição e a importância do Projeto Uruguai*. In: SANTOS, Sílvio C.; REIS, Maria José (orgs.). *Memória do setor elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

CEFAÏ, Daniel. **Como nos mobilizamos?** A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

_____. **Diez propuestas para el estudio de las movilizaciones colectivas:** de la experiencia al compromiso. *Revista de Sociología*, nº26; pp.137-166, 2011.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1ª ed. 1974].

CORADINI, Odaci. *Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil*. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 28, p. 181-203, 2007.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2003. [1ªed., 1895].

DILTHEY, Wilhelm. *Introdução às Ciências Humanas*. São Paulo: Forense, 2010.

EBERHARD, Christoph. *Direitos humanos e diálogo intercultural: uma perspectiva antropológica*. In: BALDI, César Augusto (Org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes* (vol.1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo*. Caracas: El perro y la rana, 2007

- FERNANDES, Florestan. **A reconstrução da realidade nas Ciências Sociais**. *Revista Mediações*, Londrina, 2. n. 1, P 47-56, jan./jun. 1997.
- FILLIEULE, Olivier. **Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel**. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 51, n. 1-2, p. 199-215, 2001.
- FLECK, Ludwik. **Genesis and development of a scientific fact**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- FLEETWOOD, Steve. **Ontology in organization and management studies: A critical realist perspective**. *Organization*, v. 12, n. 2, p. 197-222, 2005.
- FOSCHIERA, Atamis Antônio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Método**. *História da sexualidade 1: a vontade do saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1977, p.88-97.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1979.
- _____. **Aula de 17 de março de 1976**. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002, p.285-315.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOX, Jonathan; HERNANDEZ, Luiz. **Compensando a lei da oligarquia: prestação de contas dos dirigentes em uma organização camponesa regional**. *Desenvolvimento de Base*, n.13, p.2, 1989.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 41ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 [1ª ed. 1976].
- GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados - Terra e água: o conflito de Itaipu**. Editora da ULBRA, 2003.
- GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

- _____. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1990.
- _____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- GONÇALVES Jr., Dorival. *Reestruturação do setor elétrico brasileiro: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?*. Dissertação (Mestrado) - Programa Interunidades de Pós-graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____. *Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas "fontes" e o controle dos excedentes*. 2007. Tese (Doutorado em Energia)- Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GUEDES, André Dumans. *Projeto identitário, discurso e pedagogia na construção de um sujeito coletivo: o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2006.
- HABERMAS, Jürgen; REPA, Luiz Sérgio; NASCIMENTO, Rodnei. *O discurso filosófico da modernidade: (doze lições)*. São Paulo: Dom Quixote, 1990.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____; SADER, Emir; WALLERSTEIN, Immanuel; ZIZEK, Slavoj; et. all. *Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HÜFFNER, Anelise; ENGEL, Bruna Cristina (orgs). *Grandes e pequenas centrais hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai: Guias para ONGs e movimentos sociais*. Porto Alegre: Amigos da Terra – NatBrasil, 2011.
- HUSSERL, Edmund. *A ideia de fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- IBARRA, Peter; KITSUSE, John. *Vernacular constituents of moral discourse: an interactionist proposal for the study of social problems*. In: HOLSTEIN, James & MILLER, Gale (org). *Reconsidering social constructionism: debates in social problems theory*. Transaction Publishers: New Brunswick, New Jersey, 1993.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 (3ªed.).

JASPER, James; GOODWIN, Jeff; POLLETTA, Francesca. ***Passionate politics***. Chicago: University of Chicago Press, 2001

KLANDERMANS, Bert. **Mobilization and Participation: Social-Psychological Expansions of Resource Mobilization Theory**. *American Sociological Review*, Vol. 49, No. 5, pp. 583-600, 1984.

LATOUCHE, Serge. **Convivialidade e decrescimento**. *Cadernos IHU Idéias*, n. 166, 2012, p.3-16.

LATOUR, Bruno. ***Jamais formos modernos***. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. ***Reagregando o Social***. Bauru, SP: Edusc, 2012.

LOCATELLI, Carlos A. ***Comunicação e barragens: O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil)***. Tese de Doutorado. PPGCOM/UFRGS, 2011.

_____; ROCHA, Humberto J. ***Influência e efetividade do empreendedor e do MAB sobre as decisões de remanejamento pelos atingidos por hidrelétricas***. In: BAQUERO, Marcello; PASE, Hemerson (orgs.). *Desenvolvimento hidrelétrico: qualidade de vida e capital social no Sul do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2013.

MACHAMER, Peter; DARDEN, Lindley; CRAVER, Carl F.. **Thinking about Mechanisms**. *Philosophy of Science*, Vol. 67, No. 1, pp. 1-25, March/2000.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.14, nº41, p.45-67. 1999

MARTINS, Renato Domingues. ***O setor elétrico pós-privatização: novas configurações institucionais e espaciais***. Dissertação de Mestrado. IPPUR/UFRJ, 2009.

McADAM, Doug, TARROW, Sidney, TILLY, Charles. ***Dynamics of Contention***. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. ***The trend of Social Movements in America professionalization and resource mobilization***. Morristown: General Learning Press, 1973

MELO Jr., João Alfredo C.C.; **A noção de experiência histórica e social em Edward Thompson: percursos iniciais**. *História e Perspectiva*, Uberlândia, vol.1, pp. 393-413, jan/jun, 2014.

MICHELS, Robert. ***Sociologia dos Partidos Políticos***. Brasília, Editora UnB, 1982 [1ª ed. original, 1911].

- MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2010.
- MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política**. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 134-150, 1997.
- MOORE Jr, Barrington. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MORAES, Maria Stela M. **No rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) – 1978-1990**. Tese de Doutorado. PUC/RJ, 1994.
- _____. **O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 1996a, n.01, pp. 80-92. ISSN 1413-2478.
- _____. **No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens**. In: NAVARRO, Zander (org.), *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1996b.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Uma história de lutas, desafios e conquistas**. Caderno Nº 7. s/d.
- NAUJORKS, Carlos. **Processo identitário e engajamento: um estudo a partir do movimento de saúde do trabalhador no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- NAVARRO, Zander. **Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990**. In: NAVARRO, Zander (org.), *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1996.
- OLIVEIRA, Gerson L.; SILVA, Marcelo K. **As disputas sociais envolvendo os atingidos pela UHE Campos Novos**. In: ROCHA Humberto J.; PASE, Hemerson; LOCATELLI, Carlos (orgs.). *Políticas públicas e hidrelétricas no Sul do Brasil*. Pelotas: Editora UFPel, 2014.
- ORTNER, Sherry. **Subjetividade e crítica cultural**. *Horizontes Antropológicos*, jul./dez., vol.13, nº28, p.375-405, 2007.
- PIVEN, Frances Fox; CLOWARD, Richard A.. **Poor people's movements: why they succeed, how they fail**. New York: Vintage Books, 1979.
- QUIJANO, Aníbal. **Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America**. *Nepantla: Views from the South*, 2000.

- QUIRK, Patrick W. ***The Power of dignity: emotions and the struggle of Brazil's landless social movement (MST)***. Dissertação de Mestrado. American University, Washington D.C, 2006.
- RAMÍREZ GALLEGOS, Franklin. ***Del conflicto político a los campos de conflictividad política (CCP). Apuntes teóricos***, 2016 (no prelo).
- REIS, Maria José. **A instalação de hidrelétricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos**. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 10, n. 1, p. 27-50, 2008.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. *Novos Estudos CEBRAP* 80, pp. 109-125, março 2008.
- ROCHA, Huberto J. **O Movimento dos Atingidos por Barragens na bacia do rio Uruguai: conquistas e desafios (2009-2010)**. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (orgs.). *Conflitos agrários no norte gaúcho*, v.3, n.1, p. 179-209. Passo Fundo: IMED, 2010.
- _____. **Os limites da democratização do processo de instalação de hidrelétricas**. *Debates*, v.6, n.2, p. 65-85, maio-ago. Porto Alegre, 2012.
- _____. **Relações de poder na instalação de hidrelétricas**. Passo Fundo: UPF Editora, 2013.
- _____. **Os indígenas e as hidrelétricas: reconfigurações das relações de poder na luta pela terra no Alto Uruguai (2001-2011)**. In: TEDESCO, João Carlos; KUJAWA, Henrique Aniceto. (Org.). *Conflitos agrários no norte gaúcho: índios, negros e colonos*. 1ed., v. 6, p. 183-200. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013b.
- _____. **O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas**. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 259-280, junho 2014.
- _____. **Panorama histórico do setor elétrico no Sul do Brasil: a bacia hidrográfica do rio Uruguai**. In: ROCHA Humberto J.; PASE, Hemerson; LOCATELLI, Carlos (orgs.). *Políticas públicas e hidrelétricas no Sul do Brasil*. Pelotas: Editora UFPel, 2014b.
- ROTHMAN, Franklin D. **A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do Rio Uruguai, 1979-1983**. In: NAVARRO, Zander (org.), *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1996.
- _____. OLIVER, Pamela. **From local to global: the anti-dam movement in southern Brazil, 1979-1992**. In: JOHNSTON, H; SMITH, J. *Globalization & Resistance: transnational dimensions of social movements*. Lanham: Roman & Littlefield publisher, (pp. 115-132), 2002.

- RUSKOWSKI, Bianca. **Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 2012.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento humano, trabalho decente eo futuro dos empreendedores de pequeno porte no brasil**. São Paulo: Sebrae, 2002.
- _____. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. São Paulo: Garamond, 2004.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José (orgs.). **Memória do setor elétrico na Região Sul**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. **Do local ao global: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua articulação em redes**. In: ROTHMAN, Franklin; RIBEIRO, Ricardo; ZHOURI, Andréa (orgs.). *Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Editora da UFV, Viçosa, 2007.
- SCOTT, James. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. Yale University Press, 1985.
- SEM, Amartya K.; MENDES, Ricardo D. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Marcelo K. (et al), **De volta aos movimentos sociais?- Reflexões a partir da literatura brasileira recente**. *Ciências Sociais Unisinos*. p. 2-9. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.
- _____.; OLIVEIRA, Gerson de Lima. **A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul**. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 86-125, 2011.
- _____.; OLIVEIRA, Gerson de Lima. **A mudança de escala na organização dos atingidos por barragens**. In: BAQUERO, Marcello; PASE, Hemerson (orgs.). *Desenvolvimento hidrelétrico: qualidade de vida e capital social no Sul do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2013.
- SNOW, David A.; ROCHFORD JR., E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. **Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Moviment Participation**. *American Sociological Review*, v. 51, n.4, 1986, p. 464-481.
- SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TARROW, Sidney. ***Struggle, politics and reform: collective action, social movements and cycles of protest.*** Ithaca: Cornell University, 1989.

_____; McADAM, Doug. ***Scale shift in transnational contention.*** In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (eds). *Transnational protest and global activism.* Nova Iorque: Rowman and Littlefield Publishers, 2005.

_____. ***O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político.*** Petrópolis: Vozes, 2009.

TAYLOR, Charles. ***Argumentos filosóficos.*** São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

TEDESCO, João Carlos; ROCHA, Humberto J. ***A Judicialização da questão hidrelétrica no Brasil e os movimentos sociais.*** In: ALAS - Associação latino-americana de Sociologia - XXIX Congresso latinoamericano de Sociologia. v. 1. Santiago, 2013.

THOMPSON, Eduard P.; ***A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.*** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TILLY, Charles. ***From mobilization to revolution.*** New York: Random House, 1978.

TRIVIÑOS, Augusto. ***Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.*** São Paulo: Atlas, 1990.

VAINER, Carlos (et al). ***Águas para vida, não para morte: notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil. Justiça ambiental e cidadania,*** v. 1, 2004.

_____. ***O conceito de atingido: uma revisão do debate.*** In: ROTHMAN, Franklin. *Vidas alagadas. Conflitos sócio-ambientais, licenciamento e Barragens.* Viçosa: Editora UFV, p. 39-63, 2008.

VANDENBERGHE, Frédéric. ***Teoria social realista: um diálogo franco-britânico.*** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VEIGA, José Eli. ***O que é desenvolvimento?*** In: *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.* São Paulo: Garamond, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. ***O nativo relativo.*** *Mana*, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

_____. ***Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural.*** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

WALZER, Michael. *Thick and thin: moral argument at home and abroad*. Indiana: University of Notre Dame Press, 1994.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. [Primeira edição original do autor, 1904].

Páginas de Internet

http://www.academia.edu/4024825/Cartilha_Hidreletrica_14_3_2011 (acesso em 2/9/2015)

<http://antroposimetrica.blogspot.com.br/2011/11/questao-energetica-e-o-modelo-arboreo.html>

<http://blog.dominusauditoria.com.br/> (acesso em 25/1/2016)

<http://www.brasil.gov.br/cop/panorama/o-que-o-brasil-esta-fazendo/matriz-energetica> (acesso em 20/02/2013)

<http://www.consultapopular.org.br/> (acesso em 26 de janeiro de 2016)

<http://fisicanossa.blogspot.com.br/2011/11/como-funcionam-as-usinas-hidreletricas.html>

http://www.furnas.com.br/hotsites/sistemafurnas/usina_hidr_funciona.asp (acesso em 16/5/16).

http://garabipanambi.com.br/obras_projetadas.htm (acessado em 2/9/2015)

http://garabipanambi.com.br/o_que_e_usina_hidreletrica.html (acesso em 12/8/2015)

<http://www.mabnacional.org.br> (acesso em 15/1/2016)

<http://www.mabnacional.org.br/noticia/plataforma-da-energia-constr-i-propostas-para-politica-energetica-nacional> (acesso em 11/11/15)

<http://www.mabnacional.org.br/publicacao/exposi-arpilleras-bordando-resistencia-cat-logo> (acesso em 29/2/2016)

<http://marieletric.com.br/2015/01/11/matriz-eletrica-brasileira-e-as-bandeiras-tarifarias/> (Acessado em 12/8/2015)

<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>. (acesso em 5/1/2016)

<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/12/301123.shtml>

<http://www.natbrasil.org.br/Docs/hidreletricas/Cartilha%20Hidreletrica%2014-3-2011.pdf>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/24543-bacia-do-rio-uruguai-disputa-pela-preservacao/> (acesso em 28/8/2015)

<http://www.ons.org.br> (acesso em 15/7/2015)

<http://terradedireitos.org.br/2013/09/06/4-mil-trancam-a-paulista-contra-a-privatizacao-das-hidreletricas-e-do-petroleo/>. (acesso em 22/09/2015)

<http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/brasil-piora-em-ranking-e-passa-a-ser-o-6-com-a-energia-mais-cara-do-mundo/> (acesso em 29/2/2016)

<http://viacampesina.org/en/> (acesso em 25 de janeiro de 2016)

Anexos

Registros fotográficos da pesquisa de campo:

O rio Uruguai e a divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina – jul'2013



Assentamento de atingidos por barragens no município de Erechim – jul'2013



Biblioteca do Centro de Educação Popular (CEPO) em Erechim – jul'2013



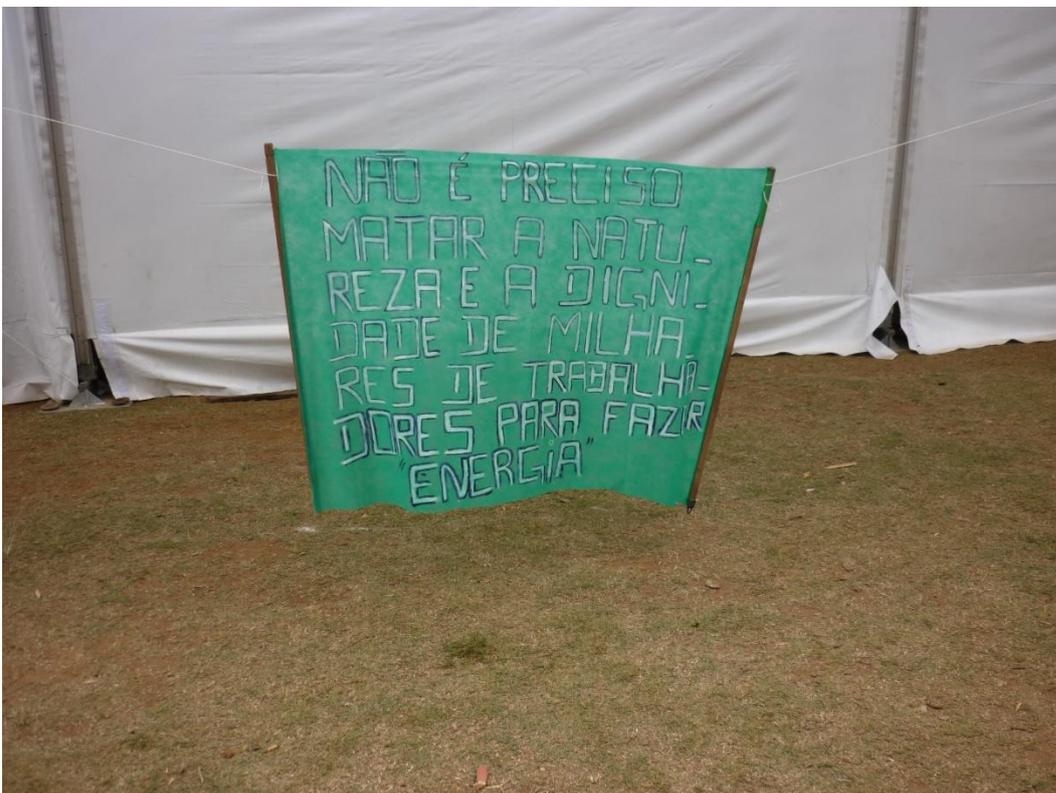
Rio Canoas da encosta da UHE Campos Novos – jul'2013



Plenária do encontro Nacional do MAB – set'2013



Encontro Nacional do MAB – set'2013



Encontro Nacional do MAB – set'2013

O rio Uruguai visto de cima - Chapecó – dez'2013



Seca do rio Uruguai devido ao excesso de barramentos – Foz do Chapecó – dez'2013



Seminário Sul para Política energética – ago'2014



Ato público no centro de Florianópolis – ago'2014



Biblioteca da Eletrosul – Florianópolis – ago'14



O rio Uruguai visto da aldeia kaingangue Condá – fev'15

